



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE JULHO DE 2024

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo a duas assunções de mandato, por efeito da renúncia ao mandato de duas Deputadas do PS.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 199 a 210/XVI/1.ª, das Propostas de Lei n.ºs 8 a 12/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 198 a

223/XVI/1.ª.

Procedeu-se ao debate sobre o estado da Nação, tendo proferido a intervenção de abertura o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro).

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L),

Paulo Nuncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Viera da Silva (PS), Miguel Guimarães (PSD), Pedro Pinto (CH), Mário Amorim Lopes (IL), José Moura Soeiro (BE), Paulo Muacho (L), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Cristóvão Norte (PSD), Marta Martins da Silva (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL), Isaura Morais (PSD), Marisa Matias (BE), Francisco César (PS), Rita Matias (CH), Paulo Moniz (PSD), Mara Lagriminha Coelho (PS), Paulo Neves (PSD), Sofia Canha (PS), Eva Brás Pinho (PSD), Isabel Ferreira (PS), Joana Mortágua (BE), Alexandra Leitão (PS), Cristina Rodrigues (CH), Mariana Leitão (IL), Paula Santos (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Rui Afonso e Pedro dos Santos Frazão (CH), Jorge Pinto (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), António Mendonça Mendes (PS), Bernardo Blanco (IL),

Fabian Figueiredo (BE) e António Filipe (PCP).

Durante o debate, em interpelação à Mesa, o Deputado Hugo Soares (PSD) propôs a alteração da grelha de tempos em uso, tendo também usado da palavra os Deputados Paula Santos (PCP), Mariana Leitão (IL), Isabel Mendes Lopes (L), Pedro Pinto (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Alexandra Leitão (PS) e Fabian Figueiredo (BE), após o que foi consensualizada a atribuição de mais 10 minutos ao Governo.

No encerramento, interveio o Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Deu-se conta de uma Deputada do PSD que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 17 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bom dia, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas.

*Eram 9 horas e 1 minuto.*

Peço às autoridades para abrirem os acessos das galerias ao público.

*Pausa.*

Ora, então, muito bom dia, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, lembrando que temos o nosso sistema de gestão do tempo a funcionar conforme as duas últimas sessões plenárias.

Relembro a todos, às Sr.<sup>as</sup> Deputadas, aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo, que o sistema de contagem do tempo apresenta uma luz verde até 30 segundos antes de terminar o tempo de intervenção, que, quando este terminar, passa a vermelho, havendo 15 segundos de tolerância, findos os quais automaticamente o microfone se desliga. Portanto, era só para chamar a atenção para que a boa gestão dos tempos ocorra sem problemas entre todos os que usam da palavra.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para a leitura de um parecer que vamos ter de votar.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados:

«1 — A assunção do mandato por Fernando Miguel Catarino José (PS), por efeito da renúncia ao mandato pela Deputada Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes (PS), cumpre os requisitos legais, produzindo efeitos a partir do dia 15 de julho de 2024, inclusive.

2 — A assunção do mandato por Davide Miguel Santos Amado (PS), por efeito da renúncia ao mandato pela Deputada Marta Alexandra Fartura Braga Temido de Almeida Simões (PS), cumpre os requisitos legais, produzindo efeitos a partir do dia 14 de julho de 2024, inclusive.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.*

Passo de novo a palavra ao Sr. Secretário para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, anuncio à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas, várias iniciativas.

Refiro, em primeiro lugar, os Projetos de Lei n.ºs [199/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Procede à criação do fundo para a aquisição de bens culturais para os museus e palácios nacionais, [200/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural, [201/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Prorroga o prazo para utilização de gâmetas e de embriões resultantes de doações previstos na Lei n.º 48/2019, de 8 de julho, [202/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Procede à redução da taxa de IVA aplicável na alimentação dos animais de companhia para a taxa intermédia, [203/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro), [204/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Procede à redução da taxa de IVA para a taxa intermédia aplicável aos atos médicos veterinários, [205/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Altera o regime de atualização anual das pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, [206/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Aprova o estatuto do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, [207/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido, [208/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional, [209/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Fixa em 12 meses os descontos obrigatórios para a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM) e [210/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Assegura aos advogados, solicitadores e agentes de execução a faculdade de escolher o seu regime contributivo.

Deram também entrada as Propostas de Lei n.ºs [8/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028, [9/XVI/1.ª](#) (GOV) — Procede à trigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, [10/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o regime de IVA de caixa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio, [11/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código do IRC, quanto ao requisito da dupla tributação económica e [12/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código do IRC, reduzindo gradualmente a taxa de imposto de 21 % para 15 %, nos anos de 2025 a 2027.

Finalmente, deram ainda entrada os Projetos de Resolução n.ºs [198/XVI/1.ª](#) (PSD) — Constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento integrado da execução e monitorização da Agenda Anticorrupção, [199/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que apoie iniciativas internacionais de justiça fiscal, [200/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a priorização e investimento na melhoria das instalações de postos e esquadras da GNR e PSP, [201/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o investimento em novos programas de policiamento comunitário para comunidades específicas, [202/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o levantamento, reabilitação e aumento das casas de função para efetivos da PSP e GNR, [203/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Paris, [204/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que defenda junto da Comissão Europeia o setor da suinicultura e desenvolva esforços para abrir novos mercados agroalimentares, [205/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda medidas de concretização do circuito hidráulico de Reguengos de Monsaraz e de apoio à atividade agrícola e a emissão de um parecer sobre as condicionantes de Mourão, [206/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, [207/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço da acessibilidade das pessoas com diagnóstico de infertilidade às técnicas de procriação medicamente assistida, [208/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e consequente diminuição de violência contra crianças e jovens, [209/XVI/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar, [210/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de uma rede nacional de estabelecimentos militares de ensino, [211/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização das normas de bem-estar no transporte marítimo de animais vivos para países terceiros, [212/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à publicação da legislação PProSolos, [213/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação até 90 % (escalão A) dos medicamentos utilizados no tratamento de doenças e perturbações mentais para os antigos combatentes, [214/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a eliminação do pagamento de portagens nos troços da A1 situados no concelho de Vila Franca de Xira, [215/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um grupo de trabalho que vise a avaliação da necessidade de adaptação da legislação nacional às novas exigências europeias relativas aos sistemas de bloqueio da ignição sensíveis ao álcool, [216/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que priorize as negociações para o aumento das quotas de pesca portuguesas, assim como aprofunde conversações com vista à criação de quotas específicas para as regiões ultraperiféricas, [217/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para os produtores de uva para vinho, [218/XVI/1.ª](#) (L) — Pelo reconhecimento da igualdade de género como fundamento no pedido de asilo em Portugal, [219/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo urgente e abrangente que avalie o impacto do turismo de saúde no Serviço Nacional de Saúde, [220/XVI/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Estónia e à Polónia, [221/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a introdução da vacina contra o herpes zóster (zona) no Programa Nacional de Vacinação, [222/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a reorganização da rede diplomática e consular, fazendo transitar os assuntos relativos à Letónia e à Lituânia, respetivamente, para a jurisdição das embaixadas de Helsínquia e Varsóvia e [223/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela construção dos troços em falta do IC3 e da Ponte da Chamusca.

É tudo, Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos então passar à nossa ordem do dia de hoje: debate sobre o estado da Nação.

Dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para a sua intervenção inicial, dispondo de 40 minutos. Relembro que tenho de indicar o tempo, que é para os serviços poderem fazer o respetivo registo na temporização do relógio.

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, 106 dias depois da tomada de posse deste Governo, e 96 dias após a sua investidura parlamentar, este debate sobre o estado da Nação permitirá tirar quatro conclusões: a primeira é que a Nação está em transformação; a segunda é que a Nação vive com confiança; a terceira é que a Nação tem, e vai continuar a ter, a execução de um programa de mudança; a quarta é que a Nação tem muita confusão na oposição.

A primeira conclusão é que a Nação está em transformação: da Administração Pública às empresas; dos impostos sobre o trabalho ao estímulo ao investimento; da paz social à recuperação dos serviços públicos essenciais; da saúde à educação; da habitação à mobilidade e às infraestruturas; da agricultura e pescas ao comércio e serviços; da indústria à ciência e inovação; dos apoios aos mais idosos, reformados e carenciados ao desígnio de retenção do nosso talento e às políticas transversais de apoio aos jovens; do combate à burocracia ao combate à corrupção; das garantias de liberdade às garantias de termos uma segurança efetiva; da aceleração da economia à aceleração dos fundos europeus do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e do Portugal 2030; do combate à pobreza à justiça e equidade.

Em todas estas áreas, Portugal está em transformação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Uma transformação estratégica, estruturante, ambiciosa e realizável. Uma transformação tranquila, que se funda na decisão que o povo português tomou, na política que o povo português apoia e na execução de um Programa do Governo que o povo português não quer interromper.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Portugal em transformação é, pois, a primeira conclusão.

Mas a Nação vive hoje com confiança. Confiança nas instituições, confiança na responsabilidade, confiança na palavra dada:...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a palavra dada na campanha, a palavra dada perante S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República na tomada de posse e a palavra dada aos 230 representantes do povo que se sentam neste Hemiciclo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Aqui, deste mesmo lugar, assumi nove compromissos para os primeiros tempos da governação — para além de todos os outros que cumprimos na execução do Programa do Governo — perante as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados na apreciação do Programa do Governo.

Primeiro: apresentar uma proposta de lei de baixa do IRS sobre o trabalho, em especial da classe média. A oposição chumbou-o, mas o nosso compromisso foi cumprido. Palavra dada, palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O segundo compromisso foi o de lançar as bases para alcançar, nesta Legislatura, o objetivo de ter o Estado a pagar aos seus fornecedores num tempo máximo de 30 dias, um objetivo que integra uma medida do programa de aceleração da economia que está em execução. Palavra dada, palavra honrada.

*Aplausos do PSD.*

Em terceiro lugar, assumi o compromisso de acelerar a execução dos fundos europeus, de desbloquear os 714 milhões de euros que estavam retidos em Bruxelas, ainda do terceiro e do quarto pagamentos, de submeter o quinto pagamento, que trará cerca de 3000 milhões de euros à nossa Administração e à nossa economia, de

publicitar todos os fundos que são atribuídos e de reforçar a fiscalização na aplicação destes dinheiros. Tudo isto está realizado e cumprido. Palavra dada, palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Assumi o início das conversações com os professores e os profissionais das forças de segurança, com vista a tratar de assuntos de carreiras e remunerações que não foram acautelados nem resolvidos nos últimos oito anos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Pois bem, professores, forças de segurança, guardas prisionais, oficiais de justiça e profissionais de saúde, mais do que aquele compromisso que eu tinha aqui deixado, está hoje realizado: estas conversações mantêm-se e foram subscritos muitos acordos precisamente nestas áreas. Palavra dada, palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em quinto lugar, assumi a abertura da concertação social para discussão de novas bases para o aumento dos rendimentos, da produtividade e da competitividade. Este processo está em curso, na sequência da reunião da Comissão Permanente de Concertação Social. Palavra dada, palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Parece o António Costa a falar!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Em sexto lugar, assumi o compromisso de estabelecer com todos os grupos parlamentares nesta Assembleia um diálogo político que pudesse encaminhar o Parlamento e o Governo a adotar uma agenda anticorrupção. Este processo decorreu em diálogo com todas as forças com representação parlamentar, o Governo apresentou a sua agenda. Também aqui, palavra dada foi, e é, palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Assumi, nessa ocasião, a realização das provas do 9.º ano no formato de papel, para garantir igualdade de oportunidades a todos os estudantes. Sem embargo do caminho para a digitalização, tomámos a decisão, as provas foram realizadas, a palavra dada foi a palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em oitavo lugar, assumimos a apresentação de uma nova estratégia para a habitação, capaz de corrigir falhas e erros nítidos que vinham do passado, revogando o arrendamento forçado e promovendo a isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e imposto do selo na compra da primeira habitação para os jovens portugueses. Palavra dada, palavra honrada. Tudo isto está realizado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E, finalmente, assumi também, nessa ocasião, o compromisso de restabelecer a confiança e a previsibilidade no setor imobiliário e turístico do alojamento local, revogando decisões injustas e fomentando o aproveitamento destas oportunidades pelas famílias que investiram as suas poupanças neste setor de atividade. Palavra dada, palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos uma Nação em transformação e temos uma Nação com confiança.

O que acabei de recordar não é pouco, não é mesmo nada pouco, mas é uma pequena parte, efetivamente, de tudo aquilo que foi decidido e está em execução desde que tomámos posse e saímos deste Parlamento com a investidura parlamentar e a capacidade plena para executar o nosso Programa.

Esta diferença de cumprir aquilo que se promete, de materializar a mudança que os cidadãos quiseram, é a marca deste Governo. Foi para isso que nós viemos: para fazer uma mudança segura e para fazer a diferença, a diferença na vida das pessoas, a diferença em cada mulher e em cada homem que vê nestas decisões algum dos seus problemas resolvido para poder ter uma vida melhor.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Para além de todos estes compromissos, a Nação está a executar um Programa do Governo que saiu da escolha dos portugueses. Esse Programa e essas decisões estão a ser executados. Por mais que alguns, habituados aos hábitos do passado, vejam muitas palavras, vejam muitas apresentações e se estejam a recordar daqueles *PowerPoint* que eram apresentados todos os anos,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Todas as semanas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com cores diferentes e com uma ou outra palavra diferente, aqueles que nós temos apresentado não são para repetir, são para executar e para virem outros em cima deles e a seguir a eles.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta palavra dada também é para ser honrada, e deve ser por todos, naquilo que é a execução do Programa do Governo.

Foi por isso, de resto, que exigi lealdade e verdade a este Parlamento quando nos investiu na plenitude das nossas funções. Como sempre vos disse, não é uma questão de chantagem, não é uma questão de arrogância, nem é uma questão de jogos de palavras. Não rejeitar o Programa do Governo não significa, como também já afirmei aqui, uma adesão ao seu conteúdo, mas é um ato que tem consequências políticas. E é preciso sermos sérios, é preciso mesmo seriedade para interpretar o comportamento dos representantes do povo nesta Assembleia da República.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sim, Aníbal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Uma coisa é fazer oposição, criticar e fiscalizar o Governo, uma coisa é apresentar ideias e apresentar alternativas; outra coisa é governar no Parlamento contra o Programa que se viabilizou no Parlamento. Isso é que é uma coisa inadmissível, desleal e não é séria na atividade política.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Como também já disse, até ao dia em que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados decidirem aprovar uma moção de censura a este Governo — se algum dia o decidirem —, as oposições, para além do seu trabalho político, têm um dever de lealdade com os portugueses de nos deixarem governar e não quererem governar em arranjos irresponsáveis e oportunistas no Parlamento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Repito, cada um tem direito a apresentar as suas ideias e as suas alternativas, mas o programa que está em execução é o Programa do Governo. Não há mais nenhum Programa do Governo para executar. Há ideias para

apresentar, mas não há um programa alternativo, se os senhores não tiverem coragem de gerar uma maioria para o viabilizar neste Parlamento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não há dois programas do Governo para executar, e muito menos três. Há um Programa do Governo para executar, porque o Parlamento não o rejeitou.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sem embargo do diálogo político, sem embargo da negociação política, sem embargo da capacidade que temos de nos ouvir uns aos outros, há uma coisa em que não podemos perder o norte: há um Governo legitimado pelo voto popular e há um programa viabilizado na Assembleia da República.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E esse Programa é o que tem permitido baixar o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) sobre o trabalho, apresentar ao Parlamento a descida, em dois terços, do pagamento de IRS para os jovens até aos 35 anos,...

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

... descer o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) de todas as empresas — e são muitas as que pagam IRC; 97 % das empresas que pagam IRC são pequenas e médias empresas —,...

*Protestos do PS, do L, do Deputado do BE Fabian Figueiredo e do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

... para que as empresas possam investir mais, para podermos atrair mais investimento, para termos mais oportunidades de emprego e para pagarmos melhores salários, para sermos mais produtivos e mais competitivos.

Está inscrito no Programa do Governo e é uma linha de rumo para o futuro de Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Fomentar a união de empresas, os ganhos de escala.

Agir com resultado na habitação: facilitar, por exemplo, o acesso ao arrendamento no programa Porta 65; aumentar os alojamentos disponíveis para os estudantes do ensino superior, aproveitando, entre outras coisas, a capacidade instalada nas pousadas da juventude e nos equipamentos do INATEL (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores); aumentar o complemento de alojamento;...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já estava a ser feito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... dar aos jovens estudantes do ensino superior mais 100 000 novas consultas de psicologia e mais 50 000 novas consultas de nutrição para tratar da saúde física e da saúde mental dos nossos estudantes; revogar os erros na política de habitação.

E tratar, talvez, do serviço que os anteriores Governos deixaram pior, apesar de inúmeras vezes terem repetido que estavam a destinar-lhe mais recursos financeiros: a saúde.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Reorganizar as urgências hospitalares, que estavam — e, de alguma maneira, ainda estão, porque isto não se resolve de um dia para o outro — numa situação muitíssimo difícil.

*Protestos do PS, do BE, do PCP e do L.*



O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem, lealdade! Não estão habituados à verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acabar com as listas de espera para consultas, para cirurgias, a começar pelos doentes oncológicos, que não podem, muitas vezes, esperar, porque senão esse é o primeiro passo para perderem a vida!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Reforçar a resposta pública nos cuidados de saúde primários e na medicina familiar, mas não desperdiçando a capacidade instalada, para o serviço público, dos equipamentos sociais e dos equipamentos dos operadores privados. Criar a linha SNS Grávida. Monitorizar, acompanhar os doentes crónicos. E alargar a realização de internamentos hospitalares domiciliários.

Sim, tudo isto está num programa de transformação da saúde em Portugal e está em execução. Não são proclamações, são políticas que todos os dias estão a ser erguidas nas unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Fechar um acordo para devolver a paz à escola pública.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ter um processo de colocação de professores o mais tranquilo possível.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ter um novo modelo de avaliação dos alunos, que o Sr. Ministro da Educação terá oportunidade de apresentar, para além do plano + Aulas + Sucesso, que visa atrair e reter docentes e diminuir de forma abrupta o número de alunos que não têm professor a, pelo menos, uma disciplina.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nos apoios sociais, sim, muitos podem ter tido a intenção, até o podem ter pensado, ninguém sabe, mas o Governo que aumentou em 50 € o complemento solidário para idosos a meio do ano foi este.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Governo que retirou o rendimento dos filhos como uma condição que pudesse excluir a candidatura de idosos vulneráveis a este programa foi este Governo. O Governo que aumentou de 50 % para 100 % a comparticipação dos medicamentos prescritos para os idosos que recebem complemento solidário para idosos — muitos podem ter pensado, mas quem decidiu, e foi nestes 100 dias — foi este Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Contra factos não há argumentos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nas migrações, medidas para regular, regularizar e dar humanismo e dignidade ao acolhimento e integração de imigrantes.

A decisão da localização do novo aeroporto Luís de Camões. O acompanhamento do projeto da terceira via e da ligação de alta velocidade de Lisboa a Madrid, não retirando a prioridade assumida pelo Governo, que ainda ontem decidiu lançar a segunda PPP (parceria público-privada) para a ligação Lisboa-Porto-Vigo entre Oiã e Soure. É uma decisão de ontem...

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

... que visa continuar a executar este projeto, que é o projeto prioritário nas ligações de alta velocidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, finalmente, um Governo que, do ponto de vista internacional, continua a boa linha de diplomacia, de intervenção, de respeito por valores fundamentais nas organizações internacionais e em todos os espaços geográficos do mundo, olhando para os direitos humanos, olhando para os valores da democracia, olhando para os valores do humanismo.

Esta política, a política externa do Governo, segue aquela que vem dos Governos anteriores, porque esta é efetivamente uma tradição de Portugal que, posso hoje testemunhar, é também um capital político enorme em todas as organizações internacionais de que fazemos parte.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Na União Europeia, onde estaremos na linha da frente neste próximo ciclo, a executar a Agenda Estratégica, e onde teremos um português na presidência do Conselho Europeu. Um português que, apesar de ser socialista, apesar de ser o meu antecessor no exercício destas funções, apesar de eu ter sido, quer na bancada parlamentar do PSD, quer na liderança desse partido, um opositor à sua governação, apoiei com muita honra, com muito empenho e regozijo com o resultado que Portugal alcançou e que a própria personalidade do Dr. António Costa obteve. Sim!

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Farinha do mesmo saco!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Até bateram palmas a menos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vejo que esta intervenção desperta o interesse das bancadas da oposição.

*Protestos do CH e de Deputados do PS.*

É natural, porque é muito difícil às bancadas da oposição acompanharem tantos temas, tanto trabalho, tanta decisão, estarem ao lado dos portugueses a tratar do futuro de Portugal. É difícil, eu reconheço que é difícil!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

É tão difícil, que eu, quando estava na oposição, não tinha tanta dificuldade, porque era muito mais fácil apresentar aquilo que estava por fazer, aquilo que nunca mais era decidido, aquilo que era adiado, aquilo que era empurrado para a frente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Mas a última conclusão sobre o estado da Nação é mesmo a confusão na oposição.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E a saúde?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós já sabíamos que havia muita incoerência e havia muita inconsistência. Mas ver o Partido Socialista exigir mais baixas de impostos, exigir um acordo com professores e com as forças de segurança que nunca teve vontade de fazer, abolir portagens cujo valor se tinha recusado a reduzir,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... assistir a tudo isto, exigindo a este Governo que fizesse em 60 dias o que não fizeram em 3050 dias, tem sido um exercício de contorcionismo político digno de uma peça trágico-cómica. É uma das faces da irresponsabilidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ver o Chega...

**Vozes do CH**: — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... apoiar tudo isto com convicção e orgulho tem sido um grande contributo para...

*Protestos do CH.*

Aliás, tem sido um grande contributo que o antissistema trouxe para dentro do sistema.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

O contributo que o antissistema trouxe para dentro do sistema foi a birra, a imaturidade, o oportunismo, a junção com o Partido Socialista, e, portanto, a outra face da mesma moeda da irresponsabilidade política.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora a sério!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se alguém ousasse ter dito, antes das eleições, que o Chega ia levar o Partido Socialista às cavalitas,...

*Protestos do CH.*

*Risos da IL.*

... para o Partido Socialista se agarrar às costas do Chega, para ambos governarem a partir do Parlamento, qualquer pessoa diria que isso era uma loucura, mas essa é efetivamente uma realidade destes 100 dias!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

São opções, são opções. São legítimas. São opções, são legítimas.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Partido Socialista não se importou de comer o fruto que dizia que era proibido.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O Chega não se importou de comer o fruto que dizia apodrecido.

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Proibido e apodrecido foi o fruto apetecido do Partido Socialista e do Chega nos primeiros 100 dias desta Legislatura!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Esse foi o da Madeira!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Termino, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, com estas quatro conclusões.

A Nação que está em transformação, a Nação que tem confiança, a Nação que tem um Programa do Governo que está a ser executado e a Nação que tem uma grande confusão na oposição é a Nação que obriga o Governo a ter ainda mais sentido de responsabilidade,...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Vê-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... a ter ainda mais sentido de diálogo político, de negociação, se esse diálogo e essa negociação forem para levar a sério e não forem apenas números para a comunicação social.

*Protestos de Deputados do PS, do CH e do L.*

Termino dizendo o seguinte: nós cá estaremos, independentemente dos apartes que juntam também a esquerda e a direita neste Hemiciclo. São muito ruidosos os dois e dizem quase sempre as mesmas coisas de um lado e de outro. É outra característica interessante.

*Protestos do L e de Deputados do PS.*

Independentemente disso, Portugal, as portuguesas e os portugueses sabem que há um Governo que tem um rumo. Sabem que há um Governo que está a cumprir a palavra dada. Sabem que há um Governo que está a executar o seu programa. Sabem que há um Governo que não é dono da verdade e que está disponível para discutir com os outros,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não parece!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... mas que não está disponível para encenar discussões.

Sabem que há um Governo que está preocupado com as suas vidas. Sabem que há um Governo que olha para os jovens e que quer dar-lhes uma oportunidade em Portugal. Sabem que há um Governo que olha para

quem trabalha e que quer dar mais rendimento fruto desse trabalho. Sabem que há um Governo que olha para quem já teve uma vida ativa e está hoje reformado, que merece um tratamento digno e um apoio do Estado.

Esse Governo é o Governo que está em funções. Esse é o estado da Nação. Esse é o caminho que reitero solenemente — solenemente! — com Portugal e com os portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos então à primeira ronda de pedidos de esclarecimento. Lembro que cada um dos oradores tem 5 minutos para formular o respetivo pedido de esclarecimento.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos para o primeiro desses pedidos de esclarecimento, sendo que dispõe de 5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, lamento profundamente a arrogância desta intervenção.

*Aplausos do PS.*

**Vozes do PSD**: — Oh!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nós não ouvimos a intervenção de um Primeiro-Ministro, mas sim de um líder político em combate com o Parlamento, em combate com o País.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Primeiro-Ministro não exige lealdade ao Parlamento. O Sr. Primeiro-Ministro presta contas no Parlamento e executa o que o Parlamento decide.

*Aplausos do PS.*

Respeito pelo Parlamento, respeito pela democracia. A derrota nas eleições europeias e as sondagens deviam exigir de si mais humildade.

*Aplausos do PS.*

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Mas dói-vos, dói-vos. Mas dói-vos!

Sr. Primeiro-Ministro, qual é a sua visão estratégica para a economia portuguesa? Qual é a economia que quer ver a médio prazo em Portugal? Portugal tem crescido acima da média europeia e tem-se vindo a transformar. É preciso acelerar a transformação do perfil de especialização da economia portuguesa.

Nós queremos uma economia mais diversificada, mais sofisticada. Nós sabemos que só uma economia forte permitirá ao País pagar salários mais elevados. Só uma economia forte permitirá atrair e reter jovens qualificados.

Nós temos uma estratégia, temos vindo a defendê-la. Nós queremos que o País seja capaz de selecionar os setores, as áreas tecnológicas, onde já tenhamos competências instaladas e que permitam arrastar a economia. Nós queremos envolver as associações empresariais, a academia, os centros tecnológicos nesta seleção. Em vez de fragmentarmos, pulverizarmos, os apoios, concentrarmos onde faz a diferença.

*Aplausos do PS.*

Isto não é nenhuma «esquerdice», Sr. Primeiro-Ministro. O antigo Primeiro-Ministro Cavaco Silva fez exatamente isto há 30 anos com o «relatório Porter». Foram identificados setores, *clusters*, e foi adotada e desenhada uma política pública para os transformar e modernizar. Essa estratégia produziu resultados positivos.

Importa hoje renovar a estratégia, sermos capazes de identificar os setores de futuro: a energia, a mobilidade e os transportes, a metalomecânica e os equipamentos industriais, a saúde — setores onde já temos competências científicas, tecnológicas e empresariais.

Sr. Primeiro-Ministro, qual é a sua visão estratégica para a economia portuguesa? Aquilo que sabemos, depois da apresentação do pacote da economia, é que tem pelo menos 25 % das medidas dedicadas a um só setor, o do turismo. Sabemos também que o Governo quer que o turismo, no início da década de 30, atinja um peso de 20 % do PIB (produto interno bruto).

Nada mais dizem sobre os outros setores, não sabemos aquilo que querem para a economia portuguesa. Sabemos, sim, que querem reduzir o IRC para 15 % e perder 1500 milhões de euros de receita por ano em IRC.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — São 1500 milhões de euros de receita que podiam ser investidos na política económica, na inovação, na internacionalização, na formação, mas de que o Governo decide prescindir. Prescindir para quê? Prescindir para quem? Essa poupança fiscal vai beneficiar que empresas?

Sabemos que 85 % das empresas em Portugal são responsáveis por apenas 10 % da receita fiscal em sede de IRC e que 0,2 % das empresas pagam 37 % do IRC. Quem ganha? Quem vai poupar? A banca, as seguradoras, a grande distribuição.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da IL.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece o Paulo Raimundo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E, Sr. Primeiro-Ministro, o que é que acha que os bancos vão fazer com mais poupança fiscal? Vão baixar as taxas de juros cobradas aos seus clientes? Vão remunerar mais os seus depósitos?

*Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.*

E a grande distribuição, o que é que vai fazer com mais poupança fiscal? Vai baixar o preço aos consumidores? Vai pagar mais aos nossos produtores? Vai pagar melhores salários?

Sr. Primeiro-Ministro, a medida de redução de IRC transversal e sem critério é uma medida errada, injusta e ineficaz.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da IL e do CDS-PP.*

Sr. Primeiro-Ministro, qual é a sua visão estratégica para a economia portuguesa?

Queria-lhe perguntar também se está disponível para repensar connosco, com o PS, a estratégia e a política para o IRC.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Paulo Raimundo não faria melhor!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder, dispondo de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, creio que o Sr. Deputado continua a confundir conceitos, continua a confundir a lealdade e a seriedade política com a arrogância. E faz mal, porque assim vai manter-se num equívoco que já devia ter resolvido na sua ação política.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Depois, Sr. Deputado, não deixa de ser irónico que o Sr. Deputado me invetive a ter mais humildade com as sondagens. É só irónico, porque é exatamente isso que eu quero aqui afirmar: uma postura de humildade, apesar de as sondagens serem tão boas para o Primeiro-Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Nota-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É mesmo isso! É mesmo isso!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Portanto, desse ponto de vista, Sr. Deputado, estamos de acordo. Sabemos que estes percursos têm altos e baixos, não nos deixamos abater quando estamos nas fases menos boas e também não nos inebriamos quando estamos nas fases melhores.

Sr. Deputado, o seu modelo de transformação económica não vingou em Portugal. O desempenho económico de Portugal nos primeiros 20 anos deste século deram um crescimento médio de 0,5 % do nosso Produto.

*Protestos de Deputados do PS.*

Isto não é conciliável com os objetivos que nós temos: de ter uma economia que, em vez de ser de baixos salários, como aquela que os senhores desenvolveram, é uma economia de altos salários; de ter capacidade de reter e atrair capital humano, e capital humano qualificado; de desenvolver ainda mais a capacidade exportadora das nossas empresas, sim, com certeza, aproveitando as áreas de conhecimento, as áreas de inovação, as áreas de investigação onde somos mais competitivos — mas não na posição dirigista da economia que o Sr. Deputado sustenta.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é uma questão de escolha, é uma questão de garantir que os setores mais competitivos, mais produtivos, naturalmente, devam ser alavancados.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E turismo! Correu muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, ver o Sr. Deputado aderir, 30 anos depois, às diretrizes e orientações de política económica dos Governos do Prof. Cavaco Silva, do «relatório Porter», quando os Srs. Deputados, sempre que o Prof. Cavaco Silva diz qualquer coisa, se cansam de dizer que é uma voz do passado, que é uma voz que não acrescenta nada, que é uma voz que não deve ser ouvida...

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

Ó Sr. Deputado, eu bem digo: uma das conclusões do estado da Nação é a confusão na oposição, não há dúvida!

*Aplausos do PDS e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Sr. Deputado, nós temos toda a disponibilidade para discutir soluções estratégicas para Portugal. Em 2014, fui um daqueles que subscreveram e executaram, neste Parlamento,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... um acordo político do PSD e do CDS...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E com o PS!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com o Partido Socialista para uma baixa gradual do IRC,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para termos mais capacidade de atrair investimento, para darmos às empresas mais meios para elas poderem inovar, para elas poderem produzir mais e pagar melhores salários.

Sr. Deputado, aí, sim, eu estou no mesmo sítio, o senhor é que não está! O senhor não acredita nisto.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Portanto, eu vou lembrar-lhe: em Portugal há 267 000 empresas, das 500 000 que entregam declarações de IRC, que pagam IRC, 97 % das pequenas e médias empresas.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Zero!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quanto! Diga quanto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós queremos também grandes empresas. Queremos que as pequenas passem a ser médias, que as médias passem a ser grandes e que as grandes passem a ser ainda maiores.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS e do BE.*

Se o Sr. Deputado tiver disponibilidade para olhar para o futuro com esta confiança no nosso tecido económico, vamos sentar-nos. Vamos sentar-nos, Sr. Deputado. Se não tem confiança, não simule a disponibilidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para o segundo pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, debatemos o estado da Nação, e, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que, no fundo, elenque as quatro grandes conclusões que, para este grupo parlamentar, espelham o estado da Nação.



Em primeiro lugar, a recuperação do prestígio das instituições. Hoje, e não é coisa pouca, o Governo governa com estabilidade, as instituições funcionam sem casos, sem casinhos, sem trapalhadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Em segundo lugar, a paz social. Paz social nos vários setores da Administração Pública, paz social no mundo sindical, paz social nas portuguesas e nos portugueses.

A abertura ao diálogo. Um diálogo que visa atingir acordos, que visa atingir a melhoria na vida das pessoas, tem sido também uma das características deste Governo e é uma das características, hoje, do estado da Nação.

Segurança dos mais carenciados e dos mais pobres. Não deixar ninguém para trás. Aquilo que já se fez no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, aquilo que já se fez com os mais carenciados, sobretudo aqueles que têm pensões mais miseráveis ainda em Portugal, é um exemplo das características deste Governo e é um exemplo, hoje, do estado da Nação: segurança para os mais pobres e para os mais carenciados.

*Aplausos do PSD.*

Quinta e última característica: futuro e esperança, Sr. Primeiro-Ministro. Aquilo que o Governo decidiu em 106 dias, no que diz respeito à habitação, no que diz respeito ao ambiente e à energia, no que diz respeito à agricultura — de que tão poucos falam, mas que é tão importante —, no que diz respeito à aceleração dos fundos comunitários, no que diz respeito ao que decidiu para os jovens portugueses, são sinais de um estado da Nação com esperança e com futuro, e essa é a última característica que aqui reconhecemos, hoje, no debate do estado da Nação.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, ao mesmo tempo que olhamos para aquilo que foi feito nestes últimos 106 dias e vemos esperança, vemos futuro, olhamos, como teve ocasião de dizer, para a nossa oposição, designadamente para o Partido Socialista. Durante muito tempo, confesso-lhe, achei que a quem o Partido Socialista queria fazer oposição era à sua direita, designadamente ao PSD, à Iniciativa Liberal, ao Chega. Achei que o Partido Socialista tinha três adversários bem identificados neste Parlamento.

*Protestos do CH.*

Passados 106 dias de governação, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que o Partido Socialista tem três adversários, mas não são três partidos políticos. Os três adversários do Partido Socialista não são três partidos políticos, repito. Dos três adversários do Partido Socialista, o primeiro, já identificado, já clarificado, é a classe média portuguesa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Partido Socialista recusou-se a baixar os impostos à classe média em Portugal.

*Aplausos do PSD.*

Para o Partido Socialista, quem ganha entre 1500 € e 2500 € em Portugal é rico, não merece ser desafogado do ponto de vista fiscal — já agora, com a cumplicidade, e a mesma visão, do Chega.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Segundo adversário do Partido Socialista: pequenas e médias empresas. São os empresários portugueses, a maior parte do nosso tecido empresarial, aqueles para quem, para o Partido Socialista, não deve também haver um desagravamento fiscal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Fale do IRC reduzido, homem! Qual é a dificuldade?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, queria aqui saudar a postura do Secretário-Geral do Partido Socialista. Com muita humildade, quero dizer que a postura que aqui hoje trouxe, de estar aberto ao diálogo para uma reforma sobre o IRC é saudada por esta bancada, e quero reiterar a nossa disponibilidade para, também no Parlamento, fazermos esse diálogo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Terceiro adversário do Partido Socialista, Sr. Primeiro-Ministro: a juventude portuguesa. Quando o Partido Socialista ataca, combate, o IRS Jovem e a taxa única de 15 %, menos dois terços do que hoje pagam os jovens portugueses, isso significa que o Partido Socialista identificou os jovens portugueses como um dos adversários a combater,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Os jovens?! Que jovens? Os vossos filhos ou os nossos filhos?! Os filhos dos políticos?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): —... e eu queria aqui lamentar profundamente que assim seja.

*Aplausos do PSD.*

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, confesso-lhe, até percebo. Quando ouvi o Secretário-Geral do Partido Socialista atacar as empresas portuguesas, atacar o modelo económico, fechei os olhos e a determinada altura pensei: hoje, o debate começou ao contrário, quem usa da palavra é o Bloco de Esquerda, não é o Partido Socialista.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É um orgulho, sempre!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Basta ouvir a narrativa, o discurso é exatamente o mesmo.

Para terminar, e por falar em arrogância, Sr. Primeiro-Ministro, hoje tinha sido uma ocasião para o Secretário-Geral do Partido Socialista pedir desculpa ao Parlamento pela sua arrogância.

*Risos do PS, da IL e do L.*

Cito: «Pedro Nuno critica o Governo por falhar acordo com polícias: “O que fica é o fracasso”».

*O orador exibiu a notícia que citou.*

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Primeiro-Ministro, dispõe de 5 minutos para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, vai-me desculpar que faça uma poupança de tempo nas respostas às suas questões, tal é a identificação que tenho também com aquilo que aqui trouxe, o que não é, de resto, de estranhar.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Só pode!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Disfarce, pelo menos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que não é, de resto, de estranhar. Sei que alguns que se riem, se calhar, não eram capazes de dizer a mesma coisa das suas bancadas, mas cada um tem o que tem. Cada um tem o que tem!

*Risos e aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Quem conhece sabe!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me só dizer-lhe, Sr. Deputado, o Governo e as forças políticas que o apoiam no Parlamento têm disponibilidade para falar com as oposições. Já têm falado com as oposições em muitas matérias, e mesmo em matéria fiscal. O problema é que as oposições, nomeadamente a oposição do Partido Socialista, afirmam-se também elas disponíveis, mas depois são intransigentes.

*Protestos dos Deputados do PS Marina Gonçalves e Pedro Nuno Santos.*

Veja-se o que fizeram com o IRS! O IRS tinha uma política de descida no Orçamento do Estado para 2024,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Façam, ao menos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, contrariando aquela que era a posição do PSD na altura, o Partido Socialista concentrou nos rendimentos mais baixos todo o esforço dessa descida. Propusemos, no programa eleitoral, na nossa campanha, no Programa do Governo, que fosse feito outro equilíbrio, entre aqueles que têm mais baixos rendimentos e precisam de desafogar a sua carga fiscal e aqueles outros, os profissionais liberais, trabalhadores por conta de outrem que têm rendimentos de 1000 € e qualquer coisa e que, por vontade do Partido Socialista, ficaram fora desse objetivo.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Não ficaram, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não minta aos portugueses!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós tentámos uma aproximação! Aliás, o Sr. Deputado protagonizou, com outros Deputados da bancada do PSD, várias tentativas que eu acompanhei. E, no fim do dia, qual foi a conclusão que tirou? Olhe, eu tirei uma muito simples: foi só uma simulação de disponibilidade, porque o Partido Socialista não queria outra coisa que não reiterar o erro que já tinha cometido quando aprovou o Orçamento do Estado para 2024. Portanto, Sr. Deputado, vamos ser sérios.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Desculpe lá, está a falar a sério?! Então, seja sério!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há quem confunda seriedade com arrogância. Mais uma vez, não é uma questão de arrogância.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Só desrespeito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há um Programa do Governo, que tem balizas, que tem uma estratégia, que este Parlamento não quis rejeitar e que, portanto, deve ser executado.

Como não temos maioria absoluta no Parlamento,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Mas parece! Mas parece!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... claro que podemos aproximar-nos de alguns partidos da oposição, mas é no desenvolvimento do espírito e do conteúdo do Programa do Governo, que é o único que está em vigor e em execução.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, Sr. Deputado, fazer como fez o Bloco de Esquerda — e já falaremos com o Bloco de Esquerda daqui a bocadinho! —, que foi dizer «sim, senhor, vamos à reunião,...», que promovemos com todas as forças políticas, «...vamos levar um caderno de encargos, mas votamos contra o Orçamento.»?

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

Disponibilidades destas, de facto... Nós vamos na mesma ouvir, e se calhar até vamos extrair algumas coisas positivas, mas isto diz bem do espírito de quem quer mesmo dialogar e concretizar o diálogo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e aos restantes membros do seu Governo.

Quería começar por dizer o seguinte: pensava que o Sr. Primeiro-Ministro vinha aqui, hoje, falar do que importa a quem está em casa — das consultas que não conseguem ter, das portagens que continuam a pagar,...

*Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.*

... dos custos da habitação que continuam a ter, da corrupção que continua a inundar o nosso País, sem qualquer proatividade do Governo,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Na Madeira, por exemplo!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Uma vergonha, o que se passa na Madeira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas o Sr. Primeiro-Ministro chega a este debate para dizer «derrubem o Governo, se tiverem coragem».

Sr. Primeiro-Ministro, sabe quais devem ser as palavras mais usadas por si, nos últimos dias? «Moção de censura». Só pensa nisso, a toda a hora! Acorda a pensar em moções de censura, deita-se a pensar em moções de censura, a ver se o espírito de Cavaco Silva volta a descer nesta Casa, se alguém lhe faz esse favor e se vai a caminho de uma maioria em que só o Sr. Primeiro-Ministro acredita e que só o Sr. Primeiro-Ministro vive.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

Para já, temos uma certeza. Eu não sei se as cavalitas são do PS, do PSD ou do Chega, mas há uma coisa que sabemos: até agora, quem levou António Costa às cavalitas para Bruxelas foi o PSD e foi o Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É uma desculpa para eleições!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esse é o primeiro ponto.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Já se está a ver o filme!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se alguém levou o PS às cavalitas não foi o Chega, foi o Sr. Primeiro-Ministro, que levou António Costa às cavalitas. Aliás, como às cavalitas trouxe um CDS, inexistente, para o Parlamento, também.

*Risos e aplausos do CH.*

Portanto, já estão habituados a esta coisa das cavalitas. Já estão habituados!

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

Os senhores já estão habituados a estas cavalitas, porque é o António Costa, é o PS, é o CDS, e vamos ver se em breve não é a Iniciativa Liberal! É tudo o que for, tudo o que for... e, mesmo assim, este «tudo» não chega.

*Protestos de Deputados do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O senhor também queria!

*Contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço aos serviços para pararem o tempo da intervenção, por favor.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Os Deputados do Chega têm de deixar falar o líder!

O Sr. **Presidente**: — Há algum mimetismo, que não devia ser seguido, mas enfim!  
Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Após um Governo que apresentava *PowerPoints*, temos um que todas as semanas apresenta novos panfletos a dizer «é isto que vai acontecer», mas não vimos nada, vimos zero! E o Sr. Primeiro-Ministro vem aqui dizer «não, não, palavra dada é palavra honrada».

Sr. Primeiro-Ministro, nas últimas duas semanas, este Parlamento discutiu a redução da imigração, o seu controlo — como disse ali de cima, da tribuna —, as quotas, que defendeu durante a campanha eleitoral porque sabe muito bem que este País está à beira da rutura na entrada de imigrantes, e o descontrolo que a AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.) tem, o descontrolo que há, neste momento, sobre quem são esses imigrantes e o que é que fazem.

O que é que o PS e o PSD fizeram? Juntaram-se para impedir que a imigração fosse controlada em Portugal.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem é que anda às cavalitas de quem neste Parlamento? Quem é que anda às cavalitas de quem, entre o Governo e a oposição?

*Aplausos do CH.*

Mas, mais: palavra dada, palavra honrada. Nós iríamos dizer que não entrava nem mais um enquanto isto não estivesse controlado em Portugal.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é isso que vocês dizem! Vocês dizem que precisamos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores preferiram entender-se com o Partido Socialista.

Nas portagens: palavra dada e palavra honrada. O Sr. Primeiro-Ministro falava de portagens, mas, na hora certa, o PSD queria um projeto de resolução sem data e sem predefinição. Nós, não! Neste Parlamento, fosse com que partido fosse, olhámos nos olhos dos portugueses e dissemos «vamos acabar com as portagens». Palavra dada, palavra honrada! É assim que neste partido se faz.

*Aplausos do CH.*

Forças de segurança: no meio de um processo negocial, o Sr. Primeiro-Ministro diz «nem mais 1 cêntimo»...

*Protestos de Deputados do PSD.*

... e atira à falta de vergonha do Partido Socialista nesta matéria.

O Sr. Primeiro-Ministro não resolveu nenhuma injustiça histórica, o Sr. Primeiro-Ministro mantém essa injustiça no seu Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A única proposta que houve de equiparação total foi a do Chega. Palavra dada, palavra honrada! É assim que se deve fazer.

*Aplausos do CH.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, acho que era tempo de esquecer as moções de censura, de esquecer os sonhos com eleições num mês qualquer em que acha que vai ganhar e de nos responder a isto...

*Protestos da IL, do BE e do CDS-PP.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Façam-lhes a vontade!

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado.

É tempo de esquecer as eleições e de falar do que interessa: do plano para a saúde, das urgências no verão. Ainda neste fim de semana tivemos nova sessão de urgências encerradas em grande parte do País. Onde é que está o plano de emergência que nos prometeram?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ainda nesta semana tivemos hospitais com as urgências encerradas, sem que houvesse alguém a dar uma explicação.

As confederações das pequenas e médias empresas acusam-no de não ter medida nenhuma para as pequenas e médias empresas, e o Sr. Primeiro-Ministro sabe bem quais são esses problemas. É a falta de liquidez, é o pagamento da Segurança Social,...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... são as dificuldades no arrendamento não habitacional. Isto era o que as pequenas e médias empresas queriam ver.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que é que o Sr. Primeiro-Ministro fez? Simplesmente, ignorou-as, e governa para três ou quatro empresas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O que é isto? É o PCP?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós tivemos Governos muito parecidos em certa coisa. Tínhamos um Governo que queria governar para os pobrezinhos, agora temos um Governo que quer governar para os ricos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Está a evoluir bem!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — No meio disso, há um partido que quer saber da classe média. Palavra dada e palavra honrada — é assim que nós fazemos!

*Aplausos do CH.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, faça-nos um favor, neste debate do estado da Nação, esqueça lá as eleições, esqueça lá a sua arrogância com o Parlamento e diga-nos: da saúde à justiça, o que é que vai fazer...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, quero garantir-lhe, com 100 % de fidedignidade, que nunca me deitei a pensar numa moção de censura, nunca acordei a pensar numa moção de censura,...

*Risos do PSD, do PS, da IL e do L.*

... nunca sonhei com uma moção de censura,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E com uma moção de confiança?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas registei que, quando se baliza aquilo que são as regras de funcionamento da democracia, o Sr. Deputado tem uma certa obsessão por esse instrumento que é a moção de censura,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas não tem coragem de o utilizar,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do CH.*

... na mesma linha daquilo que fez para aprovar o IRS do Partido Socialista e a abolição das portagens do Partido Socialista.

Portanto, Sr. Deputado, também não deixa de ser irónico que a principal acusação relativamente à postura do Primeiro-Ministro neste Parlamento seja coincidente entre os Srs. Deputados Pedro Nuno Santos e André Ventura. Ambos veem o líder do Governo, e o próprio Governo, como uma manifestação de arrogância.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Só desrespeito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou repetir mais uma vez a todos os Deputados desta Câmara, porque temos mesmo de ser sérios...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Só que tu não és!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Desculpe lá, está a falar a sério?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e as pessoas em casa têm de nos compreender.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A quantidade de vezes que já disse isso é para desconfiar! Quem é sério não tem de estar sempre a dizer que o é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As pessoas em casa têm de nos compreender.

Sabe, assumi o compromisso, na campanha eleitoral, de que só exerceria estas funções se ganhasse as eleições. Depois, na tomada de posse do Governo, disse que a execução do Programa que traria ao Parlamento deveria ter como consequência uma de duas: ou a sua rejeição e, portanto, outro Governo teria de ser formado,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é a nossa interpretação!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ou a sua não-rejeição, que equivale a dar a oportunidade para que o Governo execute o seu programa.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Isso é a sua interpretação, não é a nossa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Só tinhas uma hipótese! Foi uma interpretação anunciada! Duas vezes!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há partidos políticos — por acaso até nem é tanto o Chega, aí o Partido Socialista ganha, de longe, ao Chega — que interpretam isto como uma chantagem que se faz aos partidos, que agora são obrigados a aprovar tudo aquilo que o Governo decide. Não, não é isso!

O que é preciso ter em linha de conta é que há um Programa do Governo que tem de ser executado, em respeito pela vossa decisão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade que é também pela decisão dos portugueses, mas foi vossa a decisão de não o rejeitarem. Por isso, temos mostrado abertura com os grupos parlamentares que, ainda por cima, têm representatividade, como é o caso do Chega e do Partido Socialista, para, em algumas matérias, e não deturpando o objetivo principal das medidas do Governo, podermos chegar a acordo.

*Protestos do Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.*



Mas a realidade, nua e crua, é que quer o Partido Socialista, quer o Chega, não quiseram chegar a acordo com o Governo e as forças políticas que o apoiam, porque preferiram entender-se um com o outro. Estão no vosso direito, mas esta foi, objetivamente, a conclusão que se pôde tirar do comportamento das oposições mais relevantes, do ponto de vista da representatividade, neste Parlamento.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.*

E depois, Sr. Deputado, queria dizer que nestes 106 dias, naquilo que aqui trouxe na intervenção inicial, para além do combate político,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Houve algum combate político?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... às vezes até fico admirado como é que os parlamentares, neste palco privilegiado do debate político, até queriam um Primeiro-Ministro que não fizesse combate político.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah! Há, por exemplo, uma guerra na Europa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acho que isso era um bocadinho a perversão da democracia. Claro que fazemos combate político,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ui, ui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas eu elenquei mais de 30 medidas concretas que o Governo já tomou, já decidiu e que estão em execução e que vão, precisamente, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado diz.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

Há hoje uma reorganização das urgências. «Ainda não é suficiente», claro que não é, não tivemos tempo para isso. Há hoje mais cirurgias a serem feitas no Serviço Nacional de Saúde, à cabeça das quais, as oncológicas. Há hoje um atendimento personalizado para as grávidas, para poderem ser conduzidas aos cuidados de saúde de que precisam e poderem ser conduzidas sem ir...

*Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.*

... com a insegurança de saber se determinada resposta está ou não está disponível.

*Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Está a funcionar, está!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há hoje idosos e pensionistas que recebem mais complemento solidário para idosos. Há hoje idosos e pensionistas que têm uma comparticipação de 100 % na compra de medicamentos. Há hoje polícias que vão começar a receber mais 200 € por mês, depois mais 50 € e depois mais 50 €, mais 300 € por mês,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Migalhas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... forças de segurança onde há pessoas que têm vencimentos de cerca de 1000 €, 1100 €, e com a nossa medida...

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

... vão ter mais quatro vencimentos mensais num ano. Se acha que isto é pouco, Sr. Deputado, é porque não tem noção do que é governar o País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal. Tem 5 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, creio que será justo dizer que neste momento o estado da Nação é o estado dos planos. O estado dos planos, não só, que este Governo tem apresentado, mas também dos planos que o Governo anterior apresentou e da sua execução, porque, queiramos ou não, o estado do País é ainda muito influenciado por aquilo que foi a governação anterior.

Portanto, vou começar por falar de alguns planos do Governo anterior,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... porque a conclusão é que não basta apresentar planos. E vou dar alguns exemplos de planos cujo resultado ficou aquém ou, de todo, não aconteceu.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É isso, é isso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Primeiro exemplo: o PS apresentou o Plano Ferroviário Nacional; dizia que era para concretizar a paixão do PS pela ferrovia. Resultado: ainda na campanha eleitoral tínhamos mais 1 km de linha em exploração do que quando o plano foi apresentado.

Segundo exemplo: foi apresentado também, e discutido aqui neste Parlamento, um plano sobre as florestas, «a maior revolução desde D. Dinis», dizia o PS. Sabemos o que aconteceu no terreno e como ficaram as florestas.

Terceiro exemplo: o «plano Costa Silva». Mas, sabemos como o PS deixou esse plano, nomeadamente o PRR, do ponto de vista da sua execução. Portanto, mais um falhanço do PS, apesar do plano que foi apresentado.

O programa Mais Habitação: «mais habitação», mas menos casas, foi esse o resultado desse plano.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), que prometia 12 000 camas: nenhuma — nenhuma — para amostra foi deixada com esse plano.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Isso é mentir no Parlamento, Sr. Deputado!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E, já agora, Sr. Primeiro-Ministro, aí vou dizer-lhe que perdeu, perdeu claramente. Houve até quem apresentasse um plano para dois aeroportos e o senhor só apresentou um — veja bem como esta coisa dos planos funciona. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, não basta apresentar planos, é preciso depois concretizá-los e é preciso que os planos sejam bons.

Não quero fazer oposição destrutiva,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — «Mas não sei fazer outra coisa!»

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... reconheço que há áreas em que foram dados passos importantes, queria falar-lhe das áreas em que temos divergências mais importantes.

Diria que, desse ponto de vista, nessas divergências, há planos que ficaram a meio caminho, há planos que vão pelo caminho errado e há até planos errados que vêm a caminho.

Vou começar pelo «pacotão». Não me ouvirá dizer outra coisa, aliás, eu também já o disse: quero que as pequenas empresas portuguesas se tornem médias, que as médias se tornem grandes,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... que as grandes se tornem multinacionais,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... é isso que faz parte de uma visão estratégica para a economia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mas o «pacotão» tem um problema, Sr. Primeiro-Ministro: para que isso seja possível, é preciso dar um sinal claro de que vale a pena crescer. Mas, quando mantemos, aliás quando os senhores mantêm a questão das derramas, estão a dar o sinal errado, estão a dizer às empresas que não vale a pena crescer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Exato!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, os senhores ficaram, nessa matéria, a meio caminho. O plano para a habitação? Mais uma vez, a meio caminho. Porquê? Porque as medidas que trouxeram são medidas do lado da procura. E as medidas do lado da oferta, Sr. Primeiro-Ministro? E o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da construção a 6 %, que muitas vezes é o fator que decide se um plano de investimento vale a pena ou não, para trazer mais casas? Meio caminho.

E o plano da saúde? Bem, aí já estamos num caminho errado, porque temos uma divergência de princípio. O Sr. Primeiro-Ministro continua a entender que é possível manter o SNS (Serviço Nacional de Saúde) no centro e apostar na complementaridade.

Nós entendemos que já não é possível fazê-lo e que, na realidade, esse caminho já foi feito. Não é por acaso que há 4 milhões de portugueses que têm seguros de saúde, não é por acaso que há funcionários públicos, e suas famílias — mais de 1 milhão de portugueses —, que têm ADSE (Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.).

Não vale a pena «parar o vento com as mãos»: o caminho está a ser feito e aquilo que está a acontecer é que os mais desfavorecidos ficam agarrados a um SNS que não vai dar resposta.

Queria também falar-lhe de um outro caminho errado, ou meio caminho.

Sim, os senhores estão a dar passos para os jovens; sim, os senhores estão a dizer aos não residentes qualificados que, afinal, podem continuar a vir para Portugal porque têm um regime favorável, mas há muita gente que não está a ser contemplada com a descida de impostos que deveria ter nesta altura.

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, o tal plano errado que vem a caminho: o plano da comunicação social e do apoio à comunicação social.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Temos também aí uma divergência de princípio: apoiar a comunicação social é a prazo. Criar as condições para que a comunicação social esteja dependente do poder político é, para nós, perfeitamente inadmissível.

O Sr. Primeiro-Ministro disse, ainda ontem, que o que foi anunciado e não foi feito não existe. Quero também dizer-lhe que o que está a ser anunciado, mesmo que seja feito, nestes casos que acabei de lhe dizer, não vai ter grandes resultados.

Portanto, vou-lhe colocar três questões muito claras, porque pode tentar contraditar-me: Quantos licenciamentos a mais vão existir, no próximo ano, em termos de construção? Como vai ser a taxa de desemprego dos jovens, que está, hoje, ainda em 23 %? E, pode garantir, tal como prometeu na campanha eleitoral, que em 2025 todos os portugueses terão médico de família?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, é verdade que o Sr. Deputado e a sua bancada têm primado por uma oposição diferente daquela que vem de outras bancadas e que, apesar de anotar, como anotou, várias divergências, há muitos pontos de vista que temos em comum.

Um deles é, precisamente, não querermos que este Governo se transforme numa reedição do Governo dos planos que não saíam do papel. Estou absolutamente de acordo e essas instruções são dadas a todos os membros do Governo. E posso garantir-lhe que todos os programas e planos que aprovámos estão em execução. Não estão ainda em condição de poder mostrar todos os resultados; alguns já mostram alguns resultados, mas não estão todos em condição de mostrar algum resultado.

Mas nós próprios, no Governo, vamos querer monitorizar a execução desses programas e desses planos, não só para o nosso combate político, mas também para que as portuguesas e os portugueses possam, precisamente, tirar as ilações sobre a capacidade de realização do Governo e dos seus objetivos.

Deixe-me dizer-lhe — e já tivemos esta discussão inúmeras vezes — que sobre a questão fiscal temos algumas diferenças de opinião, nomeadamente no âmbito do IRS, já o discutimos noutras ocasiões; temos uma diferença de opinião no âmbito do IRS Jovem; devo dizer-lhe que o Governo está aberto, dentro do princípio plasmado no nosso programa eleitoral e do Governo, a poder até aprimorar esse mecanismo, com o contributo de algumas bancadas, e a sua, seguramente, terá alguma coisa a poder acrescentar nesse domínio. Nós não podemos é, de uma assentada, descer o IRS de forma transversal e incidindo mais na classe média; descer o IRS dos jovens com grande impacto, com grande dimensão; descer o IRC, que há pouco o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos chegou a dizer que valia 1500 milhões de euros por ano; não! Vale 500 milhões de euros por ano, vale 1500 milhões, porque são três descidas consecutivas de dois pontos percentuais durante três anos.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

O Sr. Deputado fala-me agora da derrama. Se optássemos pela sua sugestão, iríamos acrescentar a isto um custo que estimámos, só na derrama estadual, ascender a cerca de 1800 milhões de euros. Portanto, é preciso dizer: sim, queremos aliviar os impostos; sim, queremos que isso signifique que as pessoas têm mais rendimento do seu trabalho...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Algumas pessoas! Algumas pessoas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que as empresas têm mais capacidade para investir e para inovar, mas não podemos prejudicar aquilo que é um outro objetivo, o de termos contas públicas equilibradas e não voltarmos a ter, em Portugal, a necessidade de ter programas de intervenção externa que são conhecidos na sua dimensão de esforço e sacrifício.

Sr. Deputado Rui Rocha, pois, as nossas medidas de simplificação e estímulo para haver mais licenciamentos vão estar à prova no próximo ano, mas não tenho aqui um número concreto para lhe dar.

O impacto das nossas políticas na diminuição do desemprego jovem é uma grande expectativa que temos, vamos ver até que ponto e vamos ver com que cadência, porque o cumprimento deste objetivo não se consegue também apenas num ano civil.

Quanto à questão dos médicos de família, Sr. Deputado Rui Rocha, de facto, na campanha eleitoral tive a ocasião de dizer que no nosso programa de emergência iríamos procurar atingir uma resposta de medicina familiar para todos aqueles que não têm hoje médico de família.

Essa resposta já começou a ser construída, com a abertura de um concurso para ingresso de mais médicos de medicina familiar; tem, em aditamento, a contratação de médicos aposentados e, até, a atração de médicos que prestam serviço noutros setores; mas, no entretanto, já estamos a materializar a resposta de medicina familiar que a capacidade instalada no serviço público — mas, ao mesmo tempo, também no serviço social e no serviço privado — é capaz de oferecer.

Antes de ficar com a palavra cortada, quero só dizer-lhe que tentarei responder à questão da comunicação social numa ocasião superveniente.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, proponho a quem acompanha este debate um exercício de imaginação.

Imaginemos que, em vez de apontar a cobardia internacional deste Governo, pudéssemos congratular o Primeiro-Ministro por acompanhar António Guterres e reconhecer a autodeterminação do Estado da Palestina.

Imaginemos que, em vez de perguntar ao Primeiro-Ministro onde vai buscar milhares de milhões de euros para pagar o *jackpot* fiscal a grandes empresas, este debate fosse sobre um compromisso para aumentar o salário mínimo até 1000 €.

Imaginemos que, em vez de confrontar o Primeiro-Ministro com alterações à regra do subsídio de desemprego para baixar os salários, estivéssemos a debater como generalizar a semana de trabalho de quatro dias.

*Protestos do CH.*

Um outro cenário: imaginemos que, em vez de debater o encerramento de urgências e o aumento do número de utentes sem médico de família, pudéssemos, neste debate, estar a discutir as condições de carreiras que levassem os concursos para profissionais do SNS a estarem cheios de profissionais.

Imaginemos que, em vez de confrontar o Primeiro-Ministro por se vangloriar por abrir as portas ao alojamento local, pudéssemos estar a debater os limites para o turismo, porque tudo tem um limite.

Imaginemos que, em vez de confrontar o Primeiro-Ministro sobre subsídios à banca e ao negócio imobiliário, pudéssemos estar a falar sobre como descer os juros da Caixa Geral de Depósitos, sobre como limitar as rendas e descer o preço da habitação.

Imaginemos que, em vez de constatar um retrocesso de décadas na política de imigração, o fim do mecanismo de regularização de imigrantes — o único que existia —, pudéssemos estar a falar sobre como corrigir, sim, os erros do passado e como melhorar a regularização e o acolhimento de imigrantes.

Sr. Primeiro-Ministro, pode construir um muro de Vila Nova de Cerveira até Vila Real de Santo António, pode chamar navios da Frontex (Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira) para o rio Trancão, e a verdade é que os imigrantes vão chegar para fazer as obras do PRR, para as pescas, para a agricultura.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

E, então, porque é que vai acabar com o único dispositivo que existia para regularizar imigrantes que entram em Portugal?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para controlar, que era o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E a única resposta, Sr. Primeiro-Ministro, é tão simples quanto cruel: é que a direita não quer menos imigrantes em Portugal; quer imigrantes mais fragilizados,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fragilizados estão eles agora!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... mais baratos, mais calados.

*Protestos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E também quer, por isso, menos salários. A direita não quer mais habitação, quer mais negócio; não quer mais saúde, quer mais negócio, e acha que se desenvolve a economia baixando o IRC sobre as grandes empresas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade! É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Srs. Deputados, é um Governo de ganância, é um Governo que governa para a ganância, e o estado da Nação é só o *trailer* do que vai acontecer no Orçamento do Estado.

*Risos do CDS-PP.*

Eis o estado da Nação: os donos de Portugal esfregam as mãos à espera do Orçamento do Estado, a contar milhões, os milhões do IRC, do trabalho barato, dos contratos do negócio da saúde, da especulação imobiliária, sem que ninguém lhes exija 1 cêntimo a mais em salários — repito, 1 cêntimo a mais em salários —, melhores condições de trabalho ou menos tempo de trabalho para as pessoas poderem viver melhor.

**Vozes do BE:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É, por isso, um Governo de desigualdades, e é isso que vemos no pacote da economia. Devia ser sobre promoção do investimento, devia ser sobre como aumentar salários, devia ser sobre como diminuir o tempo de trabalho, devia ser sobre transição climática, devia ser sobre como pôr na ordem as grandes empresas que parasitam o Estado,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Parasitam?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parasita é o Bloco! O Bloco é que é parasita!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... à custa da subsidiodependência, e que parasitam os trabalhadores.

*Protestos da IL.*

E não é, não é porque o Governo confunde a economia com os donos da economia, e é diferente governar para a economia ou governar para os donos da economia, como faz o PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tem de imitar o Francisco Louçã!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E se lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, porque é que não governa para o povo, dir-me-á que primeiro é preciso enriquecer os mais ricos. Conhecemos essa teoria, chama-se *trickle-down economics* em inglês,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Oh!

**Vozes do CH:** — Ui!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... é o projeto trumpista e daquele Governo liberal que não durou mais do que uma alface, no Reino Unido. E sobre esse projeto sabemos duas coisas: que ele só serve para aumentar desigualdades e que é um projeto para o qual a esquerda nunca poderá ser requisitada.

*Protestos da IL.*

E também sabemos outra coisa, Sr. Primeiro-Ministro: terá sempre diálogo com o Bloco de Esquerda. Estaremos cá para falar de salários quando o Governo fala em baixar IRC; estaremos cá para falar de menos tempo de trabalho quando o Governo fala em baixar salários; estaremos cá para falar de carreiras do SNS quando o Governo fala em negócio para o privado;...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Como é que estão nas sondagens?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... estaremos cá para falar de acolhimento de imigrantes sempre que o Governo falar de fechar fronteiras e controlar fronteiras;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... estaremos cá para falar de ambiente sempre que o Governo falar em mais e mais e mais turismo; e estaremos cá para regular o turismo,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não! Vamos acabar com o turismo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... porque a habitação é a maior liberdade que alguém pode ter — ter a sua casa, em segurança,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E vocês iam lá expropriá-las!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... uma casa que possa pagar com o seu salário. Estaremos cá, porque a Nação merece uma alternativa.

*Aplausos do BE.**Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos, também.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, creio que a resposta às suas questões e observações é relativamente simples. Se imaginássemos todas as ideias do Bloco de Esquerda materializadas e executadas em Portugal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Credo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não precisávamos de procurar qual era a consequência, porque isso já foi testado noutras geografias e noutros países,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e a consequência foi o aumento exponencial da pobreza,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... foi a castração da capacidade de as sociedades se desenvolverem e foi a impossibilidade de essas sociedades terem uma verdadeira igualdade de oportunidades.

*Protestos do BE.*

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é muito simples: imaginando, por um acaso, fazer uma parte que fosse do seu programa político, as consequências seriam ainda piores do que aquelas que advieram das responsabilidades que a Sr.<sup>a</sup> Deputada e o Bloco de Esquerda tiveram nos primeiros anos da governação do Partido Socialista.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

É tão simples quanto isso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, não queremos nada uma sociedade de baixos salários; nós queremos uma sociedade que crie riqueza para pagar melhores salários.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quatro dias de trabalho por semana, ui...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós não queremos nada a precariedade dos trabalhadores...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa é a que existe!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, em particular, dos imigrantes; pelo contrário, queremos acolhê-los e integrá-los com dignidade e com capacidade de acesso aos bens essenciais que lhes trazem qualidade de vida.

Já agora, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a habitação é um bem fundamental, mas, olhe, temos aqui também uma pequena diferença.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Ele é fundamental, ele é central nas democracias, mas para mim, como social-democrata, o valor maior que uma política pública pode exponenciar, em termos de igualdade e democraticidade numa sociedade, é a educação, é o conhecimento, ainda mais do que a habitação.

É preciso termos uma casa digna para cada portuguesa e para cada português.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O que não podemos ter é a degradação da escola pública, que rouba àqueles que não têm uma condição económica favorável a oportunidade de poderem utilizar o seu potencial, e a sua capacidade, no fim de tudo, de serem iguais aos outros.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, registei que, nos anos em que o Bloco de Esquerda teve responsabilidades partilhadas na governação, este valor na educação foi desvalorizado,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o valor na saúde foi desvalorizado, o valor na habitação também foi desvalorizado.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Esteve de férias? Não percebeu o que aconteceu?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, acolheremos as vossas sugestões na nossa reflexão, mas, se elas mantiverem o afinilamento ideológico e teimoso do seu pensamento, será difícil podermos integrá-las nas nossas soluções.



*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, no último debate afirmou que gostaria de fixar o salário mínimo nos 1000 €, de aumentar salários e pensões e até me pediu dinheiro emprestado para resolver esse objetivo — recorreu à ironia, mas, sem querer, espelhou bem o estado da Nação que hoje aqui discutimos.

Para os trabalhadores, para as populações, para a juventude, para os reformados, para os pequenos empresários e agricultores, para os utentes do Serviço Nacional de Saúde, há sempre justificações, medidas pontuais, cenários macro, «contas certas» e «nem mais 1 cêntimo». Para a minoria, sobram as oportunidades de negócio, os apoios e todos os milhões que forem necessários.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro pediu emprestado, mas dou-lhe de graça três pistas onde pode ir buscar os recursos para responder à vida melhor, de que a maioria necessita e precisa: avance para o resgate das PPP rodoviárias e verá que encontra aí mais de 1000 milhões de euros por ano que o Estado entrega aos grupos económicos; exija à Vinci que reponha os 2000 milhões de euros que deve da criminosa privatização da ANA (Aeroportos de Portugal), essa privatização que o PSD, o PS e o CDS teimam em não querer esclarecer; ponha fim aos benefícios fiscais.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A lista é longa, não vou perder tempo com ela, mas no total da lista são 1600 milhões de euros em benefícios fiscais.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A questão não é a falta de recursos, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, tão bem como eu, mas sim a opção que se toma e ao serviço de quem se toma. E, como afirmou o Sr. Primeiro-Ministro, palavra dada é palavra honrada, e aí está a medida das medidas, a descida do IRC, uma opção sua, ao serviço dos grupos económicos e que custará ao País, nos primeiros quatro anos, caso ela avance, 4500 milhões de euros. Sr. Primeiro-Ministro, nos primeiros quatro anos, 4500 milhões de euros.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Faça as contas!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Acha que os médicos, os enfermeiros, outros profissionais da saúde, os militares, as pensões, os salários, a escola — a escola pública, como agora disse —, a creche, os lares, a produção nacional ou a habitação, estão em condições de abdicar desta receita?

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Acha que, perante o aumento do custo de vida, as rendas e prestações que não se aguentam, as dificuldades de acesso à saúde, a pobreza, do que o País precisa agora, neste momento, é de entregar ainda mais recursos públicos aos grupos económicos?

*Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

E não deixa de ser curioso — aliás, queria sublinhá-lo — que aqueles que diziam que era irrealista a proposta do PCP, para que 1 % do PIB fosse destinado ao investimento da habitação, sejam agora os principais adeptos de transferência de um valor para os grupos económicos que se aproxima muito de 2 % do PIB.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, é!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isto não é acelerar a economia; isto é acelerar a acumulação, a injustiça e a desigualdade, é servir uns poucos, e grandes, e, ainda por cima, em nome das micro, pequenas e médias empresas.

Do que estas pequenas empresas precisam é do aumento dos salários, porque é isto que faz dinamizar o mercado interno, e é no mercado interno que as pequenas empresas vivem.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Precisam de menos custos na energia, nos serviços bancários, no arrendamento comercial, nos seguros, nas telecomunicações, medidas que obrigam a beliscar os interesses dos grandes, mas o Governo não está para isso.

Dos aeroportos à rede elétrica, das autoestradas aos cuidados de saúde, tudo gira em função dos grandes interesses, e, esses sim, Sr. Primeiro-Ministro, têm razões para viver com confiança. E nem o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) escapa a este rolo compressor, com os helicópteros de que precisa, mas que não tem.

Rejeitamos este caminho e a dita estabilidade de uma política que, não sendo de agora, desestabiliza a vida de milhões e milhões de pessoas e não responde aos problemas das pessoas e do País.

Rejeitamos as opções que, ao mesmo tempo que criam 5000 novos milionários por ano, empurram, nesse mesmo ano, 40 000 crianças para o risco de pobreza.

O seu Governo quer rapidamente e em força responder aos interesses dos grupos económicos. É esse o seu programa de mudança. Ontem foram os pacotes e os anúncios de novas oportunidades, hoje é o IRC e os demais benefícios e amanhã virá a tentativa de novos ataques aos horários, novos ataques aos vínculos, novos ataques às leis laborais. Cá estamos, e estaremos, para lhe fazer frente.

Mas o PSD e o CDS não estão sós nesta demanda. Para lá da demagogia do Chega, da subtileza reacionária da Iniciativa Liberal...

*Risos da IL.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eh lá! Subtileza reacionária?! Espetacular!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... e das abstenções violentas do PS, é verdade que não falta apoio aos grupos económicos aqui nesta Assembleia, e não é disto que o País precisa.

O País precisa de transformação, sim, mas com o aumento geral e significativo dos salários. O País precisa, e em particular os jovens, de garantir o acesso à habitação e os direitos das crianças, elementos fundamentais para uma juventude que faz cá falta e que a política de baixos salários empurra para a desesperança e para a emigração.

Não desistimos do País, não desistimos da juventude. É este o nosso compromisso.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, tem sido recorrente a forma como o Sr. Deputado nos coloca as questões, que têm sempre o mesmo enquadramento.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. Deputado repete muitas vezes que este Governo governa e decide para corresponder aos interesses económicos dos grandes grupos económicos.

*Risos do CH.*

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa: não é por dizer isso muitas vezes que tal vai passar a ser verdade.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Está comprovado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Este Governo decide a sua política económica a pensar e a contribuir para a criação de mais oportunidades, de mais investimentos, de mais empresas e de maior número de grandes empresas. Isso é verdade! Porque são as grandes empresas que empregam mais gente e pagam melhores salários.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah! Ah! A diferença é grande!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Claro que sabemos que o nosso tecido económico assenta muito nas pequenas e médias empresas e, portanto, também queremos que elas cresçam e deixem de ser pequenas para serem médias e deixem de ser médias para serem grandes. Tanto que até decidimos, no último pacote de medidas para acelerar a economia, que a transição de uma pequena e média empresa para grande empresa não tenha o impacto que hoje tem, que é a inacessibilidade a um conjunto de incentivos, que desincentiva, precisamente, o seu crescimento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, sei que vai repetir isso mais vezes e sei que temos uma conceção diferente do que é construir boas empresas e grandes empresas.

Deixe-me, apenas, dizer-lhe o seguinte: a proposta que apresentámos de baixa do IRC também já foi testada em Portugal e, por acaso, até teve consequências muito singulares.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em 2014, houve uma diminuição de dois pontos percentuais da taxa de IRC, na sequência de um acordo, que já hoje mencionei, entre o CDS e o PSD, por um lado, e o Partido Socialista, por outro. Curiosamente, em 2014, a receita de IRC cresceu.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — 700 milhões de euros ano!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Apesar de a taxa ter diminuído, a receita cresceu.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já os salários!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós somos um bocadinho mais prudentes a fazer contas e, portanto, estimamos uma perda de receita acumulada em três anos, que são os únicos em que se aplica a descida, de 1500 milhões de euros divididos por 500 milhões de euros por ano.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Mas até vou aqui confessar — é verdade que será um ato de fé, mas vou aqui confessar — que tenho esperança de que aquilo que aconteceu em 2014...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A partir de 2015!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... possa renovar-se nos próximos anos. E tenho esperança de que possamos ter um impacto, mesmo sobre a receita fiscal, inferior àquele que, prudentemente — e digo prudentemente de propósito, porque nós queremos manter o equilíbrio das contas públicas —, tomámos em consideração.

Uma última nota, que quero reiterar: é falsa a ideia de que a descida do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas é direcionada para beneficiar mais as grandes empresas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Só acontece fazendo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou repetir. Em cerca de 500 000 declarações de IRC, cerca de 267 000 pagam IRC. Dentro destas, cerca de 130 000 têm um rendimento coletável superior a 150 000 € por ano. Depois, entre os 50 000 € e os 150 000 €, estamos a falar de mais de uma centena de milhar de empresas. Depois, em relação às PME (pequenas e médias empresas), é aplicada uma taxa mais baixa — mesmo no nosso projeto —, de 12,5 %.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quem acredita que as pequenas e médias empresas em Portugal, estas 267 000 empresas que pagam IRC, não estão disponíveis para utilizar os impostos que pagarão a menos para investir mais em tecnologia, para investir mais em equipamento, para serem mais produtivas e pagarem melhores salários, é porque não conhece as empresas.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

E, ao não conhecer as empresas, não conhece aquilo que para nós é o valor fundamental das empresas, que são precisamente os trabalhadores. Os trabalhadores são o elemento mais importante de uma empresa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aqueles que veem na empresa apenas o empresário têm um olhar muito, muito limitado daquilo que é uma organização empresarial.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O PSD cedeu 8 minutos ao Governo que, por isso, terá tempo para poder responder também aos próximos pedidos de esclarecimento.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 5 minutos. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, caras e caros Colegas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, caros concidadãos, chegámos para ver o dia em que os grandes desafios da atualidade são ignorados, em que fazemos de conta que eles não existem e em que o País tem confiança se os minimizar ou se fizer como o Sr. Primeiro-Ministro, que não os menciona.

Não houve uma palavra no seu discurso — e é uma escolha sua, que consigo fica — para a crise ecológica que o planeta está a atravessar,...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para as alterações climáticas, para as alterações que precisamos fazer em termos de transição energética. Não houve uma palavra!

Neste ano de 2024, com as transformações da economia que estamos a ter e que ninguém pode ignorar que terão um impacto enorme sobre as pessoas que trabalham neste País, não houve uma palavra sua para a revolução da inteligência artificial e sobre como preparar a economia portuguesa para o que aí vem. Foi uma escolha sua! Não o mencionou!

Um Primeiro-Ministro acabado de chegar de uma Cimeira da NATO (North Atlantic Treaty Organization), e não houve uma palavra sua para o facto de que, chegado o fim do ano, podemos não contar com o sistema de segurança euro-atlântico que temos tido até agora — tenhamos a opinião que tivermos acerca dele.

O Sr. **Ministro da Defesa** (Nuno Melo): — Ah!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não houve uma palavra sobre como a Europa se há de preparar para esse mundo.

Não houve uma palavra para o alargamento da União Europeia, nem sobre como isso impacta nos nossos fundos de coesão, em que regiões inteiras de Portugal — talvez todas! — deixarão de ter acesso aos fundos que tiveram até agora. O Sr. Primeiro-Ministro não o mencionou!

O Sr. Primeiro-Ministro diz que o País tem confiança. O País teria confiança, se tivesse um Primeiro-Ministro que soubesse falar deste mundo confuso e caótico, que os portugueses conhecem, porque, Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses não vivem na bolha dos políticos portugueses. Os portugueses, que olham lá para fora e veem que o mundo está perigoso,...

*Protestos do CH.*

... teriam confiança num Primeiro-Ministro que lhes soubesse dizer que, perante a violência política, perante uma guerra no continente — e não houve a palavra Ucrânia no seu discurso, não houve a palavra Palestina no seu discurso —,...

*Protestos do PSD, do CH e da IL.*

... perante esse mundo que está em guerra na nossa vizinhança e no nosso continente, havia uma estratégia para Portugal reinventar a sua economia, para nos posicionar no mundo de uma maneira que — por favor, Sr. Primeiro-Ministro!... — não passa apenas por ter alguém num cargo de topo da União Europeia.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves e do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Sr. Primeiro-Ministro, não há uma segunda oportunidade para um bom primeiro discurso do estado da Nação.

*Protestos do PSD e do CH.*

E o que o Sr. Primeiro-Ministro nos apresentou aqui foi um discurso que nem para um debate quinzenal serve.

*Protestos do PSD.*

O País teria confiança numa governação que contasse com o Parlamento a sério, que num mundo cada vez mais polarizado e agressivo dissesse a todos os partidos que o diálogo se faz no Parlamento, de forma transparente e à vista de todos.

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Já lhe foram dadas ideias — que, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro, na altura, disse que eram boas, mas não voltou a falar nelas — acerca de como nos prepararmos para o futuro.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Uma delas tinha a ver com o compromisso de equidade de investimento: a utilização do excedente orçamental que foi sacrifício das pessoas comuns deste País...

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

... e que agora está a ser distribuído de mão beijada aos que menos sacrifícios fizeram. Aqueles que não fizeram sacrifícios — como a banca, por exemplo — vão ter grandes descontos de IRC.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aqueles que fizeram sacrifício não têm uma palavra a dizer acerca de como é que se usa o excedente.

A visão da economia que o Sr. Primeiro-Ministro nos apresenta é a de que espera que pequenas empresas cheguem a médias e as médias cheguem a grandes, como quem diz à pequena e média empresa, que não tem lucro sequer para pagar IRC: «Cheguem ao tamanho da Galp, e aí terão um grande rebate!»

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é nada disso, Rui!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Essa é uma visão da economia completamente inadaptada para um país como o nosso, em que as pequenas e médias empresas garantem a independência de muitas famílias, garantem o trabalho a milhões de portugueses.

*Protestos da IL e do CDS-PP.*

Essas pequenas e médias empresas não têm, da sua parte, uma palavra para ajuda com os custos da transformação, da incorporação de conhecimento e tecnologia de que elas precisam.

Esses 500 milhões de euros por ano, esses 1500 milhões de euros que o Sr. Primeiro-Ministro agora aqui mencionou, fazem muita falta às pequenas empresas,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Fazem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que são empresas de nicho, de especialização, que continuam a fazer inovação, mas em relação às quais, aparentemente, o que o Sr. Primeiro-Ministro diz é: «Cheguem a grandes, sejam todas tubarões, e depois terão o desconto de IRC que lhes prometi!»

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há muitas empresas que continuarão a ser sardinhas, e é assim que fazem um bom trabalho. É que um peixe grande alimenta muitos pequenos, mas é preciso muitos pequenos para alimentar um grande — isto dizia aquele grande radical que se chamava Padre António Vieira.

Então, se nos diz que quer fazer estes gastos e pretende manter as contas certas no Orçamento, Sr. Primeiro-Ministro, mas já usou o excedente, o que nos está a dizer é que as nossas conversas de sexta-feira não servem para nada, porque está a dizer, basicamente, que já usou o dinheiro que tinha a usar, como alguém que chega a casa e diz: «Eu gastei o dinheiro pagando o jantar aos meus amigos ricos.»

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eh!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — «Também paguei aos polícias e professores...» — malfeito fora; toda a gente concordava que era justo pagar aos polícias e professores — «... agora, vamos discutir como é que gastamos os restos.»

Eu digo-lhe! No IRS jovem, uma herança social. No IMT, uma ajuda de casa; e cumprir a lei no passe ferroviário nacional, e, no abono de família, dar-lhe...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora foi bem feito!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Até que enfim se viu a utilidade do semáforo!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, não deixa de ter uma certa graça que o Livre apresente aqui a sua frustração por, no âmbito alargadíssimo de matérias que já tivemos ocasião de tratar, e que eu trouxe na minha intervenção inicial, não termos falado tanto da crise ecológica, dos impactos da inteligência artificial na nova economia,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nada! Zero!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em novos hábitos, inclusivamente, das sociedades digitais, nas consequências da Cimeira da Nato, que de facto são muito relevantes,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não nos disse nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... do alargamento da União Europeia,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Zero!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... do apoio à Ucrânia, que por acaso tinha mencionado — mas fazendo de conta que o não teria feito —, e até da questão palestina.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E da Nova Zelândia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu só faço uma pergunta. Imaginem que a intervenção inicial do Primeiro-Ministro neste debate era sobre estes temas. O que é que diria o Deputado Rui Tavares? Diria: «Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que está a educação? Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que está a saúde? Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que está a habitação? Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que está a agricultura?»

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

«Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que está o complemento solidário para idosos? Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que estão as pequenas e médias empresas? Ó Sr. Primeiro-Ministro, onde é que está a descida dos impostos sobre o rendimento do trabalho?»

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque é que não falou disso?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, francamente!... Francamente, o Sr. Deputado tem muito talento retórico, mas o Sr. Deputado devia usar o seu talento para cair na real e para falar dos problemas que hoje

afetam verdadeiramente o dia a dia dos portugueses e que são herdados de uma governação com a qual o Sr. Deputado, de vez em quando, até foi cúmplice.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sempre! Sempre! Cúmplice sempre!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado faz uma intervenção a suscitar as consequências da utilização de receitas excepcionais, excedentes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Com sacrifício das pessoas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Está irritado, Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado é contra a atualização remuneratória que estamos a promover nas forças e serviços de segurança?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado é contra a atualização remuneratória e de carreira que estabelecemos com os professores? O Sr. Deputado é contra a atualização das carreiras e das remunerações dos oficiais de justiça, dos guardas prisionais, aquela que estamos a preparar com os médicos e os enfermeiros?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso é muito pouco! É um bocadinho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, é um bocadinho, não! É um «bocadão»! É um esforço! Eu já disse isto e volto a dizer-lhe, olhos nos olhos: é um esforço medonho!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Quanto é que está a dar à Galp?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é um esforço medonho que fazemos no caso dos funcionários públicos, da Administração Pública, para valorizar a sua capacidade de atrair e de reter capital humano,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... para servir o interesse da sociedade, o interesse das pessoas, o interesse das organizações e o interesse das empresas.

Sr. Deputado, é verdade! Tenho muita sensibilidade e haveremos de ter oportunidades para discutir outros assuntos, mas estes foram os que marcaram o essencial, o foco, destes 106 dias de governo, e convivo muito bem com a definição das nossas prioridades!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este debate sobre o estado da Nação coincide com os primeiros 100 dias do Governo, e o balanço dos primeiros 100 dias do Governo é, a todos os níveis, francamente positivo, para desespero de uma esquerda que tarda em perceber que perdeu as eleições.

Os portugueses querem que o Governo do PSD e do CDS continue a governar e a governar bem, como governou nesses primeiros 100 dias.



Os portugueses exigem às oposições responsabilidade política e maturidade democrática. E por isso é que os portugueses nunca entenderiam que duas forças que não têm, alegadamente, nada em comum — o PS e o Chega — se unissem para derrubar o Governo sem apresentarem qualquer solução alternativa.

*Protestos do Deputado do CH Rui Afonso.*

E, Srs. Deputados do Chega, o Chega decidiu ser a muleta e a bengala política do PS.

*Protestos do CH.*

O Chega decidiu...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços para pararem a contagem do tempo. Aliás, a contagem do tempo é automática. É conveniente que as interrupções sejam...

*Continuação de protestos do CH.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Chega decidiu ser a direita fofinha de que a esquerda gosta e que usa.

*Protestos do CH.*

É uma decisão política legítima, mas é mais um ato de enorme irresponsabilidade política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Apoiaram o António Costa vocês, também! Digam lá: «Apoiámos António Costa!»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, se há duas palavras para definir os primeiros 100 dias do Governo, essas duas palavras são «alívio fiscal». Depois de oito anos de recordes absolutos de carga fiscal, os primeiros 100 dias foram caracterizados por um conjunto de decisões de alívio da pressão fiscal que sufoca as famílias e as empresas. Foram 100 bons dias para os contribuintes.

Em três meses, o Governo incluiu decisões de redução da carga fiscal de oito impostos: do IRS, do IRC, do IMT, do IMI (imposto municipal sobre imóveis), do IVA, do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), do imposto do selo e da contribuição extraordinária sobre o alojamento local. É obra, e marca bem a diferença em relação ao socialismo.

São 30 medidas fiscais, Sr. Primeiro-Ministro, em diferentes impostos que visam beneficiar as famílias, as empresas, os proprietários, os consumidores e os pequenos empresários.

São 100 dias a reduzir a pressão fiscal, são 100 dias a favorecer os contribuintes e são 100 dias a corrigir injustiças fiscais. E a maior injustiça fiscal do PS foi a contribuição extraordinária sobre o alojamento local, no programa Mais Habitação, que visava penalizar os pequenos empresários do alojamento local e perseguir esses empresários que tinham decidido não abandonar a sua atividade.

Como o CDS sempre disse, desde a sua criação, essa contribuição representou uma intervenção radical do Estado em dois valores fundamentais de uma democracia ocidental: a propriedade e a liberdade.

*Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.*

Por isso, andou muito bem o Governo em revogar, pura e simplesmente, essa contribuição e em repor os princípios constitucionais da igualdade e da equidade.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo andou bem ao cumprir o desagravamento fiscal, mas o Programa do Governo está desenhado para quatro anos e existem cinco medidas que dizem muito ao CDS, que estão no Programa do Governo e que eu gostaria de identificar.

A primeira tem a ver com a redução do IVA para a taxa mínima na alimentação para crianças. A segunda tem a ver com consagrar as vantagens fiscais para as famílias com filhos, principalmente as famílias numerosas. A terceira tem a ver com incentivos fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos seus trabalhadores.

*Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.*

A quarta tem a ver com incentivos fiscais para as empresas que contratem pessoas com deficiência acima da quota legal. E a quinta tem a ver com a isenção de IRS e de contribuições sobre os prémios de desempenho.

A pergunta que lhe deixo, Sr. Primeiro-Ministro, é se o Governo, depois de ter conseguido um desagravamento fiscal significativo nos primeiros 100 dias, assume o compromisso, perante a Assembleia, de cumprir estas medidas fiscais pró-natalidade, pró-pessoas com deficiência e pró-trabalho até ao fim da Legislatura?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Primeiro-Ministro, faça favor, dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Nuncio, também lhe vou pedir desculpa, como fiz com o Sr. Deputado Hugo Soares, por tentar poupar tempo nas respostas às questões que colocou. Isto não implica desconsideração, porque várias das suas considerações, para não dizer mesmo a totalidade, são considerações que o Governo acompanha.

De resto, o Sr. Deputado enfatizou esta capacidade produtiva do Governo nestes 100 dias em matéria fiscal, que foi, de facto, muito impactante e que nós vamos esperar que seja, sobretudo, bem-sucedida nos resultados que queremos alcançar.

Mas o Sr. Deputado lembra-se de que, quando iniciámos estes 100 dias, nos primeiros dias, nós não tínhamos capacidade de fazer nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Não está muito diferente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nos segundos dias, estávamos a pensar só nas eleições europeias; nos terceiros dias, eram planos a mais; nos quartos dias, já ninguém acompanhava comentar tantas medidas e até vieram com agendas novas, diferentes, para poderem ter qualquer nespazinha de discurso político que fugisse, de facto, ao alcance e âmbito desta governação.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, vamos continuar na mesma rotina de trabalho, a cumprir o Programa do Governo e também, em matéria fiscal, a procurar atingir os objetivos que aqui enunciou, sem colocar em causa as contas públicas, embora eu deva aqui recordar que, para nós, neste Governo, a política fiscal é, em primeiro lugar, um objeto de política económica; em segundo lugar, um objeto de justiça social; e só em terceiro lugar é que, no âmbito do estímulo económico e da promoção da justiça social, fazemos contas às receitas e à alocação das receitas às despesas que temos pela frente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um último pedido de esclarecimento nesta primeira ronda, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento, também, as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes Membros do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de começar, precisamente, pelas suas palavras, porque há pouco falou de alguns quererem fazer acordos com frutos proibidos ou com frutos apodrecidos. Gostava de lhe perguntar, precisamente, sobre o que é a fruta saudável, começando por trazer uma analogia que o povo costuma dizer. É que, Sr. Primeiro-Ministro, «a laranja de manhã é ouro, à tarde é prata e à noite», como bem sabemos, «mata».

**Vozes do CH:** — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Aquilo que é importante, e de que o Sr. Primeiro-Ministro não falou, é precisamente a fruta que anda a servir fora de tempo e o impacto que tem na vida dos portugueses. É que não nos podemos esquecer de que há retrocessos que têm sido promovidos pela mão deste Governo nos seus primeiros dias de governação e há matérias que sistematicamente tem ignorado.

Gostaria de começar, precisamente, por uma das áreas que tem ignorado, Sr. Primeiro-Ministro: a causa animal. Pergunto-lhe que mal é que os animais lhe fizeram para que sistematicamente coloque na gaveta os fundos que estão para ser executados desde o início do ano, isto é, os 13 milhões de euros que já deveriam estar a chegar às famílias que têm animais e às associações que estão no terreno?

Ou esta subexecução — de que, curiosamente, vimos o Sr. Ministro da Agricultura falar muito preocupado — prende-se com um atraso para que, depois, venham justificar algum retrocesso, nomeadamente na política do não abate no nosso País. É que é fundamental ajudarmos as famílias, Sr. Primeiro-Ministro, e, acima de tudo, ajudarmos os animais para que não tenhamos um retrocesso nesta matéria.

Depois, por outro lado, em relação aos bombeiros, recordo-lhe que quando tivemos aqui o debate quinzenal, o Sr. Primeiro-Ministro concordou com o PAN — e bem, em nosso entender — e com a preocupação sobre o papel das florestas para combater as alterações climáticas, mas não respondeu, Sr. Primeiro-Ministro, se está ou não disponível para valorizar os bombeiros profissionais e voluntários do nosso País. E mais uma vez lhe digo que faz muita diferença a hora a que serve o seu sumo de laranja, porque, de facto, quando negoceia, e bem, os 300 € de suplemento com as forças de segurança,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... com que concordamos e que acompanhamos, não se pode esquecer que neste momento há bombeiros que em três suplementos recebem apenas 21,10 € — 21,10 €, Sr. Primeiro-Ministro! — para salvar as nossas vidas e para cuidar da floresta e da biodiversidade.

Isto é absolutamente indigno. Temos bombeiros voluntários que ganham 2,80 € à hora. Isto não pode continuar a ser ignorado pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelo seu Governo e, portanto, pergunto-lhe se é desta vez que nos vai acompanhar e permitir que a bancada que suporta o Governo viabilize a proposta que o PAN aqui apresentou para garantir a valorização destes profissionais?

Ainda no que diz respeito à habitação, hoje de manhã, a caminho da Assembleia da República, as notícias davam conta de que temos cada vez mais famílias que, apesar de trabalharem, estão em situação de sem-abrigo.

Ora, no seu Programa do Governo não fala dos programas *Housing First* — Casas Primeiro —, para quem mais precise. Também não nos trouxe qualquer medida para garantir que quem está em situação de sem-abrigo tem acesso à habitação. Isto tem um impacto muito negativo nas famílias e já aqui vimos o PSD rejeitar a proposta do PAN para travar a execução da penhora, ou seja, para promover um mecanismo de suspensão, garantindo que a casa de morada de família é protegida. Por isso, pergunto-lhe se é desta que está disponível para ter uma resposta para quem está em situação de sem-abrigo?

Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, nesta primeira ronda, queria abordar a violência doméstica, que é claramente um tema que não é uma preocupação no Programa do Governo da AD (Aliança Democrática). Sabemos que a igualdade de género tem ficado para trás, o que também foi, aliás, tema do nosso debate, mas não posso deixar de lhe dar um número.

Falou muito nos primeiros 100 dias da sua governação. Ora, nos primeiros 100 dias da sua governação, a cada dia houve 75 ocorrências de violência doméstica. São 7950 ocorrências de mulheres que são violentadas e abusadas no nosso País, sem que tenham uma resposta. Muito disso porque não há sequer casas-abrigo ou soluções económicas que lhes permitam fugir da situação de agressão a que estão sujeitas.

Porque tivemos, no primeiro trimestre, oito mulheres que morreram às mãos da violência, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se está disponível para acompanhar o PAN nesta matéria e para dar finalmente uma resposta. Isto para não ouvirmos sempre a mesma ladainha de que «palavra dada é palavra honrada», quando a verdade é que, quando a palavra falta, são as mulheres que morrem no nosso País, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Primeiro-Ministro, dispõe de 3 minutos e 32 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, queria dizer-lhe, muito sucintamente, que não, o Governo não abandonou a causa animal, e não tem nenhuma intenção de fazer nenhum retrocesso. O Sr. Ministro da Agricultura tem, de resto, dedicado grande parte do seu trabalho também a esta área, que lhe foi remetida em termos de competência.

No que diz respeito ao apoio aos bombeiros, já tive a ocasião de dizer que concordo com a necessidade de valorizar a carreira dos bombeiros e estamos a trabalhar nisso, mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, não conseguimos fazer tudo em 106 dias. Estamos a trabalhar nisso, como estamos a trabalhar também para a valorização das Forças Armadas, que também precisam de acompanhar, do ponto de vista das carreiras e das remunerações, o investimento que estamos a fazer em setores determinantes da nossa Administração Pública.

Na questão da habitação, já tomámos uma quantidade significativa de medidas e estamos em contacto com as autarquias locais, com quem temos, de resto, assinado protocolos de execução de investimentos para colocar no mercado casas acessíveis e, também, para resolver problemas sociais mais gritantes, como aqueles que afetam as pessoas que não têm, pura e simplesmente, habitação e que se encontram sem-abrigo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, não leve a mal, mas não posso permitir que a Sr.<sup>a</sup> Deputada possa sequer insinuar que este Governo não está empenhado, não está absolutamente direcionado para o combate à ocorrência de casos de violência de género, de violência doméstica e ao acompanhamento das vítimas. Temos, aliás, já um despacho conjunto da Ministra da Juventude e Modernização, da Ministra da Justiça e da Ministra da Administração Interna — ou, no caso, do Secretário de Estado da Administração Interna — para a criação de um grupo de trabalho transversal para...

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Mais um...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Alguém disse «mais um»...

Pois, é porque não estava feito, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Se o tivessem feito na altura do Governo que apoiava, não era preciso estar a constituí-lo agora.

*Aplausos do PSD.*

Vai ser criado um grupo de trabalho para desenvolver todas as preocupações e decisões no âmbito do apoio à vítima, no âmbito da dissuasão da ocorrência destas situações e, naturalmente, também, no âmbito de medidas preventivas que passam, por exemplo, pelo acesso ao mercado da habitação e ao arrendamento, porque muitas das ocorrências de violência doméstica dão-se, precisamente, porque as pessoas não conseguem ter autonomia nas suas vidas.

Portanto, nós temos perfeita noção do impacto desumano de tudo aquilo que é efetivamente o mais assustador na natureza humana, que é a violência contra as pessoas que estão mais fragilizadas. Não acredite que o Governo está desatento a isso, ainda que possamos receber os seus contributos nessa matéria.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Acabada a primeira ronda, informo os Srs. Deputados que temos 19 pedidos de esclarecimento, a seguir, sendo que, na segunda ronda, temos mais 6 pedidos de esclarecimento.

*Pausa.*

Afinal, temos 20 pedidos de esclarecimento, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real também se inscreveu.

Sr. Deputado Hugo Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é manifesta responsabilidade dos grupos parlamentares, não há como escondê-lo, porque deviam ter tido em atenção a grelha que nos foi proposta, quando a decidimos e quando a votámos, mas, com franqueza, parece-me que ela é absolutamente desajustada ao respeito que o Governo deve tributar ao Parlamento e às respostas que o Primeiro-Ministro deve dar às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados.

O que aconteceu é que o Sr. Primeiro-Ministro quis utilizar o mesmo tempo que os Srs. Deputados tinham nas perguntas e, mesmo assim, com alguma comiseração, tentou encurtar o tempo de resposta a algumas bancadas, penalizando as bancadas do CDS e do PSD, que suportam o Governo. Não há problema nenhum quanto a isso, mas a verdade é que chegamos a este ponto do debate e o Governo dispõe de 18 segundos e há 19 ou 20 inscrições para pedidos de esclarecimento, que o Sr. Presidente anunciou agora.

O Grupo Parlamentar do PSD podia, eventualmente, ceder algum tempo ao Governo — e o Grupo Parlamentar do CDS, que tem pouco, também podia ceder tempo ao Governo —, o que inibiria o Grupo Parlamentar do PSD de ter a atuação política que manifestamente deve ter no debate do estado da Nação.

Queria propor ao Sr. Presidente e aos demais grupos parlamentares a possibilidade de, excecionalmente, se não houver nada a opor — e tem de ser uma decisão por consenso de todos os grupos parlamentares! —, alterarmos instantaneamente a grelha que propusemos para este debate e concedermos 10 minutos extra ao Governo para que este possa responder às perguntas dos Srs. Deputados,...

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

... respeitando, assim, aquilo que é o debate do estado da Nação e a intervenção de todos os grupos parlamentares.

*Aplausos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, trata-se de uma decisão que, como referiu, requer o consenso dos grupos parlamentares. Não me oporei a essa situação, caso isso aconteça, como é óbvio, porque seria aquilo que faríamos numa Conferência de Líderes. Não sei se o Sr. Deputado já contactou, ou não, como habitualmente, todos os Srs. Líderes dos grupos parlamentares. Se o fez, facilita a vida ao Presidente, se não o fez, terei eu de fazê-lo agora.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, apenas para responder à sua pergunta, tive ocasião de contactar dois, três grupos parlamentares,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É o diálogo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... não tive ocasião de falar com todos, por força das intervenções no debate.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, dou, então, 30 segundos para cada um dos grupos parlamentares poder tomar a sua posição, agradecendo que a transmitam à Mesa.

*Pausa.*

Compreende-se este compasso de espera. Como é óbvio, trata-se de uma situação inédita, que será excecional, que não constituirá precedente e, portanto, qualquer que seja o sentido, não haverá nenhuma valoração especial, porque se trata de uma situação excecional que terá de merecer o consenso de todos.

Não querendo abrir o debate sobre o tema, quis precisamente clarificar que a situação reúne estas condições.

*Pausa.*

Bom, não tendo a indicação de todos os grupos parlamentares é porque não há condições para poder dar este tempo ao Governo.

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos pediu a palavra, bem como o Sr. Deputado Hugo Soares. Não queria abrir um debate em relação ao tema, mas se alguém quiser dar algumas clarificações poderá fazê-lo.

Queria apenas saber qual é a posição dos partidos, no caso de a quererem transmitir à Mesa. Não perguntei quem é que estava contra ou quem poderia estar de acordo com a proposta, apenas receberia a indicação que os partidos me transmitissem, ou seja, a decisão que os grupos parlamentares tomassem.

*Pausa.*

Muito bem, vou ter de fechar o tempo relativamente à indicação dos grupos parlamentares. Como faltam três indicações, presumo que não a desejem transmitir e, portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares e, a seguir, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas reafirmar o seguinte: creio, sinceramente, e assumo a responsabilidade na quota-parte que diz respeito ao Grupo Parlamentar do PSD, que houve uma manifesta falta de atenção dos grupos parlamentares relativamente à grelha que foi proposta.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — De todos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O que sinceramente acho é que não faz sentido o debate do estado da Nação ter ainda, *grosso modo*, uma hora, hora e meia de duração e o Governo ficar a assistir. Se for essa a decisão do Parlamento, é a decisão que acatarei, mas o Grupo Parlamentar do PSD não vai deixar de intervir no debate.

O Sr. **Presidente**: — Realmente, permiti esta questão *ad hoc* porque me parecia que se tratava de uma situação que reuniria consenso, mas não vale a pena criarmos um caso em relação a um tema que já concluí que não é consensual.

Portanto, vamos continuar com a grelha que está estabelecida.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Peço desculpa, mas não vou eternizar esta questão, façam uma interpelação à Mesa, se assim o desejarem. Podem fazer uma interpelação à Mesa, porque se trata de um direito regimental, mas vou continuar com os trabalhos, com a grelha que está estabelecida.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos. Tem a palavra, mas só se for para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, e serei breve.

Solicitei a palavra para que ficasse, de facto, público este registo. A solicitação do Deputado Hugo Soares é um pouco inusitada e, de facto, inédita. De qualquer das formas, a posição que o PCP assume relativamente à mesma é que não se irá opor. Na verdade, quando olhámos para a grelha de tempos, percebemos os tempos do Governo e por isso é que não fizemos mais nenhuma inscrição para perguntas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não fizeram, porque não têm Deputados!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — A gestão dos tempos cada um a fará e, de facto, este é um aspeto que não pode constituir precedente para o futuro.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, há, pelo menos, 19 pedidos de esclarecimento numa primeira ronda, mais 6 pedidos de esclarecimento, numa segunda ronda, e, portanto, é óbvio que há todo o interesse, não só nosso, mas dos portugueses, em ouvir as respostas às nossas questões. É para isso que aqui estamos.

A título excepcional, damos 2 minutos ao Governo — temos pouco tempo, como é óbvio — para que possa responder às questões que os Deputados têm para colocar.

*Aplausos da IL e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, neste contexto, e dada a importância que o debate do estado da Nação tem, não nos opomos a que o Governo tenha mais 10 minutos para conseguir responder aos pedidos de esclarecimento que os vários partidos apresentam. No entanto, temos de ter em conta que não podemos abrir um precedente, de facto, porque também há uma contenção por parte dos partidos na maneira como gerem o seu tempo.

Gostava também de sugerir ao Governo que aproveitasse, durante o tempo que lhe resta, para nos explicar as tabelas de limites de despesas, cujo envio para o Parlamento está em falta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, vou ser muito rápido. Gostaria de dizer que o Chega não se opõe, obviamente, a dar-se 10 minutos ao Governo para este poder responder.

Aquilo que queríamos saber é qual é que foi o grupo parlamentar que se opôs, porque o PCP não se opôs, o PS parece que também não, a IL e o CDS também não, nós também não... Qual foi o grupo parlamentar que se opôs?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, este debate serve para o Governo apresentar a sua posição relativamente ao estado da Nação. Serve também para as bancadas parlamentares questionarem o Governo relativamente ao estado da Nação. A questão não é se o Governo fica a assistir ou não fica a assistir. A questão é saber se o Governo pode ou não pode responder às perguntas que são feitas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Usava menos tempo na primeira ronda!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, assumindo que não estamos perante um precedente e que esta questão não voltará a acontecer, reiterava o pedido que foi feito anteriormente de saber expressamente qual é a bancada parlamentar, neste Hemiciclo, que não quer que o debate parlamentar sobre o estado da Nação se faça.

*Aplausos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Governo geriu mal o tempo!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, se faz favor.

*Protestos do CH e contraprotestos do L.*

Srs. Deputados, primeiro, não faço nenhum juízo de valor em relação a qualquer bancada que entenda ter uma posição favorável ou contra. Acho que é absolutamente ilegítimo que se faça uma interpretação nesse sentido, porque há uma grelha, a gestão do tempo é da responsabilidade de todos os atores políticos e, portanto, cada um, quando usa ou não usa da palavra, é responsável por depois ter ou não ter tempo para questionar, fazer pedidos de esclarecimento ou para responder.

*Aplausos de Deputados do PS.*

Portanto, passar para uma situação de interpretação, de juízo de valor ou de análise política parece-me que não é acertado.

Aceitei considerar esta situação, como muitas vezes acontece quando todos os grupos parlamentares consensualizam uma proposta em relação a um tema. Não seria o Presidente da Assembleia da República que iria colocar aqui algum obstáculo, mas não acho legítimo que se faça uma interpretação política desta situação — queria deixar isso claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Mas eu faço!

O Sr. **Presidente**: — Por isso, é que disse que receberia a indicação de cada um dos grupos parlamentares, havendo consenso ou não havendo consenso, e o debate passaria tranquilamente para o ponto seguinte... Até estou a ficar sem voz.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, queria chamar a atenção para o seguinte: não posso aceitar a afirmação inicial do Sr. Deputado Hugo Soares de que, por culpa dos grupos parlamentares, temos uma grelha de tempos de intervenção errada.

Esta é a grelha que foi sempre utilizada neste tipo de debates. Está expressamente dito na nota distribuída a todos que o Governo pode guardar tempo da intervenção de abertura para a parte do debate. Se optou por não o fazer, é porque provavelmente não tem grande interesse em responder às rondas de perguntas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há mais um grupo parlamentar!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Portanto, não é verdade que esta seja uma grelha nova, ou que foram os grupos parlamentares a não ter atenção à grelha.

*Protestos do PSD.*

Assim sendo, a primeira nota que queria dar é de rejeição dessa primeira afirmação. Há uma gestão que tem de ser feita pelos próprios. Esta grelha não é nova, sempre foi feita assim, e sempre se utilizou, designadamente nos Governos anteriores, parte do tempo da intervenção de abertura na parte do debate. Assim, teria tempo para responder.

A segunda nota é a seguinte: queria deixar claro que o partido que suporta o Governo tem 20 minutos e 45 segundos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Já demos 8 minutos!



A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Pronto, pode dar mais tempo. Pode dar mais! Não somos nós que temos de dar. Pode dar mais!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD) — E nós não falamos!

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Deixando estas duas notas, a bem exclusivamente do esclarecimento que o País tem direito a ter, o Partido Socialista não se oporá a que isso aconteça hoje, excecionalmente, sem criar precedente, e não deixando de pedir que fiquem em ata estas duas notas, a bem do esclarecimento que o País merece.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é só para comunicar à Câmara que o Bloco de Esquerda não se opôs, quando foi consultado pelo líder parlamentar do PSD, e transmitiu essa posição à Mesa. Não podemos, no entanto, deixar de subscrever a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —Então não se opõe ninguém!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é por culpa dos grupos parlamentares que o Governo geriu o tempo como quis gerir — foi do seu entendimento. No passado, outros Governos fizeram outra gestão.

No entanto, para o saudável debate democrático, é importante que sejam esclarecidas as questões que os vários grupos parlamentares vão colocar. Por isso, sem abrir precedente, damos a nossa anuência, como demos desde o início, a que se abra esta exceção.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Então, ninguém se opõe!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, posso concluir que há consenso para esta realidade,...

**Vozes do CH**: — Ah!...

O Sr. **Presidente**: — ... com o enquadramento que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão referiu e que eu também acompanho, de que não há nenhuma situação de juízo relativamente à lógica política. Pretende-se, sim, que haja a clarificação e os esclarecimentos que o Governo poderá e deverá dar ao País.

O Sr. Primeiro-Ministro tinha também pedido a palavra para interpelar a Mesa, pelo que lhe dou a palavra agora.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, estava tentado a não o fazer, mas há algo que não quero deixar passar em claro: o Governo não tem, não teve, nem terá nunca qualquer estratégia de falta de resposta, pelo contrário. Eu próprio deixei ainda tempo sobranete do período que me foi destinado para a abertura do debate para o período de respostas.

Há uma grande desproporção entre o tempo das perguntas e o tempo das respostas.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (IL): — Sempre foi assim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados entendem que está bem esse modelo, não me vou imiscuir nele. Apenas posso anunciar que, noutra ocasião em que houver um debate similar, vou naturalmente responder em menos tempo às perguntas, independentemente do tempo de duração das mesmas.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Acalmem-se lá!

O Sr. **Presidente**: — Como é óbvio, todos farão a gestão do tempo conforme os seus objetivos políticos. Então, peço aos serviços para se considerarem mais 10 minutos para o Governo poder responder.

Sendo assim, vamos passar à segunda ronda. O Sr. Primeiro-Ministro tem 20 pedidos de esclarecimento e responderá a todos em conjunto.

Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, estes três meses de Governo da AD, na área da saúde, foram marcados pela instabilidade institucional, pela opacidade nos indicadores de acompanhamento do plano de emergência e pela frustração das expectativas por vós criadas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Instabilidade institucional!?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Primeiro, houve o afastamento da Direção Executiva do SNS, que várias vezes se viu forçada a desmentir os números e as acusações do Governo. Vieram, depois, as críticas aos administradores hospitalares e a toda a cadeia de liderança do Ministério da Saúde. Em seguida, vieram as orientações aos hospitais para que não revelassem se tinham urgências encerradas, para, e cito, «não gerar alarme social».

Há, ainda hoje, de forma incompreensível, atrasos nos concursos para admissão de especialistas, quando sabemos que os concursos atempados são um fator fundamental de atração de médicos para o SNS. Poderia utilizar todo o meu tempo para continuar, se não o quisesse gerir.

A instabilidade institucional no setor da saúde tem no INEM o seu melhor exemplo. O Governo não garantiu, por opção própria, as condições financeiras para o lançamento do novo concurso para os helicópteros de emergência médica.

*Aplausos do PS.*

Depois de um concurso que ficou deserto, a única solução é aumentar a verba. O Governo responsabilizou a Direção do INEM, que apresentou a demissão e foi substituída. Uma semana depois, uma nova Direção do INEM, escolhida pelo seu Governo, disse querer sair. Em 10 dias, o INEM teve três presidentes e dois deles desmentiram o Ministério da Saúde.

*Aplausos do PS.*

Mas há mais: Deputados da AD, nesta Assembleia, garantiram que não houve, nem vai haver concurso, porque será a Força Aérea a assumir estas responsabilidades.

As perguntas são simples e exigem respostas claras, Sr. Primeiro-Ministro: vai o Governo aprovar a resolução do Conselho de Ministros que permite abrir um novo concurso? Está o Governo apostado em transferir imediatamente esta responsabilidade para a Força Aérea, quando ainda ninguém garantiu que existe capacidade operacional?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Guimarães, do Partido Social Democrata, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, que Serviço Nacional de Saúde recebeu o atual Governo de Portugal?

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Recebeu um Serviço Nacional de Saúde em crise, em todos os níveis de acesso aos cuidados de saúde, de um Governo socialista que desamparou o Estado social e nunca apostou no melhor que Portugal tem, que são as pessoas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS Ricardo Pinheiro.*

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o atual Governo teve a necessidade imperiosa e a prudência de aprovar um plano de emergência para a saúde, com objetivos quantificados e calendarizados e medidas diferenciadas em função da gravidade das situações clínicas — é a primeira vez que tal acontece em democracia.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Este plano de emergência é para ser implementado e cumprido até ao fim de 2025. Sim, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, até ao fim de 2025, pois não podemos esperar que o atual Governo faça em 106 dias aquilo que o Governo socialista não conseguiu fazer em mais de 3000.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Ricardo Pinheiro.*

A saúde dos portugueses é demasiado importante e tem de ser um desígnio nacional, devendo unir os portugueses e convocar todas as forças políticas e a sociedade civil, para melhorar a saúde das nossas pessoas.

Queremos devolver a saúde aos portugueses, depois de oito anos de má gestão da doença — tanto tempo sem fibra, sem músculo, sem ideias, sem verdadeiras reformas estruturais!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Neste momento, já existem resultados importantes a nível da melhoria do acesso a cuidados de saúde, como hoje foi nesta Casa revelado.

A questão que deixo ao Primeiro-Ministro de Portugal centra-se nos profissionais que todos os dias salvam milhares de vidas e que podem fazer a diferença para termos um Serviço Nacional de Saúde mais forte e mais rápido a responder aos cidadãos.

Em três meses, o nosso Governo fez a paz com os professores e os polícias, garantindo a paz social.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — E os médicos?!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, o que vai fazer, ou o que está a fazer o Governo, para motivar mais os médicos e os enfermeiros?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, não sei se sonha ou não com moções de censura, não sei se se deita ou não a pensar em moções de censura.

Aquilo que sei é que nunca pode acusar este grupo parlamentar que está aqui atrás de mim de falta de coragem, porque, se alguém teve coragem para apresentar duas moções de censura ao mau Governo do Partido Socialista, esse alguém foi o Chega. Quem não teve coragem para votar a favor foi o PSD, que se absteve na votação das duas.

*Aplausos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, vou-lhe falar das forças de segurança. As forças de segurança são o reflexo do nosso País e do estado da Nação. Continuam sem condições de trabalho, continuam a ser agredidos, continuam a ser humilhados. Dar aquele suplemento de missão à Polícia Judiciária foi meter polícias contra polícias. Foi isso que quis o Partido Socialista.

Luís Montenegro, em campanha eleitoral, disse, e vou citar: «É justa a reivindicação da PSP (Polícia de Segurança Pública) e da GNR (Guarda Nacional Republicana) de que haja uma equiparação ao suplemento de missão já atribuído à Polícia Judiciária.» Foram palavras suas, Sr. Primeiro-Ministro, em campanha eleitoral.

Passaram estes meses, houve negociações com as forças de segurança, e o que é que aconteceu? Palavra dada não foi palavra honrada, porque esse acordo não serviu às nossas forças de segurança.

*Aplausos do CH.*

Disse também, na sua primeira intervenção, «é preciso sermos sérios». É verdade, Sr. Primeiro-Ministro. Então, vamos a isso, vamos a números: dizem que vão dar agora 200 € às forças de segurança. Não é verdade. No recibo de vencimento do próximo mês, vão estar 104 €. Foi esse o aumento. Não podemos falar num vencimento bruto, temos de falar naquilo que eles vão receber, e vão receber 104 €, Sr. Primeiro-Ministro.

Portanto, quando é que pensa dar dignidade às forças de segurança e resolver este problema?

Termino, Sr. Primeiro-Ministro, a citar um poeta algarvio chamado António Aleixo, que escreveu: «Tu, que tanto prometeste / Enquanto nada podias, / Hoje que podes – esqueceste / Tudo quanto prometias...» Este é o sentimento que as nossas forças de segurança têm em relação ao seu Governo.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, como bem saberá, a seleção portuguesa não chegou longe no Euro 2024, mas o que verdadeiramente interessa aos portugueses não é aquilo que se passa no campo de futebol — é, sim, o que se passa aqui.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai falar do que não interessa!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É esse o nosso derradeiro jogo: é o que podemos fazer sobre o presente e sobre o futuro dos portugueses e de Portugal.

O tema que neste momento mais preocupa os portugueses é, de facto, a saúde. E, sobre a saúde, gostava de falar sobre dois assuntos, sobre duas questões que, na verdade, poderão ser usadas por si. Farei uma assistência para golo e esperemos que o Sr. Primeiro-Ministro possa usar a sua experiência como ponta de lança em Espinho para poder rematar à baliza.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Era um bom ponta de lança!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Primeiro assunto: parcerias público-privadas e, sobretudo, a construção do hospital central do Algarve e do hospital Lisboa-Oriental. O anterior Ministro da Saúde disse que considerava voltar ao modelo das PPP. Aliás, V. Ex.<sup>a</sup> disse também, em campanha eleitoral, que considerava o modelo das PPP para gestão das infraestruturas e gestão clínica.

Portanto, a assistência que lhe faço — esperemos que possa marcar golo — é quando é que isso avança, quando é que damos um hospital aos algarvios, quando é que damos um hospital à Lisboa oriental.

Segundo assunto: INEM. A pré-emergência hospitalar está em emergência, está nos cuidados intensivos. Diz que as ambulâncias funcionam a gasóleo e a um terço: a gasóleo para chegar ao hospital e a rezar o terço para que a pessoa não morra enquanto espera. É este o estado do INEM.

Sobre isso, é bom recordar que o Partido Socialista transferiu 120 milhões de euros, de 2020 a 2022, do INEM para o Estado central e pôs o INEM a gastar 10 milhões de euros de dívida pública. O Eng.º José Sócrates ficou conhecido por esconder dívida pública nas administrações públicas. O anterior Governo de António Costa ficou agora conhecido por ir «rapar o tacho» à Administração Pública, o que é absolutamente inédito.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, o desafio que lhe lanço — a assistência para golo — é este: vamos refundar o INEM, vamos devolvê-lo à sua função principal, que é de regulador, coordenador, fiscalizador e não a de andar a comprar frotas de helicópteros.

*Aplausos da IL e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Soeiro, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para um pedido de esclarecimentos. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ouvi-o e tenho de lhe dizer que o Governo vive numa bolha de classe. Dois terços dos jovens ganham menos de 1000 € e o Governo tem como bandeira baixar os impostos aos jovens que ganhem mais de 1000 €. As medidas do Governo para o IRS Jovem, para quem ganha o salário mínimo, valem zero — valem zero!

Para os outros, a promessa é agravar a desigualdade e governar para os de cima. Quem ganha 900 € tem um desconto de 25 €, quem ganha 5000 € tem um desconto de 1000 €. Em que mundo é que isto é justo?

O Governo só dá mais rendimento aos 4 % de jovens que já têm bons salários, mas não tem nenhuma medida para aumentar os salários de quem tem pouco rendimento, e esse é que é o problema.

A proposta do Governo para o IRS não terá efeito em estancar a imigração dos jovens e os 1000 milhões de euros que se perdem de receita para beneficiar quem já tem mais rendimento é o mesmo dinheiro que falta, por exemplo, em políticas de habitação pública.

A descolagem da realidade do Governo é, aliás, tão grande e a bolha de classe é tal que a Ministra da Juventude fez um vídeo no *Instagram* do Governo — o Sr. Primeiro-Ministro certamente viu —, dirigido aos jovens, como se os jovens fossem uma tribo das Avenidas Novas ou da Quinta do Lago, e diz a Ministra entusiasmada com as propostas do Governo, e cito: «... numa casa de 450 000 €, estamos a falar de uma poupança de 15 000 € ... » — numa casa de 450 000 €!?

Sr. Primeiro-Ministro, em que mundo é que vive a Ministra, em que mundo é que vive o Governo? Quem é o jovem que tem hipótese de pagar uma casa de 450 000 €? Para que mundo social é que governa este Governo? Para comprar uma casa é preciso ter um contrato estável e um salário que a pague. Ora, o Governo só tem discurso para quem já tem esse salário, para quem já tem esse contrato, mas não tem nenhuma medida para quem tem pouco salário ou para quem é precário e não tem esse contrato.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, não sei que imagem do mundo social é que lhe dá o seu algoritmo, mas o que parece não é. Queria perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se não acha que um Governo que confunde

Portugal com a bolha do privilégio que o rodeia, se um Governo que faz isto não é um Governo que está condenado a ser um Governo dos ricos?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, tem a palavra por 2 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, já se falou hoje várias vezes de sondagens.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Outra vez as sondagens!?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Houve várias sondagens que foram divulgadas nos últimos dias e várias mostraram, nos temas que abordam, que a principal preocupação dos portugueses é, neste momento, a saúde, sendo que a saúde foi, também, uma das principais bandeiras da sua campanha eleitoral.

Sr. Primeiro-Ministro, o que é que melhorou na saúde, nestes 100 dias de Governo? As urgências de obstetrícia e ginecologia, em Lisboa e Vale do Tejo, continuam a funcionar exatamente da mesma maneira que o PSD criticava. Só hoje, três serviços de urgência estão encerrados e dois estão com horários limitados. A solução para o plano de verão do Governo é pedir aos médicos para fazerem horas extra ilimitadas.

Sobre o INEM, que já foi aqui referido, e que é a primeira linha de defesa da saúde dos portugueses, é verdade que o Governo encontrou uma instituição com falta de investimento há vários anos, desde o tempo da troica, com falta de meios humanos, com uma grande incapacidade de recrutamento de novos profissionais, mas o que é que faz o Governo? Em vez de resolver estes problemas, gera ainda mais instabilidade.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Fala-se numa reformulação do INEM, sem percebermos o que é que o Governo efetivamente pretende fazer. E, entretanto, há centenas de trabalhadores que estão em suspenso, sem saberem o que é que lhes vai acontecer. Para além disso, o Governo consegue a proeza de, nestes 100 dias, ter tido três presidentes diferentes do INEM.

O Plano de Emergência e Transformação da Saúde que o Governo apresentou esqueceu-se completamente da emergência médica e esqueceu-se, também, dos profissionais de saúde, porque não tem uma única palavra para enfermeiros, para médicos, para técnicos. Porém, não se esqueceu, como é óbvio, de falar do setor privado e de prometer entregar cada vez mais setores do SNS à gestão dos privados.

Estes 100 dias na saúde têm sido marcados por demissões. A transformação de que a saúde precisa não tem de começar, desde já, por transformar esta atitude de crispação e de mais do mesmo que o Governo trouxe à saúde, Sr. Primeiro-Ministro?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Dispõe de 44 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, queria falar-lhe de ambiente e alterações climáticas, porque não nos parece que, tendo em conta que Portugal é um dos países mais afetados pela seca extrema e pelos efeitos das alterações climáticas, seja através do Programa Nacional de Regadios para alimentar a agricultura intensiva e superintensiva que vamos conseguir combater este flagelo.

Precisamos de ter, de facto, uma revisão da Lei da Água consentânea com o desafio de combater as alterações climáticas, mas também o de preservar a água no nosso País. Não compreendemos, em contrapartida, como é que, a par desta falta de visão para a água — e perguntamos se está disponível para nos acompanhar numa eventual revisão da Lei da Água que sujeite a uma maior avaliação ambiental todos os projetos — continua a insistir, o seu Governo e a tutela da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

no transporte de animais vivos cuja produção, por um lado, e transporte, por outro, sabemos que tem uma pegada ambiental insustentável, economicamente menos viável do que outras alternativas, e que tem um impacto no bem-estar animal, hoje em dia, muito questionável do ponto de vista ético.

O Sr. **Presidente**: — Temos agora o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos, se faz favor.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, no final destes primeiros meses de Governo, é possível confirmar o padrão de atuação que, aliás, aqui trouxe: sobre o que não faz, faz propaganda; sobre o que faz, faz porque outros deixaram preparado — como, aliás, esta semana, foi cortar a fita à variante à EN14 (estrada nacional n.º 14), no distrito do Porto, uma obra que foi concretizada pelo então Ministro, Pedro Nuno Santos, aqui sentado hoje.

*Aplausos do PS.*

O seu Governo tem sido isto: tem sido inação,...

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Inação?!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — ... tem sido usurpação e têm sido desculpas sobre a pesada herança do Partido Socialista e é assim, também, na área do trabalho e da segurança social.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Inação e sobressalto nas instituições?!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Mas sobre essa área, gostaria de relembrar a pesada herança que receberam: um acordo de rendimentos que permitiu valorizar os salários, tanto o salário médio e o salário mínimo. Um aumento de salários que, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Deputado, votou contra, quando se levantou contra todos os Orçamentos do Estado do Partido Socialista, nesta Casa.

*Aplausos do PS.*

Uma Agenda do Trabalho Digno que permitiu reduzir a precariedade laboral; o aumento da contratação coletiva; o emprego em valores máximos; um *superavit* na Segurança Social de 5,2 mil milhões de euros, mais 12 mil milhões em rubricas sociais.

Sr. Primeiro-Ministro, com esta herança não há quem não queira ser herdeiro. Só tem mesmo de continuar o bom trabalho e não desbaratar aquilo que foi feito pelo Partido Socialista.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Portanto, partindo deste pressuposto, gostaríamos de deixar três perguntas nesta área, muito concretas.

Em primeiro lugar, perguntamos se o Sr. Primeiro-Ministro mantém o objetivo de visitar, como costuma dizer, o acordo de rendimentos e com isso prejudicar o aumento dos salários. Se, em segundo lugar, assegura que não vai apresentar nenhuma alteração à legislação laboral no sentido de desproteger e enfraquecer os direitos dos trabalhadores.

E, em terceiro lugar, e muito importante, o Governo disse que encontrou um défice no subsistema de solidariedade — isto é falso e é irresponsável, mas foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Ministra, na audição regimental na semana passada. O saldo global do subsector da segurança social, em abril, era de 2100 milhões de euros. E tanto era

assim, que não havia défice nenhum, que os senhores copiaram uma proposta do PS sobre o CSI (complemento solidário para idosos) e o aplicaram, aumentando a despesa.

*Aplausos do PS.*

E, portanto, ou eram irresponsáveis ou foram mentirosos.

E, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, aproveite esta oportunidade para repor a verdade e dizer que recebeu a herança de uma segurança social sólida e sustentável. Isto é herança que não é de nenhum partido, é dos portugueses e não merece ser usada por VV. Ex.<sup>as</sup>.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Cristóvão Norte, do Partido Social Democrata, tem a palavra também por 2 minutos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, um dos aspetos mais censuráveis da ação do Governo que o antecedeu traduziu-se na ausência de concertação e diálogo com várias classes profissionais, o que conduziu a um clima de crispação e agitação social que colocou em causa, em muitos casos, a prestação de serviços públicos, muitos deles já prejudicados por opções tragicamente erradas que, ainda hoje, se fazem sentir na vida dos portugueses.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Basta recordar, Sr. Primeiro-Ministro, o que foi a lenta agonia dos últimos anos letivos, sem estabilidade, com aprendizagens comprometidas para os nossos alunos; ou a desconsideração de que foram vítimas, de forma extraordinariamente injusta, os militares da GNR e os agentes da PSP, numa matéria muito sensível, que poderia ter posto em causa a segurança pública e a dignidade dos servidores do Estado.

Nós queremos a autoridade do Estado, mas também queremos dignificação das carreiras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Nós queremos uma via aberta de diálogo e de concertação e essa circunstância, com os acordos que o Governo tem sido capaz de concluir, é da maior importância na ideia de uma reforma da Administração Pública, de servidores do Estado motivados, capazes, enquadrados numa lógica de transformação, de modernização administrativa, que é essencial para inaugurar um novo paradigma dos serviços públicos.

Portanto, quero felicitar o Governo pela circunstância de ter concluído o acordo com os professores, de ter concluído o acordo com os funcionários judiciais, de ter concluído o acordo com as forças de segurança, com os guardas prisionais e por ter protocolos negociais já estabelecidos com representantes dos médicos e dos enfermeiros, num espaço de confiança, de diálogo, de concertação, financeiramente sustentável, sério e que abre essa via de diálogo que é absolutamente vital para o País.

Sr. Primeiro-Ministro, está disponível para prosseguir esta via, que é essencial para dar maiores condições e dignificação às pessoas?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, do Chega, tem a palavra. Tem 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o uso do SNS sem custos por estrangeiros tem crescido, e muito. Áreas críticas, como as urgências e obstetrícia, são especialmente afetadas e comprometem a capacidade de resposta.



A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, ainda há dias, reconheceu que há doentes estrangeiros, principalmente grávidas, que chegam ao nosso País com um único propósito: usufruir dos serviços de saúde gratuitos, agravando cada vez mais a pressão já sentida.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Caminhamos, assim, para uma insustentabilidade do SNS, se nada for feito.

Em 2023, 43 % dos partos na Maternidade Alfredo da Costa foram de mães estrangeiras: uma parte devido ao crescimento da imigração, mas a outra derivada do fenómeno conhecido como «turismo de natalidade». Esta prática está a prejudicar diretamente os portugueses, os contribuintes que pagam com os seus impostos o SNS, a que não conseguem aceder de forma adequada. Prova disso é que há quase 4 milhões de portugueses que se veem obrigados a contratar seguros de saúde para aceder aos cuidados de que necessitam.

Em termos financeiros, os cuidados prestados a estes utentes estrangeiros representam perdas para o Estado de centenas de milhões de euros. São recursos que tanta falta fazem aos portugueses — e tantos são os cidadãos que vêm a esta Casa implorar por um olhar mais atento, mas ficam sem resposta!

Assim, pergunto: pretende regular, ou não, o acesso de estrangeiros ao SNS e evitar o uso indevido dos nossos serviços de saúde? Prevê a possibilidade de estabelecer acordos bilaterais com os países de origem destes utentes, de forma a garantir uma compensação financeira pelos tratamentos prestados? E, finalmente, pergunto se tem conhecimento dos indícios que apontam que redes organizadas possam estar a promover este tipo de turismo? Se sim, vai ou não investigar e combater estas redes?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da IL, por 2 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, segundo o último relatório disponível, existem 346 empresas públicas, que vão da saúde à aviação, passando pela mineração e por dezenas de empresas imobiliárias.

Estas empresas juntas tiveram um resultado negativo superior a 1000 milhões de euros. Só a Parvalorem, a Metro do Porto, a TAP (Transportes Aéreos Portugueses) e a CP (Comboios de Portugal) têm capitais próprios negativos superiores a 10 mil milhões de euros. Isto dá cerca de 1000 € de obrigações a cada português, incluindo crianças e reformados.

Muitas destas empresas foram infiltradas por interesses partidários. Só para dar alguns exemplos de empresas que são ou foram, recentemente, administradas por antigos responsáveis do PS: Companhia das Lezírias, Metro do Porto, Infraestruturas de Portugal, Mobi.e, Administração do Porto de Aveiro, Administração do Porto de Lisboa, Estamo, Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM) enfim, podia ficar aqui imenso tempo a listá-las todas.

As empresas públicas tornaram-se depósitos de antigos políticos ligados ao PS. E, quando isto acontece, as empresas que deveriam servir o interesse público passam a servir os interesses de um partido. Vimos isso recentemente quando, em plena pré-campanha, o PS colocou empresas públicas ao serviço da sua própria propaganda, usando dinheiro dessas empresas para reduzir artificialmente o rácio de dívida pública.

Sr. Primeiro-Ministro, perante este cenário, pergunto-lhe: pretende este Governo desparasitar... perdão, despartidarizar o setor empresarial do Estado?

*Risos do PSD, do CH, do BE e do PCP.*

E, note, não digo aqui repartidarizar, digo despartidarizar,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se tiver problemas com térmitas em casa, diga!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... para que as empresas públicas sejam geridas por critérios de eficiência e competência, e não usadas para alimentar clientelas partidárias à custa do dinheiro dos impostos.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Desparasitar!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada do Partido Social Democrata Isaura Morais, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o nosso Primeiro-Ministro hoje referiu-se a um conjunto vasto de matérias que têm merecido um forte empenho do Governo nos primeiros 100 dias de ação do mesmo.

Temos uma Nação em transformação, mas também sabemos que uma nação será tanto mais forte quanto mais fortes forem as respostas que der ao seu elemento mais vulnerável. É assim que avaliamos e é assim que somos enquanto sociedade.

Em junho, o Governo fez um aumento extraordinário do valor do complemento solidário para idosos para garantir mais apoio aos idosos que têm menos rendimento. Na mesma linha, garantiu 100 % da comparticipação dos medicamentos para os beneficiários do CSI e eliminou da ponderação de atribuição o rendimento dos filhos.

Sabemos que o PS é favorável e concorda com essa matéria, mas a verdade, e o que não se percebe, é que estiveram oito anos do Governo, parte desses oito anos em maioria absoluta, e essa mudança ficou por fazer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Até hoje, 7500 idosos de Portugal já viram o efeito desta medida, num universo total de 140 000 beneficiários. Isto é que é o combate à pobreza, isto é que é a ação em menos de 100 dias.

Neste sentido, e na mesma senda, pergunto, agora sim, Sr. Primeiro-Ministro, se, tendo em conta o alcance e o objetivo da medida do CSI, está o Sr. Primeiro-Ministro em condições de garantir aos idosos que têm menores rendimentos que continuarão a ser uma prioridade para o nosso Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, vamos voltar à saúde.

Há duas notícias que saíram hoje e que são bastante preocupantes.

A primeira é que, desde a criação, nunca houve um atraso tão grande na contratação de médicos de família nem nunca houve tantos utentes sem médico de família.

A segunda notícia grave é de uma grávida de Torres Vedras que percorreu 170 km e andou 5 horas em viagem e em indefinição para acabar por ir parar a Coimbra, onde primeiro foi recusada na Maternidade Bissaya Barreto e, por fim, foi recebida na Maternidade Daniel de Matos.

A saúde é um dos maiores desafios e a maior preocupação dos portugueses, e este Governo não tem estado à altura.

Nós sabemos bem que a maioria absoluta do Partido Socialista deixou o SNS num caos, mas este Governo só está a agravar os problemas existentes e não está a resolver nenhum. Pelo contrário: o que o Governo está a fazer neste momento é a promover que mais pessoas fiquem sem médico de família e que mais hospitais e centros de saúde fiquem sem médicos e sem outros profissionais de saúde.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a solução não pode ser o encerramento de urgências, a solução não podem ser «apagões» nas listas de utentes.

Na sua intervenção inicial, o Sr. Primeiro-Ministro disse que o Governo tinha chegado a acordo com profissionais de saúde.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Na próxima semana, vai haver greve dos médicos e dos farmacêuticos. Foi este o acordo a que chegaram? No início de agosto vai haver greve dos enfermeiros. É este o acordo que o Governo alcançou?

Sr. Primeiro-Ministro, não sei o que considera ser um acordo, mas, se há um acordo na saúde, é o de que este Governo está a ser um desastre. Que o Governo só veja privatizações e deixe que a política de saúde fique nas mãos de três ou quatro empresas privadas, nas mãos dos donos de Portugal, não é solução, Sr. Primeiro-Ministro, é apenas bastante grave.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, apresentou-se a eleições, em relação à Região Autónoma dos Açores, como o Primeiro-Ministro que iria fazer aquilo que não tinha sido até à altura feito. Foram dezenas e dezenas de promessas e milhões prometidos, não só por si como pelo Presidente do PSD/Açores.

Pois bem, já lá vão mais de 100 dias da sua governação, e até agora o cumprimento da palavra dada sobre estas promessas é zero. No seu discurso, aqui, sobre o estado da Nação, zero sobre as regiões autónomas.

Sobre as suas promessas: a participação dos presidentes dos Governos Regionais no Conselho de Ministros — até agora, não vi nenhum; a criação de um grupo de trabalho conjunto por causa dos cabos submarinos — até o Vice-Presidente do Governo, do CDS, se queixa, nos Açores; a alegada verba em falta do furacão *Lorenzo*, que era tão urgente — agora uma cimeira, para não se sabe ainda quando; até uma suposta indemnização à SATA, por ter realizado obrigações de serviço público durante três anos, os senhores dizem agora que já não é possível.

Em boa verdade, o estado da Nação da governação é atacar a oposição.

A Sr.<sup>a</sup> **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Francisco César** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro já sei o que é que irá fazer: ou não irá responder ou irá acusar por estas promessas até agora não terem sido realizadas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E não foram!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Mas, em boa verdade, estas promessas não são nossas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — São, são! Isso não é verdade!

O Sr. **Francisco César** (PS): — São vossas. São do Partido Social Democrata e do CDS!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Mas aquilo que lhe peço é que, já que não vai cumprir aquilo que prometeu, pelo menos não estrague aquilo que já estava a correr mais ou menos bem.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Aquilo que lhe peço em relação ao subsídio social de mobilidade é que garanta aqui, perante os portugueses, perante os açorianos, que a revisão do modelo do subsídio social de mobilidade não fará com que nenhum açoriano nem nenhum madeirense passe a pagar mais 1 € para ter de viajar entre os Açores e o continente.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não ouviu o Ministro? Não está atento!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, os jovens continuam a sentir-se empurrados para fora do nosso País, mas sobretudo têm-se sentido substituídos e trocados. Por quem? Por uma imigração descontrolada, que tem gerado um clima de insegurança, de violência, de criminalidade, de atentados contra mulheres e contra idosos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Por isso, o balanço destes primeiros 100 dias de Governo é o seguinte: os senhores governam como o PS. Porquê? Porque não governam a pensar em soluções, não governam a pensar nas novas gerações; governam com taticismo, com medo de irem a eleições, apresentam medidas atrás de medidas, como cartazes políticos.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Repare, as medidas para a habitação jovem, de apoio à aquisição de casa, são medidas que têm estimulado a procura, há mais jovens a procurar casas, mas as casas continuam a ser poucas. Portanto, o que é que vai acontecer? No país onde 70 % dos jovens ganham menos de 1000 € por mês, os preços das casas vão aumentar ainda mais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Mas o Sr. Primeiro-Ministro sabe também que o País está na cauda da Europa em literacia financeira. Somos o país onde os jovens saem da escola a saber os 70 géneros, mas não sabem o que é o IRS, não sabem o que é uma taxa de juro fixa ou variável.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E tu sabes, queres ver?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Por isso, são mais fáceis de enganar nestas suas estratégias e medidas eleitoralistas!

*Aplausos do CH.*

E assim vai o Sr. Primeiro-Ministro, alegre e contente, tentando meter nichos eleitorais no bolso: mete os jovens, mete os polícias, mete os professores, mas quer também meter os conservadores, estes que agora podem ser baleados, estes que agora podem sofrer atentados, estes que podem até ser afastados de Governos com cordões sanitários.

Sr. Primeiro-Ministro, comprometa-se. Acabe com a ideologia de género nas escolas; deixe a Ministra da Juventude governar sem ser para as minorias;...

*Risos de Deputados do PS, do BE, do PCP e do L.*

... por favor, revogue a agenda ecomarxista no ambiente;...

*Risos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

... e, acima de tudo, perceba que o Ocidente está a ser combatido.

Sr. Primeiro-Ministro, é tempo de se definir. Sabe porquê? Porque ou quente ou frio; os mornos são vomitados.

*Aplausos do CH.*

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, a última intervenção do Sr. Deputado Francisco César percebe-se, porque ele atualmente é um dilema: é um Deputado em *part-time* e é um líder do Partido Socialista em *part-time*.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, não pode, obviamente, dar conta de todos os anseios e dificuldades dos Açores.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me dizer, nesta altura do debate, se há algo que me parece evidente, é uma fascinação...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Fascinação!

*Risos de Deputados do BE, do PCP e do L.*

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... autorreprimida do Partido Socialista pela eficácia da sua ação governativa. Isto é absolutamente claro neste momento.

Em relação aos Açores, o senhor, em 100 dias, colocou em marcha o grupo de trabalho para rever e colocar em termos de concurso a substituição do anel interilhas, tem em marcha o estudo do novo modelo de subsídio de mobilidade e tem ainda o compromisso e o trabalho concreto sobre obrigações de serviço público.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Não tem nada!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O que incomoda o Partido Socialista é que o senhor, em 100 dias, fez aquilo que nunca fizeram, em mais de oito anos, e repetidamente negaram, nesta Câmara, esta eficácia.

*Aplausos do PSD.*

E, Sr. Primeiro-Ministro, a autonomia dos Açores depende de um instrumento financeiro fundamental, que é a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

Sr. Primeiro-Ministro, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas não é só um instrumento de regulamentação da relação financeira da República com os Açores, mas é, fundamentalmente, o instrumento que permite que a autonomia se sustente e faça, pelo princípio da subsidiariedade, a satisfação da cidadania dos açorianos em pé de igualdade com o restante País.

*Protestos do Deputado do PS Francisco César.*

A pergunta fundamental que lhe dirijo é se, de facto, vai olhar para a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e dar-lhe a atenção que irá permitir consistentemente que o modelo constitucional e autonómico do País se continue a afirmar e a garantir direitos de cidadania a todos os açorianos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mara Lagriminha, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o estado da Nação é bem visível no estado a que chegou a cultura.

É por isso que, 106 dias depois da tomada de posse do Governo, podemos lamentar não ter, de facto, uma Ministra da Cultura, mas uma «Ministra do Património», o que reflete a ação do Governo nestes últimos quatro meses em duas palavras — e, não, Sr. Primeiro-Ministro, não é «transformação» —, que são: «abandonar» e «desmantelar».

Abandonar as políticas públicas para as artes e a arte contemporânea, abandonar o território, as políticas para o cinema, para o audiovisual, para a dança, para a música, para o teatro, para o livro.

Mas, além de abandonar a cultura no seu todo, temos, ainda assim, a «Ministra do Património», que, nestes quatro meses, e oito anos de oposição depois, assumiu como única política desmantelar a reforma do património cultural, que tem meses, numa tentativa de tornar inoperante a empresa pública Museus e Monumentos de Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Ou, como diria Sophia, «Vemos, ouvimos e lemos / Não podemos ignorar», olhando para as escolhas, para as nomeações, para as exonerações feitas pelo «Ministério para a Património Cultural, I.P.», com denúncias públicas e publicadas de comportamentos autocráticos, *bullying* inaceitável aos funcionários, extinção de divisões, exonerações de diretores.

Um caos que está a paralisar o PRR na cultura; o caos das demissões e exonerações na Biblioteca Nacional; o caos que só a ideia de reverter a reforma das CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) já está a gerar até entre os seus ministérios — e recordo aqui que falámos há pouco de acordos, mas foi um acordo do PS e do PSD que aprovou a reforma das CCDR.

E é por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que queremos perguntar-lhe, aproveitando que hoje está aqui: entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Coesão, é importante que se saiba qual é a política do Governo, o que é que pensa das unidades territoriais e se tal significa a reversão da reforma das CCDR.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, nós, a Região Autónoma da Madeira e os madeirenses, fomos olímpicamente abandonados, durante os últimos oito anos, pelo Partido Socialista. Todos os temas que eram referentes à Região Autónoma da Madeira, e que o Governo da República, do PS, tinha a responsabilidade de resolver, não foram resolvidos.

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — E foram vários os temas, desde logo o da mobilidade, e sabemos que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Primeiro-Ministro, está bastante sensível para a solução deste tema da mobilidade, seja a mobilidade aérea, a mobilidade marítima ou o subsídio social de mobilidade, para melhorar o sistema.

Mas temos mais coisas. O Partido Socialista no Governo da República não pagava o que devia à Região Autónoma da Madeira.

*Protestos do Deputado do PS Francisco César.*

O Partido Socialista no Governo nunca reabilitou uma esquadra, nunca reabilitou um tribunal, o que é da inteira responsabilidade do Governo da República.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que esperamos do novo Governo, e sabemos que o vamos ter da sua parte, é que não siga aquele princípio do Partido Socialista, que pensa que autonomia é desresponsabilização da República. Aquilo que esperamos deste Governo, Sr. Primeiro-Ministro, é diálogo, é seriedade, que acompanhe os temas da Madeira como grandes temas nacionais.

Por isso, a minha pergunta é muito simples, Sr. Primeiro-Ministro: qual é o perfil que V. Ex.<sup>a</sup> vai adotar no diálogo com a Região Autónoma da Madeira e com o Governo da Madeira? A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que o Governo da Madeira é social-democrata. O PSD da Madeira ganha eleições; o PS perde-as e tem dificuldade em perceber isso. E nós ganhamos porquê? Porque, na Madeira, a economia cresce, o desemprego baixa, os madeirenses vivem melhor.

É por isso que lhe peço, Sr. Primeiro-Ministro, que tenha consciência deste diálogo com a Madeira. Nós temos muita confiança em si.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Canha, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, vivemos tempos conturbados na Madeira. O PSD mergulhou a região...

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — O PS! O PS é que foi!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — ... num clima de enorme instabilidade. O que temos hoje é um Governo frágil, refém de jogos políticos, que vai usando alguns partidos para servir os seus interesses.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua relação com Miguel Albuquerque já teve melhores dias, assim como a dos madeirenses e dos porto-santenses, que deixaram há muito de ser a prioridade dos sucessivos Governos do PSD/Madeira.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ganhou outra vez as eleições!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — Os 48 anos de políticas erráticas do PSD/Madeira, dirigidas para os negócios de alguns, falam por si.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ganhou outra vez as eleições!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — Senão, vejamos: somos a região com a maior taxa de pobreza do País; no entanto, o Funchal é uma das cidades com maior poder de compra do País, o que revela a enorme desigualdade económica e social.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Mas o PS não ganha as eleições!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — Temos os salários médios mais baixos do País, mas os preços da habitação são dos mais elevados a nível nacional.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Não é verdade! O PS não ganha as eleições!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa, peço para parar o tempo.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de fazer o pedido de esclarecimento e não está a ter condições para o efeito.

Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vimos emigrar, nos últimos 10 anos, perto de 20 000 pessoas, boa parte delas jovens qualificados. E, comparativamente com os Açores, temos impostos mais elevados, quando a autonomia prevê que os possamos baixar.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — Não, Sr. Primeiro-Ministro, não nos conformamos com os indicadores que nos colocam nas piores posições nacionais. Não queremos ser uma região rica cheia de pobres. Por isso, na discussão do orçamento regional, que começa hoje, temos várias propostas que visam aliviar os orçamentos das famílias.

Mas o nosso inconformismo não se esgota na região. O País não fica bem se as regiões autónomas não estiverem bem. E por isso é também aqui, na Assembleia da República, que nos cabe defender os interesses de todos os madeirenses e porto-santenses.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.*

É nesse sentido que encaramos como prioritária a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e do subsídio social de mobilidade e o apoio à Universidade da Madeira. Assim, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se estas são também prioridades do Governo da República. Quase 50 anos depois de a termos conquistado, a autonomia tem de evoluir, e esse é um desígnio do qual não abdicamos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Eva Brás Pinho, do Partido Social Democrata, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sabemos que um terço dos jovens estão emigrados, não têm casa para morar, andam mais deprimidos, não têm condições para ter filhos e têm das cargas fiscais mais altas da Europa.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho de lhe confessar o quanto eu gostava que os jovens parassem de ser uma enumeração de problemas, porque, de facto, também são estes jovens que lutam pelos direitos das mulheres, que lideram causas sociais, que produzem eventos científicos, que são o garante do lugar do nosso País.

Nenhuma geração é uma ilha. Precisamos da minha geração, que não se conforma em ter um País que os empurra para fora, que não se conforma em ser considerado rico por receber 1000 €, que, sim, quer impostos mais baixos e que, sim, quer mais dinheiro ao final do mês.

*Aplausos do PSD.*

Foi precisamente por estes jovens, e por saber disso, que este Governo se comprometeu em garantir que os jovens têm futuro em Portugal, garantindo que os que não têm pais ricos conseguem comprar casa com isenção de impostos, com uma garantia pública.



*Protestos do BE, do PCP e do L.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Como!? Só se arranjar um marido rico!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Mas o Governo também quer que os jovens tenham mais dinheiro ao final do mês, e é por isso que é tão importante que esta Casa esteja do lado dos jovens e aprove a taxa máxima de IRS de 15 %.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sabe o que verdadeiramente me entristece, Sr. Primeiro-Ministro? É que o Partido Socialista não sabe, nem nunca soube, sentir os jovens portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Então não é que o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos diz que não são as medidas fiscais que seguram os jovens em Portugal?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não, não são!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Mas eu pergunto: se não é ter mais dinheiro ao final do mês para cumprir os nossos sonhos, então o que é que é?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS, do BE e do PCP.*

Sr. Primeiro-Ministro, que palavra tem para dar a estes jovens, que anseiam pelo IRS Jovem e que temem que seja chumbado pela oposição neste Parlamento? É que, sabe, quem não sabe dançar diz sempre que a sala é torta, e por isso há sempre quem tente negar a realidade. A realidade é uma: os jovens foram esquecidos, mas este Governo está comprometido com eles.

Sr. Primeiro-Ministro, a estes jovens que querem o seu País, que amam o seu País e que não querem sair, que palavra tem para lhes dar?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, não, não está tudo bem na sua governação, longe disso.

Os diretores das escolas e as famílias estão preocupados com a organização tardia do ano letivo. Não conhecem o calendário definitivo nem as alterações que pretendem fazer nos exames, não têm as turmas autorizadas, não têm as matrículas fechadas.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.*

Sr. Primeiro-Ministro, o ano letivo começa a organizar-se muito antes do início de junho, e as plataformas testam-se antes de serem colocadas em funcionamento. O seu Ministro da Educação atira responsabilidades para o anterior Governo,...

**Vozes do PSD:** — E é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Então a quem é que atira?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — ... mas só o faz quando algo corre mal. Ainda não o ouvimos felicitar o Governo anterior pelo concurso de professores que promoveu.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O concurso que permitiu a maior entrada em lugares de quadro de que há memória, juntamente com o alargamento dos quadros de zona pedagógica, configura a maior operação de estabilização da vida dos professores. Os critérios do concurso foram rigorosos, transparentes e objetivos, com base no histórico de ocupação por quadros de zona pedagógica, por baixas médicas, e, naturalmente, contando com a previsão de aposentações.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: mantém as palavras do Sr. Ministro da Presidência, que se referiu de forma insultuosa, absolutamente inaceitável e, como se viu, totalmente injusta aos critérios do concurso de professores?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ou o Sr. Ministro das Finanças o está a enganar ou então o Governo está a enganar o País.

O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui dizer que é preciso ajudar os ricos a enriquecerem. Ora, Sr. Primeiro-Ministro, eles não têm feito outra coisa. A Galp, a EDP (Energias de Portugal), o Millennium BCP (Banco Comercial Português), a Navigator, o Santander, a Jerónimo Martins e o BPI (Banco Português de Investimento) nunca lucraram tanto como em 2023. Em 2023 lucraram mais 59 %.

Ora, houve um aumento de salários de 59 % nestas empresas? Ou, pelo contrário, a Galp agarrou nos seus 59 % a mais de lucros e distribuiu 400 milhões em dividendos?

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

Ou, pelo contrário, a Jerónimo Martins distribuiu 411 milhões em dividendos?

Portanto, a minha pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é se vai sustentar a fantasia e o logro de que enriquecer os ricos ajuda a pagar salários...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Ajuda, sim, senhora!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... e vai aumentar os salários em Portugal ou se vai assumir a verdade, que é a de que este Governo governa para os ricos, governa para as empresas que mais lucraram neste País, à custa, precisamente, dos baixos salários dos seus trabalhadores.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Agora vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para as respetivas respostas, sendo que dispõe de 10 minutos e 18 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vou-me eximir de dizer o nome dos 22 Deputados que intervieram, sob pena de ocupar grande parte do meu tempo de resposta. Portanto, não levem a mal que não me dirija especialmente a cada um deles, senão vai ser impossível sistematizar algumas respostas.

Mas começo por esta última questão, que foi, de resto, tocada em várias intervenções, de que este Governo governa para os ricos. Há uma grande, grande confusão em quem diz isso. Este Governo não governa para os ricos; governa para a criação de riqueza. São duas coisas completamente diferentes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Para a concentração!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Lá isso é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se a criação de riqueza conseguir tirar aqueles que são pobres e transformá-los em ricos, ou pelo menos remediados, nós já estamos a cumprir uma das essências da justiça social que cabe aos poderes públicos assegurar, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados.

Tenham tento aqueles que tiveram responsabilidades nos últimos oito anos, seja o principal partido da responsabilidade, o Partido Socialista, sejam os seus companheiros de percurso,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda, o Livre e até o PAN. Nós atingimos mais de 2 milhões de pobres em Portugal, e, se não fossem as prestações sociais, eram mais de 4 milhões de pobres, ao longo dos últimos oito anos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Os senhores querem falar em governar para ricos, em vez de falarem em governar para acabar com os pobres, Srs. Deputados?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Tenham tento, julguem, pelo menos, a bondade das nossas ideias.

*Protestos do BE e do L.*

Até podem concluir que elas podem não atingir os resultados que queremos; agora, dizer que governamos para os ricos...?

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

Ó Srs. Deputados, olhem, tenham vergonha!

*Protestos do PS e do BE.*

Sinceramente, tenham vergonha. Tenham vergonha. Tenham vergonha. Tenham vergonha!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Tenham vergonha, Srs. Deputados.

Não, nós governamos para ajudar os mais frágeis.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Quando forem ricos...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós governamos para ajudar aqueles que estão numa situação de maior vulnerabilidade, mas não é para os eternizar nessa condição, para tirar partido eleitoral dessa condição.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Nós governamos para esses, para os tirar mesmo daí, para que eles amanhã possam ter, do ponto de vista social, do ponto de vista profissional, do ponto de vista familiar, uma vida melhor do que aquela que lhes foi facultada ao longo dos últimos anos.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na saúde, na educação, no acesso à habitação, é verdade, nunca tínhamos batido tão no fundo. São verdade todos os apelos que aqui fizeram para que sejamos rápidos, para que sejamos solidários, para que possamos fazer mais concursos, para que possamos dar melhor gestão às unidades de saúde, para que possamos atrair mais recursos humanos. Isso é tudo verdade, mas, Srs. Deputados, só é verdade porque ficou por fazer ao longo dos últimos 3050 dias!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Houve até alguém que ousou — ousou! — dizer a este Governo e a este Primeiro-Ministro que estão a usurpar o trabalho feito pelos anteriores Governos. Naturalmente que o fizeram — e eu, aliás, nunca deixo de registar isso! Agora, quem estava neste Parlamento na altura em que os portugueses escolheram o Partido Social Democrata e o CDS para governar, quem ficou em segundo lugar, a seis pontos desse resultado — não foi por pouquinho! —, vir acusar este Governo de usurpar heranças...?! Quem foi o maior usurpador de uma herança política, que não o Partido Socialista, em 2015, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Isso, sim, foi usurpar uma herança de um caminho que estava na direção certa, um caminho que os senhores interromperam e que, por via dessa interrupção, trouxe menos desenvolvimento, trouxe mais pobreza, trouxe os serviços sociais, da saúde, da educação e da habitação ao seu pior momento de sempre nos 50 anos de liberdade, nos 50 anos do 25 de Abril.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados eleitos pelos círculos dos Açores e da Madeira, é curioso que apontem o dedo a este Governo, a esta maioria — que é relativa, mas é uma maioria —, é curioso que apontem o dedo aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

Farei muitas coisas mal sucedidas, eventualmente até mal desenhadas, mas sou presidente do Partido Social Democrata há dois anos. Tivemos duas eleições regionais na Madeira e vencemos as duas.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tivemos eleições regionais nos Açores e vencemos. Tivemos uma eleição legislativa e vencemos essa eleição. Não vencemos as eleições europeias no contexto global, mas, por acaso, também ganhámos as eleições europeias nos Açores e na Madeira.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — No País é que não! No País perderam!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, talvez aí, sim, fizesse falta alguma humildade para reconhecerem que os açorianos, os madeirenses, os porto-santenses se identificam muito mais com as decisões e as propostas políticas do PSD e do CDS do que com aquelas que são preconizadas pelo Partido

Socialista. E deixem-me dizer-vos que não é por acaso! É porque vários destes dossiês — as obrigações de serviço público, o subsídio social de mobilidade, o investimento nos cabos submarinos, que está por fazer, é verdade! — e várias destas decisões foram adiados. E até vos vou dizer mais, para aqueles que são mais distraídos: estavam sob a alçada e tutela direta do atual Secretário-Geral do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Estamos a trabalhar com os Governos regionais; vamos, inclusivamente, fazer uma cimeira tripartida para podermos aprofundar matérias que são comuns, como por exemplo a revisão da Lei das Finanças Regionais. É verdade!

E no caso dos Açores, que foi muito enfatizado por um dos intervenientes, deixem-me dizer o seguinte: falar de mobilidade nos Açores...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E a cimeira tripartida?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... depois de um Governo que introduziu a chamada «tarifa Açores», que permite que, por 60 €, todos os açorianos possam ter uma viagem de ida e volta interilhas e conhecer território e família que nunca tiveram ocasião de conhecer antes, não deixa de ser, Sr. Deputado que interveio sobre essa matéria,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Francisco César!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... muito curioso, porque é a assunção de que a justiça, também aí, está muito mais do lado dos Governos que atualmente dirigem as regiões autónomas — e, no caso, dos Açores — do que o Partido Socialista.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Garante ou não garante?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, ainda sobre os Açores, vou dar-lhe uma novidade, Sr. Deputado: já estendemos a possibilidade de o Fundo Ambiental incluir intervenções na Região Autónoma dos Açores, ao contrário daquilo que o Governo anterior fez.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, estamos a trabalhar na recuperação do solo contaminado da ilha Terceira, que foi também mais um dos legados que nos deixaram nos Açores.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os americanos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, estamos a fazer os investimentos que não foram feitos, nomeadamente depois do furacão Lorenzo, mas não só! Estamos a fazer todos aqueles que ficaram por realizar.

Portanto, Srs. Deputados que intervieram, das regiões autónomas, no caso dos Açores, estamos, desde a primeira hora, a recuperar a situação criada pelo incêndio do hospital de Ponta Delgada. E, no caso da Madeira, pela intervenção direta — direta! — do Governo Regional, estão hoje a ser construídas casas, que não estão no mesmo estágio avançado de desenvolvimento no continente; está a ser construído o novo hospital;...

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, do ponto de vista dos apoios sociais, os Governos Regionais ainda estão a substituir-se, em muitos domínios, à ausência de resposta do Governo da República.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, as questões são muitas, e temos todo o interesse em responder-lhes.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Vê-se, vê-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos uma estratégia para a água — é verdade, temos, e vamos apresentá-la também aqui, no Parlamento —; temos preocupações com a transição ecológica e energética; estamos, efetivamente, a salvar o Serviço Nacional de Saúde;...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... trouxemos a paz e a tranquilidade à escola pública; estivemos ao lado...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Esta gestão de tempo está desastrosa! É como o dinheiro da Nação!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, o PSD tinha, no limite, dito que lhe transferia 1 minuto, mas não foi a tempo de o poder sinalizar. Mas o Sr. Primeiro-Ministro terá mais 1 minuto, ou seja, 41 segundos, se desejar usar da palavra, em relação à cedência do tempo que foi feita.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para responder às perguntas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, só mesmo para terminar, digo aquilo que talvez não se tenha ouvido: nós olhámos para os nossos compromissos, para aquilo que disse, olhos nos olhos, aos responsáveis sindicais das forças de segurança — que não lhes prometia uma solução quantitativa — e fomos ao limite dos limites.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem mais 1 cêntimo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Fomos ao limite dos limites, e não foi a pensar nos sindicatos nem nas associações socioprofissionais, e muito menos naqueles que, dentro destes, têm neste momento a instrumentalização de um partido político.

Nós decidimos a olhar para cada guarda da GNR e para cada agente da PSP. Foi e será a olhar para eles.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não consegue! Nem o Nuno Melo consegue olhar!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão pediu a palavra. Para que efeito, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, era só para registar que o consenso que se gerou nesta Casa para dar mais 10 minutos ao Governo, que, por sinal, gere o País como gere o tempo — mal! —, serviu para nada.

*Aplausos do PS.*

Repito, serviu para nada! Não respondeu a nada, usou o tempo, novamente, para combater, para ser arrogante, e, no último minuto dado pelo PSD, então, fez um resquício de novo comício.

O Sr. **Presidente**: — E qual é a interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Já agora, se era para dar 1 minuto, tivessem dado mais tempo e escusavam de ter pedido o consenso desta Casa. Portanto, os 10 minutos que foram dados para que os portugueses fossem esclarecidos não serviram para esclarecer os portugueses.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, registo que não fez uma interpelação à Mesa, na medida em que não fez nenhuma observação quanto à condução dos trabalhos.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, com o mesmo pedido cautelar: é uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é no exato mesmo sentido da intervenção anterior.

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — É que a intervenção anterior não foi uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado. Queremos criar aqui um caso? Criamos um caso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu não quero, Sr. Presidente. Longe de mim! Se me permite interpelar a Mesa, longe de mim...

O Sr. **Presidente**: — Vai haver várias interpelações à Mesa para fazerem intervenções políticas, por isso, pedia que fosse mesmo uma interpelação à Mesa, se faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Longe de mim querer criar um caso.

*Risos do PS.*

Sr. Presidente, temos discutido amplamente a liberdade de expressão neste Parlamento e se há algo que sabemos é que cada uma e cada um das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e membros do Governo, respetivamente, usam da palavra conforme entendem.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O que não consigo compreender, e assim termino, é que se desvalorizem, da forma como agora foi feito, as respostas concretas relativamente ao povo dos Açores e da Madeira.

Lamento profundamente, não é a nossa visão sobre as regiões autónomas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — É evidente que a lealdade parlamentar obriga a que quando se usa a figura da interpelação à Mesa seja, efetivamente, para interpelar a Mesa.

Não sei o que é que cada um dos Srs. Deputados vai dizer antes de usarem da palavra, e, como não há censura prévia nem posterior ao que cada Deputado diz, tenho de ouvir. Mas, por isso, pedia a lealdade de todos os Srs. Deputados quanto ao uso das figuras regimentais.

O Governo, entretanto, pediu a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, muito obrigado, é para uma interpelação à Mesa, no sentido em que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão acusou o Governo — e parece quase um bocadinho caricato, depois das horas que aqui estivemos a discutir e a ouvir o Sr. Primeiro-Ministro — de não responder às questões.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — E não! E não!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Esta é uma matéria que tem também a ver com o funcionamento dos trabalhos, porque parece evidente, para mim e para quem teve oportunidade de acompanhar este debate, que o Sr. Primeiro-Ministro fez um esforço, quase diria, desumano...

*Protestos do PS e do BE.*

... no sentido de poder responder em detalhe a todas as questões.  
Mas limito-me...

*Protestos do PS e do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou tentar compreender o sentido da interpelação à Mesa que o Sr. Ministro está a fazer.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Limito-me a agradecer a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, porque foi um suplemento de ânimo para o Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Bem precisam!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Se dúvidas houvesse sobre quem venceu este debate...

O Sr. **Presidente**: — A interpelação é à Mesa, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e quem está com dificuldades e precisa de uma espécie de prolongamento,...

*Protestos do PS.*

... com um truque um bocadinho manhoso, para tentar retorquir o que foi o debate, isso ficou evidente com a sua interpelação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Isto é evidente: quando há quatro juristas a fazer o sentido da interpelação à Mesa — dois Deputados, um membro do Governo e um Presidente da Assembleia da República —, realmente, as coisas ficam um bocado mais complicadas. Mas peço que haja rigor nessa matéria, para que não se levantem casos que não são necessários.



Para uma intervenção, terminado o nosso período de debate, vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dispõe de 15 minutos e 58 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nos primeiros 100 dias de Governo, a AD tentou enganar os portugueses,...

**Vozes do PSD:** — Já começou mal!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... dizendo que as contas públicas estavam mal. Foi desmentido pela União Europeia.

Nos primeiros 100 dias de Governo a AD tentou enganar os portugueses, dizendo que havia um problema com Schengen. Foi desmentido pela União Europeia.

Nos primeiros 100 dias de Governo, a AD tentou dizer que ia fazer uma redução de IRS — que já era do Partido Socialista, imaginem! —, e isso foi desmentido também.

*Aplausos do PS.*

Nos primeiros 100 dias de Governo, a AD reverteu sem avaliação, algumas reformas em curso. E fez anúncios; fez mais de uma dezena de *PowerPoint*. Execução, muito pouca.

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

E anuncia tanto, que até anuncia uma humildade e um diálogo que claramente não pratica.

*Aplausos do PS.*

Nos primeiros 100 dias de Governo da AD, as suas opções vão todas no sentido contrário àquele que defendemos.

*Protestos do PSD.*

Aprofundam desigualdades e comprometem a sustentabilidade do Estado social que nós, portugueses, construímos nos últimos 50 anos. A criação de um regime fiscal para pessoas até 35 anos é um exemplo claro disso. Beneficia alguns — apenas alguns, aqueles que menos necessitam —, em nome de uma suposta política de juventude que não é para todos os jovens. Uma medida que resulta na perda de 1000 milhões de euros de receita fiscal e que deixa de fora mais de metade dos jovens, já que aqueles que ganham até 1000 € mensais não têm qualquer benefício.

*Aplausos do PS.*

Mais, este regime fiscal desonera os empregadores, isso sim, da responsabilidade de aumentarem salários, agravando os fatores de desigualdade.

Não admira, vindo de quem, como foi o PSD, sempre votou nesta Casa contra o aumento do salário mínimo nacional.

*Aplausos do PS.*

É assim que pretendem criar riqueza?

O «pacotão» para a economia — que afinal não passou de um conjunto de medidas avulsas — enferma do mesmo mal. Acautela os interesses de uns sem olhar para todos. Coloca fé — toda a fé! — na redução do IRC, uma medida profundamente injusta e ineficaz, que serve apenas algumas empresas. E reparem, o «pacotão» não refere uma vez os trabalhadores, não refere uma vez quem trabalha, quem produz riqueza nas empresas.

*Aplausos do PS.*

É assim que visam criar riqueza para os mais pobres?

Depois, o que temos nestes 100 dias são atos de fé. A fé na saúde, de que o setor privado venha resolver aquilo que não conseguem resolver no SNS — juntando um conjunto de trapalhadas —, num alijar de responsabilidades para tudo e para todos, menos para a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde.

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

Na habitação, retiraram as barreiras ao alojamento local. Mais uma vez, aqueles que precisam de uma habitação para morar merecem menos respeito a este Governo do que quem quer ter um negócio de alojamento local.

Nas contas públicas, aprovam medidas fiscais com a direita fora do Orçamento e, depois, querem dialogar com o Partido Socialista naquelas reuniões fechadas em que o que fazemos é ouvir e mais nada. Ouvir, ouvir, e depois, passados uns dias, as medidas aparecem aprovadas, sem mais diálogo.

Acham que um país se governa com pacotes, pacotinhos e *PowerPoint* não calendarizados, não contabilizados e sem a menor estratégia!...

*Aplausos do PS.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que é possível o PS dizer isto?!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Quanto ao diálogo, ficámos hoje bem esclarecidos quanto ao que é o sentido de diálogo do Sr. Primeiro-Ministro. É um sentido de diálogo, por assim dizer, binário: ou se faz tudo o que está no Programa do Governo ou então aplica-se uma moção de censura. É binário! Não há mais negociação entre estas duas dimensões — ou é tudo como querem, ou então faz-se uma moção de censura.

*Aplausos do PS.*

As opções deste Governo têm uma matriz que põe em causa o Estado social, que põe em causa garantias dos direitos dos trabalhadores, que desinveste nos serviços públicos e que tem uma política fiscal não progressiva e que põe em causa o sistema redistributivo.

Ao implementar medidas como estas, que favorecem poucos em detrimento de muitos, está em causa também a capacidade do Estado. O Governo está a escolher, deliberada e claramente, pôr de lado os princípios da solidariedade, da justiça social e do próprio Estado social.

É por isso que não podemos acompanhar, com elogio, estes primeiros 100 dias, que privilegiam uns em detrimento de todos.

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, do Chega. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo esta intervenção citando o Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça, que diz que «a justiça está má e não consegue dar resposta, porque o poder político não dá os meios necessários e suficientes para que a justiça dê essa resposta». Esta frase resume tudo!

Todos falam na reforma da justiça, mas nem o PS nem o PSD tiveram coragem de a concretizar.

O final deste ano judicial foi marcado por greves, adiamentos de julgamentos, libertação de presos e pelo facto de mais de 70 % dos portugueses considerarem que a justiça funciona mal.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça quer «arrumar a casa» no Ministério Público, mas ainda não deu provas de conseguir «arrumar a casa» no seu próprio Ministério...

*Aplausos do CH.*

... e implementar as reformas necessárias para termos um setor revigorado, em que os portugueses confiem.

Ainda não ouvimos o Governo falar sobre reduzir as custas judiciais, sobre pagar decentemente a advogados officiosos, sobre tornar a carreira dos oficiais de justiça mais atrativa, sobre contratar mais procuradores e assegurar os meios necessários para o desempenho das suas funções.

Ainda não ouvimos falar de rever as penas, bem sabendo que algumas são absolutamente desajustadas em relação aos fins de prevenção que visam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Enquanto tivermos notícias como a de um homem que violou a filha nos intervalos da escola, durante 11 anos, tendo sido provados 196 crimes, e foi condenado apenas a 15 anos de prisão, sabemos que a justiça não funciona.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Enquanto mulheres morrerem às mãos dos companheiros, porque as suas queixas foram ignoradas, porque o sistema não conseguiu dar-lhes o apoio necessário, sabemos que a justiça não funciona.

Ainda no mês passado, mais uma mulher morreu atropelada pelo ex-namorado, que já havia sido condenado por ter matado à facada outra mulher. O agressor tinha sido condenado a 16 anos de prisão, mas ficou em liberdade condicional ao fim de 10 anos. A última vítima já tinha apresentado queixa e, mesmo sabendo dos antecedentes criminais do agressor, ninguém fez nada.

Assim, não há como confiar na justiça!

*Aplausos do CH.*

Mas o mau estado da justiça não beneficia só este tipo de agressores. A impunidade anda de mãos dadas com a corrupção.

O Governo apresentou uma agenda anticorrupção, sem prazos, sem projetos, só com intenções. Não admira que 91 % dos portugueses considerem que a corrupção é generalizada.

Ora isto, Srs. Deputados, não é culpa do Ministério Público, é culpa dos políticos. Isto porque alguns dão o exemplo de tudo o que não se deve fazer...

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

... e outros sabem, escondem, ignoram e fazem de tudo menos legislar no sentido que é preciso, fazem de tudo menos dar meios a quem deles precisa para investigar.

Vivemos num país onde, para alguns partidos políticos, é normal funcionários do Primeiro-Ministro terem 75 000 euros no seu gabinete,...

*Risos do CH.*

... ou que o Presidente da República, alegadamente, ajude os amigos do filho a ter acesso a medicamentos de 4 milhões de euros.

*Aplausos do CH.*

Vivemos num país onde o Ministério Público é atacado por fazer o seu trabalho quando os suspeitos são políticos.

Pois não contem com o Chega para isso. Políticos ou não políticos, todos têm de cumprir a lei, todos têm de responder perante a justiça!

*Aplausos do CH.*

Os mesmos que, durante anos, nada fizeram pela justiça vêm agora, muito convenientemente, falar de alterações ao Estatuto do Ministério Público.

Srs. Deputados, a autonomia é a garantia de que pode haver investigações como as dos processos Operação Marquês e Operação Influencer, ou a que expôs casos de corrupção na Madeira...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Na Madeira?!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — ... e tantos outros que conhecemos.

Por isso, o Chega nunca compactuará com tentativas de assalto ao Ministério Público!

Termino com duas sugestões. Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, em vez de estar preocupada em «arrumar uma casa» que não é sua, preocupe-se em reforçar os quadros desta magistratura.

Sr.<sup>a</sup> Ministra da Administração Interna, foque-se em tirar a fruta podre,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Fox?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vox?!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — ... mas do Governo, da Administração Pública e da política, não da polícia!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: A história mostra que alguns dos mais sérios atentados à democracia começaram a pretexto de se proteger a democracia e implicaram restrições à liberdade de expressão, à liberdade de informação e à liberdade de imprensa como forma de manter o povo sereno e submisso.

Estes atentados, independentemente da geografia ou período temporal, foram perpetuados pelos Governos que limitavam liberdades individuais, acabavam com a imprensa livre, impunham critérios editoriais, e censuravam jornais, rádios, livros e filmes, para garantir que qualquer conteúdo considerado uma ameaça ao regime fosse proibido, sob a capa da suposta proteção da democracia, dos costumes ou da moral.

Assolam-nos, então, duas preocupações concretas: a primeira com algo que consta do Programa do atual Governo e que parece replicado de uma tentativa do Partido Socialista, em 2020, de passar a monitorizar o discurso na *internet*, algo a que este Governo parece também ter sucumbido. A segunda é relativa ao já anunciado plano de ação de apoio aos media.

Quanto à primeira, no Programa do Governo liderado pelo Sr. Primeiro-Ministro é dito que se pretende «Estimular a criação e o reconhecimento de plataformas de verificação de factos, que possam contribuir para a validação, a contextualização e a correção da informação que circula nas redes sociais e nos meios digitais;»

Será então inevitável questionar: Como se pode proteger a democracia condicionando liberdades e o pluralismo, quando a própria democracia liberal assenta nestes princípios?

**Vozes da IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Com o objetivo de controlar e prevenir a proliferação de notícias falsas — que corroem a democracia, não há dúvida —, não podemos, de forma irrefletida, criar mecanismos que permitam também a erosão das liberdades que a sustentam.

*Aplausos da IL.*

Na prática, o que está aqui em causa é o monopólio, por parte do Estado, da certificação das plataformas que vão dizer o que é facto ou não. Quem serão estes novos juizes, que critérios vão utilizar e quem os escrutinará?

O combate à desinformação não pode servir de desculpa para aprovar instrumentos e mecanismos avulsos de controlo e monitorização digital, por parte do Estado, a órgãos de comunicação social e redes sociais.

Não é aceitável ser o Estado a atribuir certificações a estruturas de verificação de factos, até porque isto será necessariamente um primeiro passo para a criação de um «Ministério da Verdade», que passaria a controlar a opinião que os cidadãos expressam na *internet*.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — No fundo, o que está aqui em causa é grave e inadmissível, já que representa a instauração dissimulada de mecanismos de censura, sob o manto do combate à desinformação e o mote da proteção da democracia.

Quanto ao segundo ponto, o plano de ação de apoio aos *media*, está previsto que o mesmo passe por um modelo de financiamento aos órgãos de comunicação social que deverá estar fechado até ao final do ano.

Ora, os apoios diretos do Estado aos *media* comprometem diretamente a sua independência. Os *media* ficam subalternizados e permeáveis a pressões e condicionamentos, incapazes de cumprir o seu papel.

Sr. Primeiro-Ministro, como poderão os órgãos de comunicação social escrutinar, de forma efetiva, os poderes públicos e políticos, se forem financiados pelo Estado?

A imprensa livre escrutina o poder político, os Governos. É também esse o seu papel e uma das suas principais missões. Não nos cabe condicioná-la. Não nos cabe, aqui, no Parlamento, permitir que isso aconteça.

Estas duas preocupações que enunciei, se implementadas, abrem portas para que políticas autoritárias possam prosperar e instalar-se, com muito menor escrutínio, controlo ou oposição.

Esta visão do Governo sobre a independência dos *media*, a liberdade de informação, a pluralidade de meios de informação e a liberdade de expressão é perigosa e típica de visões autoritárias e totalitárias.

A Iniciativa Liberal não se revê nesta visão iliberal da sociedade e do exercício do poder, que restringe a liberdade de expressão, a liberdade de informação e a liberdade de imprensa.

Sr. Primeiro-Ministro, não é possível proteger a democracia com mecanismos que possam pôr em causa a própria democracia.

A Iniciativa Liberal estará sempre ao lado da defesa das liberdades e não admitirá qualquer tipo de retrocesso, limitação ou condicionamento.

Não ao controlo dos *media* pelo Estado! Não aos «Ministérios da Verdade»!

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O que marca os primeiros meses de governação de PSD e CDS são as crescentes dificuldades de quem vive do seu trabalho e de quem trabalhou uma vida inteira.

Intensificam-se os anúncios repletos de medidas que, tirando um ou outro aspeto, passam ao lado do que é preciso para enfrentar os problemas. Muita propaganda para fazer que se faz e para ocultar o que deveria ser feito e não se faz.

Já sobre salários e pensões, nem uma palavra, o que diz muito das opções do Governo. Sobre a fixação e redução de preços de bens e serviços essenciais, nem quer ouvir falar. E a emergência na saúde não é para reforçar a capacidade do SNS, mas para entregar mais recursos públicos ao negócio da doença dos grupos privados.

O nosso País tem meios, recursos e potencialidades. Não podemos aceitar que toda essa riqueza esteja nas mãos de uma minoria, à custa do empobrecimento da maioria que a criou. É preciso romper com esta política recauchutada, que já provou que não só não resolve os problemas da vida das pessoas, como é responsável pelo seu agravamento.

É preciso uma política alternativa, e uma alternativa política que a concretize, uma política ao serviço dos trabalhadores, do povo e do interesse nacional. Desde logo, é urgente a valorização dos salários e das pensões, para combater a pobreza e garantir condições de vida com dignidade, e não, como o Governo preconiza, uma política de contenção do aumento dos salários, enquanto é cúmplice e contribui para o aumento dos lucros dos grupos económicos.

É urgente uma política de reforço dos direitos dos trabalhadores, a revogação das normas gravosas da legislação laboral, em especial a da caducidade da contratação coletiva, e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, a eliminação dos mecanismos que conduzem à desregulação dos horários de trabalho, e não, como o Governo se prepara para fazer, novos ataques aos direitos e aumentar a exploração.

Garantir uma perspetiva de futuro para os jovens em Portugal passa por salários dignos, vínculos efetivos e estáveis e acesso à habitação, e não por isenções do IMT ou redução do IRS para uns poucos, como o Governo aprovou, que beneficiam quem tem rendimentos elevados.

Investir na construção de uma rede pública de creches, no alargamento da rede pública de pré-escolar, na escola pública, assim como valorizar a carreira e a profissão docente é a solução para garantir direitos às crianças e à juventude. Não aceitamos que, depois de uma longa luta dos professores, o Governo continue a deixar 25 000 professores de fora da contabilização do tempo de serviço.

Valorizar as carreiras, os salários, assegurar condições de trabalho, avançar com o regime de dedicação exclusiva são condições para fixar e atrair profissionais de saúde para o SNS e garantir a prestação de cuidados e o funcionamento dos serviços. É isso que se impõe, em vez de se insistir no caminho da privatização.

Disponibilizar habitação pública, pôr os lucros da banca a suportar o aumento das taxas de juro, travar a especulação e os elevados preços, controlar e reduzir o valor das rendas, dar estabilidade e pôr fim aos mecanismos que facilitam o despejo, é isso que protege e garante o direito à habitação, não é incentivar e promover a especulação, como avança o Governo.

Promover a produção nacional e o desenvolvimento económico exige uma política de investimento público, de apoio aos setores produtivos, à agricultura e às pescas, às micro, pequenas e médias empresas, designadamente quanto aos custos com a energia, as telecomunicações, os seguros, as comissões bancárias e o arrendamento. Não é com a redução do IRC para 15 %, como pretende o Governo, cujos beneficiários são sobretudo os grupos económicos.

É preciso recuperar o controlo público de empresas estratégicas e combater as privatizações e não entregar a TAP ou outras empresas públicas ao capital estrangeiro, como pretende o Governo.

É urgente reforçar os direitos, os salários e as condições de trabalho dos profissionais da justiça e das forças e serviços de segurança, dos militares e dos bombeiros.

É necessário defender a cooperação e a amizade entre os povos, a paz e, em particular, reconhecer o Estado da Palestina e pôr fim ao massacre do povo palestino.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — No início do mandato, o PCP afirmou que iria combater esta política de desigualdades e injustiças, que conduz à degradação das condições de vida e dos serviços públicos para servir os grandes interesses, e que iria intervir e lutar pela política alternativa por uma vida melhor.

E aqui estamos, a denunciar um caminho que não serve, a desmascarar uma política que tem de ser interrompida e a afirmar o caminho alternativo que é possível e necessário com a força dos trabalhadores e do povo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro: O País precisa de transformação e de confiança, é verdade. Precisa de um desígnio, como ainda agora disse, mas a confusão não está na oposição, mas no Governo.

Não é com este caminho que o Governo está a trilhar que se faz essa transformação e que se constrói essa confiança — muito pelo contrário. Este é um caminho para que Portugal continue preso a uma economia de salários baixos, extremamente dependente do turismo, para que Portugal continue a ser um país desigual e assente num modelo que não salvaguarda o nosso ambiente para as próximas gerações.

Perante os enormes desafios que o País enfrenta, vemos o Governo apostado em dar borlas fiscais a quem menos precisa, abdicando de 1500 milhões de euros por ano, através da descida do IRC, que beneficia de maneira desmedida as grandes empresas, que já hoje têm lucros gigantes. E veja-se: estes lucros gigantes não beneficiam os seus trabalhadores e até os seus clientes, não promovem a inovação e não garantem o contributo das grandes empresas para a transição ecológica.

O Governo também quer implementar o IRS Jovem, que beneficia de maneira desmedida os jovens que já ganham mais, não ajudando a grande maioria dos jovens e abdicando de 1000 milhões de euros de receita que poderiam ser usados, sim, para apoiar quem mais precisa, incluindo os tantos jovens que recebem menos de 1000 € por mês.

O Governo abdica de receita de IMT, de imposto do selo, apoia a compra de casas até 450 000 €. Quem são os jovens até 35 anos que conseguem comprar uma casa assim, que custe até 450 000 €?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Essa é que é essa!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Depois, para todos os outros, a resposta para os problemas da habitação é a seguinte: «Vamos melhorar o sistema de transportes, vamos flexibilizar a lei do uso do solo.» Ou seja, para todos os outros: «Vão morar longe.»

Mais uma vez, o Governo está a apoiar, sobretudo, quem menos precisa, abdicando do dinheiro que poderia ser usado para apoiar quem mais precisa e para verdadeiramente transformar o País e garantir um novo modelo de desenvolvimento assente no conhecimento e na ecologia.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas é possível fazer diferente e é nisso que o Livre está empenhado. Nós queremos construir uma alternativa de progresso e de ecologia que dê mais ao País do que borlas fiscais aos mais ricos e apresentações de *PowerPoint* para encher os telejornais.

Em vez de gastar 2500 milhões de euros por ano, que só ajudam verdadeiramente quem já ganha mais e as poucas megaempresas que existem em Portugal, é possível combater verdadeiramente a pobreza estrutural que continua a existir, por exemplo, com a criação de uma herança social de 10 000 € para cada jovem ou com o aumento do abono de família em 30 %.

Também é possível alargar o passe ferroviário nacional a todos os comboios; testar a semana de 4 dias de trabalho na Administração Pública e garantir mais tempo para todas as pessoas; criar a agência portuguesa de inteligência artificial; melhorar as condições do SNS, para competir com os privados; e implementar efetivamente o fundo de emergência para a habitação, evitando que tantas pessoas percam a sua casa e que estejam em situação de sem-abrigo. Além disso, ainda sobraria muito dinheiro destes 2500 milhões de euros.

Perante os enormes desafios que a Europa e o mundo enfrentam, a continuar assim, o Governo está a desperdiçar o enorme potencial que Portugal tem. E é por isso que nós precisamos de uma alternativa de progresso e de ecologia, que esteja pronta para governar o País quando a hora chegar — e o Livre estará cá para a construir.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Ah! Para governar!?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo esta minha intervenção com uma frase que já representa o sentimento de milhões de portugueses — este Governo tem levado a cabo a maior farsa fiscal de que há memória no nosso País!

*Aplausos do CH.*

Atrevo-me mesmo a dizer que nem o pior dos piores Governos socialistas conseguiu tamanha façanha. Senão, vejamos: quando o então candidato a Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, glorificava, no programa económico da AD, um choque fiscal de 5000 milhões de euros, sabia que o estava a fazer de forma falaciosa.

Fê-lo de forma falaciosa, porque sabia que a medida de redução de taxas de IRS em 1500 milhões de euros, afinal, era apenas de pouco mais de 300 milhões de euros, sucedendo o mesmo com a medida de isenção de contribuições de IRS sobre prémios de desempenho, avaliada em 500 milhões de euros, que já se encontra inscrita no atual Orçamento do Estado, ainda que de forma condicionada.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É a confusão total!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mas, como se isto não bastasse, o próprio Governo está a fazer de tudo para influenciar o chumbo do diploma por parte do Presidente da República, numa clara atitude vingativa em que os únicos prejudicados serão sempre, mas sempre, os contribuintes portugueses.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mas a falácia não se fica por aqui.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É verdade!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — O Governo pretende que a redução gradual de IRC e o IRS Jovem não sejam incluídos na proposta de Orçamento do Estado de 2025, chegando ao Parlamento como pedidos de autorização legislativa, a exemplo do que já sucedeu com a revogação da contribuição extraordinária sobre os imóveis de alojamento local e com a isenção de IMT e imposto do selo para jovens até aos 35 anos.

Acontece que estas medidas têm um impacto significativo na redução de receita fiscal inscrita para 2025, não fazendo, por isso, qualquer sentido que a sua discussão ocorra fora do Orçamento do Estado.

*Aplausos do CH.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, algumas destas medidas, inclusive, estão incluídas no programa Acelerar a Economia, o tal programa que conseguiu condensar 60 medidas em apenas 34 páginas, muitas delas suportadas apenas por um texto de quatro ou cinco linhas, não apresentando qualquer tipo de orçamentação ou prazo para a sua implementação.



Contudo, reparámos que a medida de redução do IVA da construção para 6 %, que foi tão destacada no Programa Eleitoral da AD para entrar em vigor já em 2025, afinal, agora, não aparece em lado nenhum. E a minha questão é a seguinte: será que o Governo deixou cair uma medida tão importante para a economia, falhando, assim, uma vez mais, com a sua palavra aos portugueses?

*Aplausos do CH.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Até ao momento só temos mais uma inscrição — é uma lembrança para quem esteja menos atento — e essa inscrição é do Sr. Deputado Pedro Frazão, do Grupo Parlamentar do Chega, a quem vou dar a palavra e que dispõe de 10 minutos e 8 segundos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A educação tem sido, nos últimos anos, sempre proclamada como a maior paixão dos Governos de Portugal.

Ouvimos José Sócrates, num Governo do PS, dizer que era a sua maior paixão, mas foi também esse Governo o primeiro a ir ao bolso dos professores. Depois, ouvimos falar na paixão de António Costa, que não quis resolver nem um problema da escola pública e dos professores, e que teve como seu Ministro da Educação João Costa, o pior Ministro da Educação dos últimos 50 anos!

*Aplausos do CH.*

É o ministro que vai ficar para a história como aquele que mais destruiu a escola pública, que enviou para os colégios privados e para os colégios de associação o maior número de famílias que, no uso da sua liberdade de escolha, lá foram encontrar um ensino decente e de acordo com os seus valores. Aliás, bem prova disso é o *ranking* que, recentemente, vimos publicado na imprensa e onde vemos em que lugar está a escola pública.

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

João Costa foi também o rosto das políticas de educação mais marxistas de sempre. Quando chegou ao Ministério da Educação, fez sair do armário todo o radicalismo, impondo a ideologia de género como uma religião e como uma filosofia para todos. João Costa, o Sr. WC, fez das casas de banho mistas a sua marca pessoal.

*Protestos do BE.*

Isto foi a paixão pela educação do PS.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Qual é a necessidade?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas agora, infelizmente, a AD já está a governar pelo mesmo tom. A gestão dos recursos humanos nas escolas é uma autêntica calamidade. A política de contratação dos docentes é um fiasco monumental. A bolsa de horas de crédito que, supostamente, deveria resolver o problema é uma solução temporária e insuficiente. A valorização e a retenção dos professores são uma farsa. Oferecer remunerações extra aos professores que já estão aposentados é só reconhecer o fracasso em atrair novos talentos.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados da AD, queria perguntar, muito concretamente, vão continuar a permitir a sexualização precoce das crianças nas escolas públicas?

*Protestos do BE.*

Vão ter coragem de acabar com programas ideológicos que vão totalmente contra a axiologia dos valores das famílias portuguesas?

*Protestos do BE.*

Vão ter coragem de usar esse dinheiro, tão mal gasto na ideologia de género, para reforçar o apoio aos alunos com necessidades especiais? Ou, por exemplo, vão ter coragem de avançar com o cheque-ensino para que todas as famílias, mesmo aquelas com menos recursos, possam ter também a liberdade de escolher um ensino decente para os seus filhos?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Para ir para os Salesianos!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vão, por exemplo, dar segurança à comunidade educativa, com o reforço do pessoal não docente e de agentes policiais?

É que, caso não tenham a coragem para fazer isto, toda a vossa paixão pela educação vai ser igual à do PS, à da extrema-esquerda. Não passará de um poliamor degradante ou de um inconsequente sexo sem compromisso.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ó Sr. Deputado! Os conceitos que o senhor aprendeu!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Onde é que foi aprender isso?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Em que casa de banho?!

*Protestos do CH.*

Que aplicações é que tem no seu telemóvel?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ficaram muito nervosos!

O Sr. **Presidente**: — Bem, feito este momento de descompressão, vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, que dispõe de 43 segundos e precisa de os usar na sua plenitude. Faça favor.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Muito ficou por fazer nas anteriores governações, é certo, mas, se antes se andava a passo de caracol, em frente, agora anda-se a passo de caranguejo e sempre para o mesmo lado, que é o lado direito, com borlas fiscais sucessivas aos mais ricos e mais poderosos.

Aquilo que nos preocupa hoje é que, para as discussões para o Orçamento do Estado, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo queiram fazer o mesmo que aconteceu aqui hoje, que é gastar primeiro, seja o tempo, seja o Orçamento, e, depois, contar com os partidos da oposição para o salvarem.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah pois!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Da parte do Livre, não contará com isso. Na sexta-feira, iremos levar às negociações, que aceitámos com todo gosto, propostas muito concretas para que a sua governação e a governação do seu Governo não assente em borlas fiscais, mas, sim, na proteção dos mais frágeis. Isto porque queremos erradicar a pobreza, daqui até 2030, queremos preparar a transição ecológica,...

*Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.*

... daqui até 2030, e queremos fazê-lo de maneira justa, ao serviço de todos e não deixando ninguém para trás.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 3 minutos e 12 segundos.

Entretanto, não tenho mais inscrições...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Discutir o estado da Nação é mais do que discutir o estado da governação, mas podemos começar por aí, porque o debate do estado da Nação é sempre, também, um momento para compararmos e vermos, retrospectivamente, onde estamos e onde estávamos há um ano.

Há um ano, este Parlamento tinha uma maioria absoluta, uma maioria absoluta que suportava um Governo que tinha condições para decidir, mas não decidia, uma maioria absoluta que suportava um Governo que tinha condições para resolver, mas não resolvia, e uma maioria absoluta que suportava um Governo que tinha condições para reformar e não reformava. Tinha até um Governo que tinha condições para cumprir um mandato e não o cumpriu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foram os portugueses a decidir mudar de vida. Decidiram mudar a vida do País para poderem mudar a sua própria vida.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aquilo que podemos dizer, um ano depois, é que, por muitas discussões que haja sobre a governabilidade, pode este Parlamento não ter agora uma maioria absoluta que suporte o Governo, mas tem a Nação, tem o País um Governo que, mesmo sem maioria absoluta, decide. Tem um Governo que, mesmo sem maioria absoluta, resolve e tem um Governo que, mesmo sem maioria absoluta, tem vontade de reformar.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Portanto, o desafio que temos neste momento, para além de alguns debates muito acesos, não é sobre um orçamento, não é, sequer, o desafio sobre a duração de um mandato, é o desafio sobre a capacidade de reformar o País.

É isso que, neste momento, estamos a decidir, não é se passa o próximo Orçamento, não é quantos anos dura este Governo. É quando é que, finalmente, depois de oito anos de adiamento, o País tem a capacidade de aceitar a vantagem de ter um Governo que decide, um Governo que resolve e um Governo que tem vontade de reformar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque são essas as reformas necessárias. É extraordinário que quem, no passado, tinha maioria absoluta para conseguir fazer tudo isto, mesmo tendo passado para a oposição, não tenha percebido que o que era necessário era ter essa visão estratégica para o País, saber que há questões essenciais que não estão resolvidas.

A primeira é a questão demográfica. Temos de fazer reformas para que a situação em que estamos, neste momento, seja invertida, para termos a capacidade, com políticas responsáveis de natalidade e com políticas responsáveis de imigração, de darmos sustentabilidade ao País que queremos ser.

Temos também a questão territorial, de conseguirmos a coesão territorial que não temos para termos condições para nos desenvolver.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a questão do crescimento, para conseguirmos ter uma economia que cresça com mais produtividade e mais sustentabilidade para termos melhores salários.

É este o desafio. O Governo está à altura do mesmo e o Parlamento e as oposições têm de mostrar se também estão, ou não.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais inscrições para intervenções. Se assim for, passamos para a sessão de encerramento, mas presumo que não seja assim.

*Pausa.*

Temos então a inscrição, para uma intervenção, do Sr. Deputado António Mendes, do Partido Socialista, que dispõe de 10 minutos e 57 segundos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo continua a esconder à Assembleia da República e ao País aquilo que realmente quer fazer.

Depois de não ter apresentado um programa de estabilidade, apresentou uma proposta de lei de grandes opções ao Parlamento, que viola flagrantemente a Lei de Enquadramento Orçamental, isto porque lhe falta um dado essencial, que é o quadro plurianual de despesas.

Esse quadro plurianual de despesas é vinculativo para a construção do próximo Orçamento do Estado e, por isso, o Governo bem pode fazer propaganda, bem pode estar aqui a dizer que tem uma grande abertura para negociar, mas, na realidade, o que o Governo está é em falha para com o País e para com a Assembleia da República, porque não entregou um documento essencial, que é o quadro plurianual da despesa pública.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Esta foi a intervenção mais importante do debate do estado da Nação!...

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 3 minutos e 21 segundos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo, cumprimento os Srs. Deputados.

Gostaria de dar uma nota rápida, começando por saudar o Sr. Primeiro-Ministro por ter tentado responder ao máximo de perguntas, porque me lembro bem de ter cá estado antes um Primeiro-Ministro, António Costa, que respondia ao mínimo de perguntas — ao mínimo de perguntas! —, e o PS sobre isso nada dizia, nem nunca se levantou.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, hoje temos um País, diria, de injustiça fiscal. Um inglês qualificado que venha para Portugal paga 20 % de IRS, um português qualificado, a ganhar o mesmo, pode pagar 30 % de IRS — diria que isso é injusto. Um português jovem vai pagar, e ainda bem, menos de IRS e de IMT, mas os portugueses com mais de 35 anos continuarão a pagar estes impostos altos do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Os impostos são do País, não são do Partido Socialista!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu diria que é injusto.

As grandes empresas, por via dos seus meios, têm acesso a benefícios fiscais, por via do planeamento fiscal, que as pequenas empresas, não tendo recursos, não têm e estão afogadas em taxas e impostos. Mais uma vez, é injusto.

Se o Estado se atrasar a pagar ou a reembolsar nada acontece, se os portugueses se atrasam a pagar o IMI são logo penalizados — é injusto. Falando de IMI, os partidos políticos nem sequer pagam IMI, os mesmos partidos políticos que deixaram hoje os portugueses com a carga fiscal mais elevada de sempre, nem pagam outros impostos.

Diria, Sr. Primeiro-Ministro, que temos de começar a corrigir estas injustiças, porque são também estas injustiças que, depois, levam à desconfiança e ao descrédito da política.

Por isso, do nosso lado, tentaremos, no próximo Orçamento, corrigir muitas dessas situações, porque queremos um País com igualdade perante a lei, um País justo, com impostos baixos e iguais para todos os portugueses.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Inscrições precisam-se.

*Pausa.*

Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor. Dispõe de 6 minutos e 39 segundos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo: A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, hoje, no debate do estado da Nação, disse: «As instituições vivem em sobressalto.»

Comparando com as cenas de pancadaria dos ministérios do Governo anterior,...

*Protestos do PS.*

... comparando com as demissões sucessivas, dia após dia, no início de um Governo de maioria absoluta, devo dizer-vos que estamos conversados sobre o sobressalto nas instituições.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro disse: «Este é um Governo de inação.» Dizem isto os Deputados do Partido Socialista, os mesmos que, há menos de 15 dias atrás, acusavam o Governo de decidir muito rápido e de decidir muito, porque estávamos em vésperas de eleições europeias. Estamos conversados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, Secretário-Geral do Partido Socialista, disse: «O Governo é arrogante.»

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Bem lembrado!

**Vozes do PS:** — E é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A 2 de julho de 2024, Pedro Nuno criticou o Governo por falhar acordo com polícias. Disse Pedro Nuno Santos: «O que fica é o fracasso.» Não vou acusá-lo de arrogância, vou só acusá-lo mesmo de precipitação. É preciso ter calma, Sr. Deputado. Não julgue o Governo um dia antes de este resolver os problemas que os senhores deixaram para o Governo resolver.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vamos então ao sobressalto nas instituições, vamos então à arrogância, vamos então à inação, vamos então saber o estado da Nação.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, foi o Partido Socialista que aumentou o subsídio de risco das forças e dos serviços de segurança em 300 €?

**Vozes do PSD:** — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não! Foi o Partido Socialista que criou o problema.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, também foi o Partido Socialista que recuperou a integralidade do tempo em atraso dos professores na escola pública?

**Vozes do PSD:** — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não! Mas foi o Partido Socialista que criou o problema.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, foi o Partido Socialista que libertou a iniciativa privada e reverteu as restrições iníquas ao alojamento local?

**Vozes do PSD:** — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não! Mas foi o Partido Socialista que criou o problema.

*Aplausos do PSD.*

Também foi, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, o Partido Socialista que pretendeu, e pretende, baixar os impostos para os jovens até aos 35 anos e reter o nosso talento? Não! Não foi o Partido Socialista, e o Partido Socialista é contra.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É, sim senhor!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi o Partido Socialista, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que isentou de pagamento de impostos os jovens na compra da primeira habitação?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não foi o Partido Socialista, apesar de ter governado nos últimos oito anos.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, foi o Partido Socialista que aumentou em 50 € os beneficiários do complemento solidário para idosos,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mais!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que acabou com a condição de recursos e que participou em 100 % os medicamentos dos beneficiários do complemento solidário para idosos? Não, apesar de terem governado nos últimos oito anos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, foi o Partido Socialista que recuperou o tempo em atraso das cirurgias dos doentes oncológicos? Não! Mas foi o Partido Socialista que deixou o Serviço Nacional de Saúde num caos e que governou nos últimos oito anos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, foi o Partido Socialista que regulou a imigração, para recebermos com humanismo quem procura o nosso País para cá viver e trabalhar?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Não, nunca!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não! Mas foi o Partido Socialista que desregulou a imigração e que governou nos últimos oito anos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Deixou o caos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, se me permite um parêntese relativamente à imigração, é precisamente neste tema em concreto, nesta política em específico, nesta decisão do Governo, que creio que as águas ficam mesmo bem separadas. Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, quando temos o Chega a dizer que devíamos ter ido mais longe na regulação da imigração...

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

... e temos o Partido Socialista a dizer que fomos longe demais, é sinal de que estamos no centro, na moderação, a decidir bem no nosso espaço político, que é o centro da moderação e do bom senso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do Partido Socialista, foi o Partido Socialista que decidiu a nova localização do aeroporto de Lisboa?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Por acaso até foi!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, mas sejamos justos...

*Protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

Não, mas sejamos justos...

*Continuação de protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Peço para parar o tempo, se faz favor.

*Pausa.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, mas sejamos justos: o Secretário-Geral do Partido Socialista decidiu três aeroportos, o Primeiro-Ministro é que não deixou e mandou-o recuar.

*Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados de todas as bancadas, quem tudo isto decidiu foi o Governo; quem tem mais para decidir é o Governo, que está a cumprir o seu programa eleitoral, que foi aqui legitimado, neste Parlamento.

Termino, dizendo, Sr. Primeiro-Ministro, que a maior testemunha do cumprimento do programa eleitoral é o povo português.

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento,...

**Vozes do PSD**: — Oh!...

O Sr. **Presidente**: — ... dispondo de 19 segundos para responder.

Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, do Partido Socialista, para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, em primeiro lugar, tenho de dizer que lamento, mas o Sr. Deputado — e o Governo também — confunde anúncios com execução.

*Protestos do PSD.*

E mesmo os anúncios, na maior parte das vezes, não são muito originais.

*Aplausos do PS.*

Mas as perguntas que lhe queria fazer são estas: foi este Governo que vinculou 21 000 professores em quadros de escola, dando-lhes a estabilidade que precisam e merecem?

Foi este Governo que criou o complemento solidário para idosos?

**Vozes do PS**: — Muito bem! Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Foi este Governo que aumentou o salário mínimo nacional de 500 € para 820 €?

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Foi este Governo que teve o primeiro superáвите da democracia?



É este Governo que agora lança concursos que já foram lançados e inaugura estradas que já estavam feitas? Este é!

*Aplausos do PS.*

É este Governo que tem dados recorde de mais de 5 milhões de pessoas a trabalhar, reduzindo para números recorde o desemprego?

Agora pergunto eu: foi este Governo, Sr. Deputado?

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares dispõe de mais 15 segundos, em relação ao tempo que eu indiquei, por cedência da Iniciativa Liberal...

**Vozes do PS**: — Ah!...

O Sr. **Presidente**: — ... e de mais 50 segundos por cedência do Chega, portanto...

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Do Chega?!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Srs. Deputados, vamos ter de ter um semáforo para os intervalos entre as intervenções, para ser mais fácil a nossa gestão.

O Sr. Deputado Hugo Soares vai...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, eu tinha 15 segundos para responder a uma pergunta. Achei que, manifestamente, a pergunta não era retórica e merecia resposta. Pedi tempo à Iniciativa Liberal, pedi tempo ao Chega, e, como se apercebeu, o Sr. Presidente deu-me a palavra ainda eu estava a usar os serviços telefónicos para pedir mais tempo.

Mas, como senti tanto bruaá no Partido Socialista, perguntava ao Partido Socialista se me cedia 1 minuto do seu tempo.

*Risos e aplausos do PSD.*

*Protestos do PS e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu podia fazer uma sugestão: tal como o pediu aos outros grupos parlamentares no aconchego do telefone, sem recorrer ao Presidente da Assembleia da República, da próxima vez também pode fazê-lo com o Partido Socialista,...

*Aplausos de Deputados do PS.*

... e assim evita-se uma interpelação à Mesa para esse efeito.

Por isso, Sr. Deputado, dispõe de 1 minuto e 24 segundos para responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão.

Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria, evidentemente, agradecer a questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, e vou-lhe responder da seguinte forma: o Governo do Eng.<sup>o</sup> António Guterres deixou o País numa falência económica;...

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

**Vozes do PS:** — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... o Governo do Eng.<sup>o</sup> Sócrates deixou o País numa falência financeira; e o Governo do Dr. António Costa — ao qual, de resto, V. Ex.<sup>a</sup> pertenceu — deixou o País numa crise social e operacional.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão veio aqui elencar um conjunto de medidas, que eu queria saudar, do Governo anterior. Mas havia alguém no País que achasse que um Governo que governou durante oito anos podia chegar hoje aqui, a prestar contas, e não ter nada para dizer?! Seria, manifestamente, o cúmulo da ineficácia!

*Protestos do PS.*

Então, a Sr.<sup>a</sup> Deputada queria hoje não ter nada para dizer sobre o que fizeram nos últimos oito anos?! Vou-lhe falar de anúncios e vou-lhe falar da vida dos portugueses.

Quer a Sr.<sup>a</sup> Deputada ir dizer aos professores que tirámos da rua e colocámos nas escolas, que estavam em protesto contra o vosso Governo e hoje estão nas escolas a dar aulas, que se tratou apenas de um anúncio?

Quer a Sr.<sup>a</sup> Deputada ir dizer às forças e aos serviços de segurança, a quem vamos pagar mais 300 € por mês, que foi um anúncio e não uma decisão?

*Aplausos do PSD.*

Quer a Sr.<sup>a</sup> Deputada ir dizer aos portugueses que têm pensões de miséria, e que vão ganhar no final do mês mais 50 € e já não têm de escolher que medicamentos levam para casa, que foi um anúncio e não uma decisão?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós resolvemos a vida das pessoas!

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Muito bem.

Feito o pedido de esclarecimento e dada a respetiva resposta, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção, dispondo de 1 minuto e 14 segundos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, dirijo-me diretamente a si.

Há um ano, foi aprovado, nesta Casa, um projeto de lei que uniu a Iniciativa Liberal, o PS e o PSD num esforço conjunto para aliviar o peso que as multas das portagens tinham criado em muitas pessoas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E não só!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Nessa altura, as pessoas ficaram aliviadas, mas foi-lhes dito que teriam de esperar ainda mais um ano até a lei entrar em vigor.

A lei entrou em vigor, as pessoas vão aos serviços de finanças e dizem-lhes: «Nós não sabemos de nada. Não podemos mudar a situação, porque não nos informaram de absolutamente nada» — depois de um ano que tiveram para preparar a entrada em vigor.

Sr. Ministro das Finanças, tal como para qualquer pessoa não é desculpa o desconhecimento da lei, não deve ser para a Administração Pública desculpa o desconhecimento da lei para não a aplicar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Por isso, apelo, a partir daqui — não faço uma questão, porque sei que não pode responder —, a que a Administração Pública e os serviços de finanças apliquem efetivamente a lei e aliviem de uma vez por todas o pesadelo de pessoas que têm hipotecas e execuções que resultaram desta enorme injustiça que era a multa por não pagamento de portagens.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos e 40 segundos e que, como é óbvio, tem de ter condições para fazer a sua intervenção, tal como todos os outros Deputados.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: «A vida das pessoas não está melhor, mas o País está muito melhor» — é uma frase batida de um autor conhecido que hoje, quis a circunstância, é Primeiro-Ministro, mas o que revela manteve-se imune à passagem do tempo.

Há um País de gente de trabalho que se levanta cedo, que põe os transportes a funcionar, que limpa os escritórios e as ruas, que pega no turno da fábrica e do hospital, que coloca as mercadorias nas prateleiras, que serve o prato da comida, que dá mais uma aula, que corre para o outro trabalho, que chega quase sempre tarde a casa.

Um em cada quatro jovens acumula dois ou três empregos, e, mesmo assim, não dá para a vida. Trinta por cento dos jovens portugueses vivem fora das fronteiras nacionais, porque a nossa economia não lhes garante uma vida digna. À larga maioria das portuguesas e dos portugueses, a quem vive dos rendimentos do seu trabalho, sobra mês no fim do salário e faltam horas para viver ao fim de tantas de trabalho.

O afunilamento ideológico do Sr. Primeiro-Ministro impede o seu Governo de ver o nosso povo. Confunde os interesses do País, que estas pessoas comuns, as portuguesas e os portugueses, constroem todos os dias, com os interesses dos donos de Portugal.

O Governo está mesmo convencido, e quer convencer o País, de que a prioridade orçamental da República Portuguesa deve passar por dar uma gigantesca borla fiscal de, vejamos, 1,5 mil milhões de euros à banca, à grande distribuição e às elétricas. Como é evidente, usa o truque de que esta baixa vai beneficiar quem todos os dias luta pelo seu pequeno negócio, quando toda a gente nesta Câmara sabe que assim não é.

Quando se viu em apuros, a banca recebeu milhões do Estado; quando os juros estavam baixos, inventou todas as taxas; quando os juros subiram, lucrou com o aumento da prestação da casa; e o Governo acha que devem levar agora com uma gigantesca borla fiscal. A grande distribuição, a pretexto da pandemia e da guerra, ou de todos os outros que encontra, aumenta os preços; leva agora com uma borla fiscal. Os lucros das elétricas, da EDP e da Galp, superam os 1000 milhões de euros, mas agora, entende o Governo, é tempo para levarem uma borla fiscal.

O Governo confunde a estabilidade e a previsibilidade das pessoas com os interesses que quer administrar. Ouça-se o que disse o Primeiro-Ministro sobre imobiliário: confunde o negócio do alojamento local, que esvazia

as nossas cidades, e a especulação imobiliária com o direito à habitação, não se preocupa com quem arrenda casa, com quem não a consegue comprar, muito menos tem uma política que incentive a baixa de juros.

Na imigração, veja-se o desplante: copiam a extrema-direita e chamam humanismo a acabar com as manifestações de interesse, o único mecanismo permanente de regularização que impedia, apesar de tudo, a hiperexploração e a clandestinidade. Seguem a extrema-direita na política migratória, muito longe de uma política humanista que o País devia ter, que nos orgulha e nos engrandece.

O Governo tem mesmo a visão estreita e injusta. Não há nenhuma estratégia económica e sustentável para puxar os salários para cima, para nos adaptarmos, nos especializarmos, para investir na economia verde, para garantir a neutralidade climática,...

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

... para tirar o mais sustentável proveito dos nossos recursos.

O Governo da República, presidido pelo Sr. Primeiro-Ministro Luís Montenegro, acha mesmo que a administração de interesse dos donos da economia portuguesa é a prioridade da República. Não é. Governar é outra coisa. Cá estamos para mostrar, a partir da oposição, que é onde a esquerda se deve posicionar, o que é.

*Aplausos do BE.*

*Protestos de Deputados do CH e contraprotestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais pedidos de inscrição, embora me pareça que vão ocorrer nos próximos segundos...

*Continuação de protestos do CH e contraprotestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Sr. Deputado Filipe Melo, eu queria dar a palavra ao líder do seu partido. Se o Sr. Deputado permitir que eu dê a palavra ao líder do seu partido, talvez ajude à boa gestão dos trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 6 minutos e 4 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No fim deste debate sobre o estado da Nação, há uma frase que continuará a ecoar pela história parlamentar, não pelo seu impacto positivo, mas pela desfaçatez que encerra em si mesma. Ao fim de oito anos de Governo, a líder parlamentar do Partido Socialista, que governou oito anos este País, deixando-o num irreconhecível caos, diz para o Parlamento ouvir: este Governo confunde anúncios com execução.

*Risos do CH.*

Se a piada não se fizesse sozinha, e se não estivéssemos perante o Governo que mais prometeu e menos executou na nossa história, nós até o aceitaríamos. Como é um grupo parlamentar que o diz, o segundo maior deste Parlamento, nós temos o dever de apontar a desfaçatez e a falta de vergonha que o Partido Socialista hoje tem nesta Casa.

*Aplausos do CH e de Deputados do PSD.*

Foram oito anos de um Governo que foi afundando Portugal, sem conseguirmos, em momento algum, sair dele e do caos que se nos apresentou. Trapalhada atrás de trapalhada, um secretário-geral, que é o rosto dessas trapalhadas, vem ao Parlamento exigir execução, exigir cumprimento e exigir ponderação. Se o Governo falha, do PS não se pode esperar muito mais. O País, como dizia Eça de Queirós, nesta matéria, está muito, muito maltratado.

Sr. Primeiro-Ministro, dirijo-me a si, neste final do debate sobre o estado da Nação, sobre aquilo que prometeu aos portugueses: um choque fiscal e uma recuperação de rendimentos.

Portugal não perdoará se, depois de oito anos a sacar a quem trabalha para distribuir a quem não faz nada, tivermos um Governo que não consegue fazer precisamente o oposto: promover o melhor das nossas empresas e das nossas energias, promover o melhor que os portugueses têm, dizendo-lhes que, se trabalharem mais, serão mais premiados, dizendo-lhes que a riqueza não é para confiscar nem para penhorar, dizendo às empresas que a riqueza que produzem é para desenvolver o País e não para encher os bolsos do Governo ou os bolsos do Estado. É essa mudança que temos de fazer em Portugal!

*Aplausos do CH.*

O País ouviu recentemente, num *email* numa comissão de inquérito: «A burocracia é um inferno em Portugal. Será que nos pode ajudar?» A burocracia é um inferno para todos em Portugal. É um inferno para quem quer fazer alguma coisa. E o País não perdoará a um Governo que, depois de oito anos a asfixiar a classe média, a asfixiar as empresas e a dar-lhes mais burocracia e menos tratamento eficaz, faça exatamente o mesmo.

Assim como não perdoará que, depois de portas escancaradas que nos levam à total desorientação na imigração, tenhamos um Governo fraco, frouxo ou com medo de pôr portas em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, um país sem portas e sem janelas não é um país, é um terreno baldio; e este não é um terreno baldio, é um país que nós amamos e que se chama Portugal.

*Aplausos do CH.*

Não vamos no bom sentido quando uma ministra diz que quer pôr ordem na casa do Ministério Público...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Devia ter dito que queria pôr ordem no Chega!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e diz que vai pôr ordem naqueles que devem investigar a corrupção, e investigá-la ao mais alto nível. Dizer, olhando para o Ministério Público, que queremos pôr ordem na casa é simplesmente um ataque à separação de poderes e ao Estado de direito. É um mau caminho, Sr. Primeiro-Ministro.

Assim como é um mau caminho ouvir uma responsável do Governo dizer que vai tirar a fruta podre da nossa polícia e das nossas forças de segurança.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Com certeza!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não há frutas podres em quem defende as nossas ruas e em quem defende a nossa segurança em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Estes homens e mulheres fardados nunca serão fruta podre, serão sempre homens e mulheres, sim, com opções e com direitos. Não serão a fruta podre, certamente, do Estado português. Essa fruta podre ainda anseia por ser julgada em tantos tribunais bem perto de nós.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ainda ontem, Sr. Primeiro-Ministro, uma grávida fez 200 km — 200 km! — em trabalho de parto e demorou 5 horas a ser assistida. Eu não sei qual foi o plano de emergência médica que já se implementou em Portugal, mas sei que, olhando para as urgências encerradas, para as greves que se anunciam, para mulheres como esta, que percorreu 200 km e a quem o Estado virou a cara, é legítimo dizer que o que quer que os senhores estejam a fazer em matéria da saúde está errado, que o que quer que estejam a

fazer é hora de voltar atrás e de fazer uma reforma para a saúde, não para os bolsos de alguns, mas para aqueles que sabem o que é precisar do Serviço Nacional de Saúde em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, este é o último debate do Plenário antes da nossa interrupção. Quando regressarmos, o País estará focado no novo Orçamento que chegará a esta Casa, e que será determinante para o futuro do nosso País. Gostava de lhe dizer aqui mesmo, neste Parlamento, que não temos dúvida nenhuma de que o País precisa de um Orçamento, de que o País precisa de escolhas fundamentais feitas, mas esse Orçamento tem de ser o reflexo da mudança que os portugueses escolheram a 10 de março.

A 10 de março, os portugueses decidiram livrar-se do PS, mas decidiram fazê-lo porque queriam esse combate à corrupção, porque queriam subir salários,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores é que não deixaram, votaram ao lado deles!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque não queriam pensões de miséria, porque queriam os setores profissionais parte desse crescimento e não fora desse crescimento. Mas os que votaram a 10 de março fizeram-no também para termos um grupo de governantes, de gabinetes, de fundações e de observatórios mais pequeno do que o que temos, para gerir melhor o dinheiro do Estado e para não andar a enriquecer os mesmos, como andamos há 40 anos.

Sr. Primeiro-Ministro, eu não sei que destino terá o Orçamento do Estado que entrará nesta Casa, nem sei que destino terá o seu Governo. Há uma coisa que sei, uma frase de Einstein, que dizia: «Temos o destino que merecemos.» Esse destino é em função daquilo que decidimos. Não olhe para a bancada da direita, porque essa não cede nos seus valores. Olhe para o que o Governo é capaz de decidir, é aí que o seu...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 1 minuto e 14 segundos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro dizia há pouco, nesta Assembleia, que o Governo não governa para os ricos, mas para criar riqueza. Não é verdade, Sr. Primeiro-Ministro. Quem cria riqueza são os trabalhadores, é o trabalho que cria riqueza.

*Aplausos do PCP.*

O que o Governo faz é com que os ricos se apropriem cada vez mais dessa riqueza. O Governo não cria riqueza, o Governo o que faz é contribuir para acentuar as desigualdades. O que o Governo faz é com que haja mais pobres e com que os pobres sejam cada vez mais pobres, enquanto os muito ricos são cada vez mais ricos.

É isso que a política do Governo tem vindo a fazer, o que faz com que haja pessoas que trabalham o dia inteiro, que trabalham uma vida inteira, e não ganham um salário digno para viver, com que haja trabalhadores sem-abrigo, porque não têm dinheiro para pagar uma habitação, apesar de trabalharem o dia inteiro.

É isso que a política do Governo tem vindo a fazer: acentuar as desigualdades, permitindo que haja cada vez mais portugueses que trabalham sem ter um salário digno que lhes permita viver. E isso, Sr. Primeiro-Ministro, não é motivo de orgulho para um Governo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma última intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, que dispõe de 8 minutos e 57 segundos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria fazer uma nota prévia sobre o custo do IRC, porque, claramente, o Sr. Primeiro-Ministro ainda hoje não sabe que as medidas fiscais, quando são tomadas, se repetem todos os anos. Portanto, o custo não é 500, mais 500, mais 500; em 2025 custam 500, em 2026 são 1000 milhões, em 2027 são 1500, e depois são 1500 todos os anos de perda de receita em IRC.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é isso!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, e não continue a dizer que não, porque senão é pior. Quer dizer, isto é básico na governação. Acontece com o IRC, acontece com o IRS para menores de 35, acontece com o IMT e o imposto do selo: são perda de receita permanente.

*Aplausos do PS.*

Não, o Sr. Primeiro-Ministro acredita na fezada de que uma redução de 1500 milhões de euros no IRC vai ter o efeito virtuoso de colocar as empresas a pagar ainda mais.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Vamos ver daqui a um ano!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O debate sobre o estado da Nação não é apenas um debate sobre o momento que o País atravessa ou apenas sobre o presente. É também um debate sobre o futuro, sobre o futuro que ambicionamos para o nosso País, sobre as opções de política que entendemos serem as melhores para lá chegar e sobre os valores que justificam a escolha dessas opções.

No plano das ambições, muito nos aproxima. Aproxima-nos a ambição de fazer de Portugal um país próspero, seguro, justo e livre. E, se cada partido tem a sua interpretação sobre o que entende por prosperidade, segurança, justiça ou liberdade, estes objetivos não são monopólio de nenhum partido político nem de nenhuma família ideológica. Diferentes partidos, porém, têm, isso sim, entendimentos distintos sobre os meios para construir um Portugal mais próspero, seguro, justo e livre. Esses entendimentos distintos traduzem-se em opções de política diferentes.

Essas opções não distinguem os partidos apenas porque estes se entregam, como alguns dizem com arrogância, a jogos partidários, como se a discordância em democracia fosse uma espécie de encenação, de teatro. Não, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, partidos diferentes defendem opções de política distintas porque o pluralismo e a diferença estão no coração da democracia.

As opções de política são diferentes porque assentam em valores distintos e traduzem-se em propostas políticas, também elas, distintas.

O Partido Socialista tem visões diferentes dos partidos que suportam o Governo em vários domínios.

Diferenças na forma como vemos o papel do Estado que, para o PS, é um instrumento ao serviço da prosperidade e do desenvolvimento do País e não, como para a direita, um empecilho que deve sair da frente dos cidadãos e das empresas.

Diferenças na forma como articulamos o aumento da prosperidade e a luta contra as desigualdades. Ao contrário da direita, sempre indiferente às desigualdades sociais e económicas, não achamos que seja preciso produzir primeiro e distribuir depois.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.*

A produção e a distribuição devem andar a par, porque esta articulação é a melhor luta contra as desigualdades e gera relações de direitos e deveres entre todos.

Diferenças na forma como olhamos para os serviços públicos, que exigem investimento prioritário e inovação constante na resposta presente e futura aos cidadãos. Investimento que, por sua vez, exige prudência na gestão das contas públicas e não irresponsáveis saltos no escuro.

Diferenças na visão sobre política fiscal, na qual o Partido Socialista dá prioridade à redução de impostos indiretos, porque são aqueles que mais pesam no orçamento da grande maioria das famílias de classe média e de forma inversa ao rendimento familiar.

Diferentes visões sobre o sistema público de pensões, com o Partido Socialista preocupado em valorizar as pensões do regime contributivo e não apenas o Complemento Solidário para Idosos, prestação que a direita parece ter descoberto quase 30 anos depois de um governo socialista a ter criado e que, pela sua natureza, beneficiará sempre uma minoria de pensionistas.

*Aplausos do PS.*

Diferentes visões sobre o sistema de educação, incluindo o ensino superior, cujo processo de democratização e de redução de desigualdades de origem precisa de novos impulsos, para que nenhum aluno deixe de estudar na faculdade onde conseguiu entrar, porque a sua família não consegue suportar os custos de frequência.

A existência de visões diferentes entre Governo e oposição não exclui, naturalmente, o exercício — também ele próprio da democracia — de aproximação de posições, de construção de pontes, de negociação de soluções comuns.

Mas não prestamos um bom serviço à democracia nem ao País quando reduzimos estas diferenças a meros jogos partidários ou ao serviço de clientelas. As diferenças são reais, porque os partidos têm uma matriz de valores e princípios que respeitam; porque os partidos representam portugueses, que neles confiam o seu voto para os representar; e porque os partidos devem lealdade tanto a esses valores e princípios como a quem neles confia o seu voto.

É praticamente impossível o PS viabilizar um Orçamento que seja uma tradução exclusiva de um programa do governo que não tem o nosso apoio.

*Aplausos do PS.*

O PS não viabilizou nenhuma moção de censura, como também não viabilizaria nenhuma moção de confiança, que, aliás, o Governo não quis apresentar,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixá-lo ir!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e isso tem significado político.

*Aplausos do PS.*

O PS não quer impor o seu programa ao Governo, mas também não pode aderir a um orçamento que não reflita as suas preocupações. Nós não governamos, mas também não estamos no Parlamento para, de forma acrítica e passiva, apoiar tudo o que vem do Governo da AD.

*Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.*

O Governo se quiser, de forma genuína, evitar eleições antecipadas, tem de reconhecer a sua condição minoritária, negociar seriamente e ter disponibilidade para ceder.

*Aplausos do PS.*



O PS aguarda a iniciativa do Governo e as suas sugestões para ultrapassar um eventual impasse orçamental. Nesse quadro, faremos as nossas propostas, negociaremos com o Governo essas propostas, e depois avaliaremos o resultado dessa negociação.

Não é segredo para ninguém que as propostas do Governo para o IRS e o IRC, tal como as conhecemos, são muito problemáticas para o PS. No fim, se fizermos uma avaliação positiva, viabilizaremos. Senão, chumbaremos.

*Aplausos do PS, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Para fazer o encerramento, dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Passaram apenas 100 dias e Portugal é já um país diferente.

**Vozes do PSD**: — É verdade!

**Vozes do PS, IL, BE e PCP**: — Ui!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O País está a mudar e, em muitas áreas, já mudou.

Mudou na crispação, que baixou de intensidade; mudou na confiança nas instituições, que foi retomada; mudou na Administração Pública, que tantas vezes foi maltratada; mudou na desigualdade social, que está a ser mitigada; mudou na estagnação, instalada há demasiados anos; mudou na convicção de que a vida é um rame-rame em que nunca nada melhora. No fundo, mudou na esperança.

Do lado do Governo, trouxemos uma forma nova de fazer política, menos importada com a coreografia mediática e com a máquina de comunicação.

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

Uma política mais implicada, mais próxima de todos, porque só dessa forma é possível ajudar a melhorar o que está mal.

*Aplausos do PSD.*

Uma política humanizada, de ação, do trabalho, da resolução de problemas e sempre de valorização das pessoas.

O ciclo que hoje vivemos é, de facto, diferente. É de resposta eficaz aos problemas. É um ciclo em que, ao contrário de outros tempos bem recentes, a palavra dada é mesmo palavra honrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Como já hoje foi amplamente evidenciado, este Governo fez muito em apenas 100 dias de governação. Mas o que queremos é que todos se foquem no que faremos numa Legislatura inteira, porque, como sempre dissemos, não somos um Executivo de corridas de 100 metros; somos um Governo de maratona...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e temos noção do muito que há para fazer em Portugal.

É essa a meta que queremos cortar, sem precipitações, com passos seguros e focados nos portugueses. Esta maratona é para ser cumprida com a mesma capacidade de decidir que já demonstrámos nos primeiros 100 dias,...

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

... por exemplo, com a decisão da localização, ao fim de 50 anos, do novo aeroporto Luís de Camões.

*Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.*

Esta maratona é para ser cumprida com a mesma capacidade de diálogo e concertação que já começámos a construir, chegando a acordos históricos com os professores, as forças de segurança, os oficiais de justiça ou os guardas prisionais.

Esta maratona é para ser cumprida com foco nos mais pobres, e particularmente nos pobres com mais idade, num caminho já iniciado com o aumento do complemento solidário para idosos e com a garantia de acesso gratuito a medicamentos por parte de quem mais precisa.

Esta maratona é para ser cumprida com a mesma missão de integrar com humanismo e com regras, como demonstra o nosso plano para as migrações.

Esta maratona é para ser cumprida com integridade e transparência, como já mostrámos serem os valores que nos movem na agenda anticorrupção, no novo código de conduta do Governo ou no reforço dos meios de fiscalização do PRR.

Esta maratona é para ser cumprida com sensibilidade social, com um plano de emergência e transformação na saúde que irá enfrentar paulatinamente os problemas estruturais do nosso SNS, como já começámos, de resto, a verificar nas listas de espera para as cirurgias mais urgentes ou no acompanhamento das grávidas.

Esta maratona é para ser cumprida com a aposta na educação e no reforço da qualificação dos nossos jovens, como já provámos com a devolução da paz às escolas e com o Plano + Aulas + Sucesso, que garantirá que os alunos não ficarão para trás, sem aulas, no próximo ano letivo.

Esta maratona é para ser cumprida com um compromisso com os jovens portugueses, mostrando-lhes que em Portugal podem ter futuro, dando-lhes mais autonomia para a aquisição ou arrendamento da primeira habitação e garantindo-lhes mais rendimento com a nossa proposta de um IRS Jovem.

Esta maratona é para ser cumprida com a melhoria no acesso à habitação, corrigindo erros passados e dando um novo impulso à oferta de casas.

Esta maratona é para ser cumprida com a aceleração da economia, apostando nas pessoas, com a redução dos impostos, e apostando nas empresas, para assim criarmos mais riqueza e aumentarmos a justiça social.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, já mostrámos que viemos para cumprir, já mostrámos que viemos para ficar e já mostrámos que viemos para mudar Portugal.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Não se nota!

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Mas não precisamos de, nem queremos, fazê-lo sozinhos. Vemos a governação como responsabilidade partilhada e não como um privilégio adquirido.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — E temos a esperança, se calhar ingénua, de achar que, quando se trata de cumprir Portugal, há um interesse maior que deve preponderar sobre quaisquer agendas pessoais ou ambições políticas individuais.

**Vozes do PSD:** — Isso é que era!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Há um bem superior, o bem comum, que deve mandar todos aqueles que, hoje, têm assento nesta Casa da democracia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Era bom que assim fosse!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por isso, neste início de Sessão Legislativa, em que não ignoramos que não temos maioria, às improváveis alianças de alguns respondemos com vontade de dialogar e negociar.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — À sucessão de provocações das oposições respondemos com ação e mais ação.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A todas as tentativas de descrédito deste Governo respondemos sempre com trabalho.

Preferimos as formas à retórica, os factos às fantasias, as ações eficazes às boas intenções. É que em política não basta ter boas intenções, é preciso ser consequente, fazer aquilo que se diz, cumprir aquilo que se promete. Tem sido esse o nosso guião.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Temos uma agenda, sim, mas é uma agenda de preocupação social e de construção do futuro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em 100 dias, o País ganhou um rumo, ganhou paz social, ganhou previsibilidade e, sobretudo, ganhou esperança. O País, que parecia eternamente adiado, mudou.

O País mudou e a conjuntura política também, e o principal mérito disso mesmo é dos portugueses, cuja maturidade nos deve inspirar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Os portugueses gostam de moderação, de estabilidade, gostam de saber com o que contam. Por isso têm repetido, nas sondagens e nas urnas, que não querem eleições antecipadas.

**Vozes do PSD**: — Ora!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por isso, ao contrário do que acontece em tantas outras geografias, têm-se afastado dos extremos.

Para o Governo, é verdade, foram 100 dias muito intensos, mas o que está para a frente, a partir de hoje, em cima da mesa, não é a aprovação ou o chumbo do Orçamento do Estado,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... não é a queda ou a sobrevivência deste Governo; é, tão-só, a responsabilidade de cada um de nós.

Todos nós, membros do Governo e representantes de cada partido, podemos ter as nossas ambições, mas em política nenhuma aspiração pessoal ou partidária deve ser maior do que a ambição que temos para o País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não estamos aqui para medir forças, estamos aqui para unir forças em prol do País.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O País precisa de futuro e precisa de ação, e não há futuro quando se aposta tudo na polarização, no exagero ou no boicote.

Um governo existe, este Governo existe para dar futuro ao País, respeitando todos. Continuaremos a fazer aquilo que verdadeiramente importa: procurar melhorar a vida dos portugueses e encontrar consensos, soluções e um caminho próspero para Portugal.

Foram 100 dias muito ativos, mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estes 100 dias foram apenas o início.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção termina o nosso debate.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, gostava de deixar apenas duas notas de destaque.

A primeira é que este é último debate da nossa Sessão Legislativa, pelo que quero realçar a dignidade com que este debate decorreu. Acho que a elevação com que este aconteceu dignifica o Parlamento, ajuda e reforça a nossa democracia, o que não é coisa pouca nos tempos que correm pelo mundo.

E também gostava de destacar a relação de lealdade institucional que sempre aconteceu entre o Parlamento e o Governo o que, também por isso, é um reforço da nossa democracia.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara que participou nos nossos trabalhos, por videoconferência, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sonia dos Reis, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Presidente**: — A nossa ordem do dia para a reunião plenária de amanhã, às 15 horas, consiste apenas de votações.

Está, assim, encerrada a sessão.

*Eram 14 horas e 17 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.